

Rompimento da barragem do Fundão (SAMARCO/VALE/BHP BILLITON) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES)









Grupo de Estudos e Pesquisas em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo

Rompimento da barragem do Fundão (SAMARCO/VALE/BHP BILLITON) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES)

Relatório Final da Pesquisa:

"Depois da lama": os atingidos e os impactos na foz do Rio Doce





Vitória-ES Abril de 2017

Para citar este relatório:

LEONARDO, F.; IZOTON, J.; VALIM, H. CREADO, E. TRIGUEIRO, A. SILVA, B. DUARTE, L. SANTANA. N. Rompimento da barragem de Fundão (SAMARCO/VALE/BHP BILLITON) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES). Relatório de pesquisa. GEPPEDES. 2017

Equipe

COORDENAÇÃO DO GEPPEDES/UFES

- Prof^a. Dr^a. Aline Trigueiro (Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFES)
- Profª. Drª. Eliana Santos Junqueira Creado (Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFES)

COORDENAÇÃO DA PESQUISA/ RELATÓRIO "Depois da lama: os atingidos e os impactos na foz do rio Doce"

- Ms. Flávia Amboss Merçon Leonardo (Socióloga, Mestre em Ciências Sociais/UFES e Colaboradora do GEPPEDES)
- Ms. João Paulo Lyrio Izoton (Sociólogo, Mestre em Ciências Sociais/UFES e Colaborador do GEPPEDES)
- Ms. Hauley Vallim (Sociólogo, Mestre em Ciências da Religião/UMESP)

COLABORADORAS E BOLSISTAS DO GEPPEDES

- Profª. Drª. Daniela Zanetti (Professora do Departamento de Comunicação Social da UFES e Colaboradora do GEPPEDES)
- Ms. Clara Crizio de Araujo Torres (Antropóloga, Mestre em Ciências Sociais/UFES e Colaboradora do GEPPEDES)
- Baª. Bianca de Jesús Silva (Antropóloga, mestranda em Ciências Sociais/ UFES)
- Luiz Otávio Martins Duarte (Graduando em Geografia/UFES Bolsista de Extensão)
- Nayara Pinto Santana (Graduanda em Geografia/UFES Bolsista de Extensão)
- Camila Paganini Canal (Graduanda em Ciências Biológicas/UFES Bolsista de Extensão)
- Mariana Pimenta A. Prates (Graduanda em Ciências Sociais/UFES Bolsista de Extensão)
- Marianna Gonçalves de Paula (Graduanda em Ciências Sociais/UFES Bolsista de Extensão)
- Karyn Ruberth Ruiz (Graduanda em Ciências Sociais/UFES Bolsista de Extensão)
- Giovana Matins Araújo (Graduanda em Ciências Sociais/UFES Bolsista de Extensão)
- Bernardo Furlaneto Bragato O. de Oliveira (Graduando em Ciências Sociais/UFES Bolsista de Extensão)
- Tamyres Batista Costa (Graduanda em Ciências Sociais/UFES Bolsista de Extensão)
- Géssica Amâncio dos Santos (Graduanda em Cinema e Audiovisual/UFES Bolsista de Extensão)
- Tadeu B. Bousada (Graduando em Cinema e Audiovisual/UFES Bolsista de Extensão)

APOIO TÉCNICO - ETAPA QUANTITATIVA

- **Tabulação e elaboração de gráficos:** Ms. Deivison Souza Cruz (Doutorando em Ciência Política pela UFMG)
- Apoio na aplicação dos questionários (Etapa Povoação): Fernanda Guimarães Marques (Bacharel em Biologia); Lucas Caliman Ortiz (Bacharel em Oceanografia); Bianca Castro Cruz (Bacharel em Oceanografia); Mateus Dataldo Schettino (Bacharel em Engenharia de Produção). (Etapa Regência): Gabriel keller (Mestrando em Ciências Sociais/UFES).

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	05
2. ASPECTOS METODOLÓGICOS	07
2.1. Etapa Quantitativa	07
2.1.1. Resultados do Questionário	08
2.2. Etapa Qualitativa	22
2.2.1. O Trabalho de campo e as variações na forma de inserção	25
3. CONTEXTUALIZANDO O DESASTRE NO VALE DO RIO DOCE	30
3.1 Rompimento da barragem do Fundão e desastre no Vale do Rio Doce	30
3.2. Neoextrativismo, injustiças e conflitos socioambientais	32
3.3. Desastre-crime no Rio Doce e contexto de negligências	34
3.4. Foz do Rio Doce e contexto de injustiças ambientais	36
4. EFEITOS DO DESASTRE DA SAMARCO/VALE/BHP BILLITON NA FOZ DO RIO DOCE	41
4.1. O anúncio do desastre e as ações emergênciais	42
4.2. Da chegada da lama, percepções e afetações	51
4.2.1. Comprometimento no abastecimento de água	
4.2.2. Prejuízos na atividade pesqueira	
4.2.3. Prejuízos na agricultura4.2.4. Aumento nos gastos domésticos e perda da autonomia financeira	
4.2.5. Prejuízo no comércio/turismo	
4.2.6. Desemprego, prejuízos financeiros e endividamento	
4.2.7. Prejuízo na prática de surf e outros esportes aquáticos	
4.2.8. Prejuízos no lazer comunitário	
4.2.9. Quebra da rotina diária, das divisões de tarefa e comprometimento de projetos futuros	
4.2.10. Ampliação de conflitos entre vizinhos, amigos e familiares	
4.2.11. Abalos emocionais e impactos na saúde	
5. DOS DESDOBRAMENTOS INSTITUCIONAIS DO DESASTRE	85
5.1. As medidas emergenciais	86
5.2. O TTAC e a Fundação Renova	92
5.3. A luta pelo reconhecimento enquanto atingido	98
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
DEEEDÊNCIAS DIDI IOCDAEICAS	111

1. Apresentação

Este relatório é resultado da pesquisa "Depois da lama: os atingidos e os impactos na foz do Rio Doce" realizada junto com os atingidos e atingidas pelo rompimento da barragem do Fundão na região da foz do Rio Doce, nos distritos de Regência e Povoação (município de Linhares), no estado do Espírito Santo. A pesquisa em destaque foi contemplada pelo edital público "Mão na massa e pé na lama", promovido pelo Greenpeace em parceria com o Projeto Colaborativo Rio de Gente, para pesquisas independentes sobre o desastre no Rio Doce e foi realizada em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisa em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo (GEPPEDES), vinculado ao departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no âmbito das ações de extensão.

Os proponentes e coordenadores da pesquisa em destaque – Flávia Amboss Merçon Leonardo, João Paulo Lyrio Izoton e Hauley Valim – possuem uma relação pretérita com a região da foz do Rio Doce, cujo envolvimento mescla processos afetivos, trabalho de extensão universitária e pesquisas etnográficas, algumas delas realizadas no âmbito das atividades do GEPPEDES. Na época do rompimento da barragem os três pesquisadores residiam no distrito de Regência e vivenciaram *in loco* os efeitos iniciais do desastre, o que contribuiu no processo de proposição da pesquisa.

Todas as etapas de trabalho de campo, análise de dados e produção do relatório foram realizadas em parceria e com o apoio técnico do GEPPEDES coordenado pelas professoras Aline Trigueiro e Eliana Santos Junqueira Creado, ambas do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. O grupo de pesquisa e extensão em destaque atua com o objetivo de estimular estudos e pesquisas que privilegiem o entrecruzamento de duas grandes temáticas, Ambiente e Desenvolvimento, com foco nas populações pesqueiras artesanais, em especial, as litorâneas.

Integrantes da equipe do GEPPEDES atuam em atividades de ensino, pesquisa e extensão na área da vila de Regência Augusta, situada na foz do Rio Doce, desde o ano de

2010, bem como em outras áreas da costa do Espírito Santo. Quando da ocorrência do rompimento da barragem do Fundão, em Mariana-MG, no final de 2015, o GEPPEDES estava com projeto aprovado pelo Edital PROEXT-2016, denominado "Áreas protegidas e grandes projetos de desenvolvimento no horizonte de vivências das comunidades locais: os impactos socioambientais e seus desdobramentos". Sendo assim, por conta do novo cenário de atuação, alguns dos objetivos iniciais deste projeto tiveram que ser readequados para lidar com o novo cenário de atuação da equipe e seus colaboradores.

O projeto "Depois da lama: os atingidos e os impactos na foz do Rio Doce", por sua vez, foi elaborado por Flávia Amboss Merçon Leonardo, João Paulo Lyrio Izoton e Hauley Valim, como uma iniciativa paralela, com interseções com o projeto de extensão do GEPPEDES, mas também, por vezes, indo além dele, ao focar mais detalhadamente não só na vila de Regência Augusta, mas também na situação de Povoação, sendo que a última localidade não estava incluída no projeto de extensão citado.

Assim, o presente trabalho é fruto do projeto "*Depois da lama*: os atingidos e os impactos na foz do Rio Doce", resultado dessa iniciativa colaborativa. Através do seu relatório, busca-se aprofundar (e não concluir) as discussões sobre o rompimento da barragem do Fundão operada pela empresa Samarco Mineração S.A. (que é controlada por VALE e BHP BILLITON), os seus efeitos sociais na foz do Rio Doce, e os conflitos que se desdobram em decorrência do desastre e da gestão do desastre, a partir da perspectiva e relatos de moradores da área.

2. Aspectos Metodológicos

O objetivo da pesquisa foi compreender a extensão dos efeitos sociais do rompimento da barragem da Samarco (MG) na região da foz do Rio Doce, especificamente nos distritos de Regência Augusta (sede da vila, Areal e Fazenda Entre Rios) e Povoação (sede da Vila), ambos situados no município de Linhares-ES. Para alcançar este objetivo, partimos da experiência dos atingidos e atingidas acerca das alterações observadas pelos mesmos nas suas atividades rotineiras: como o convívio laboral, familiar, os modos de lazer e convívio social.

Destacam-se na metodologia duas etapas da pesquisa, a saber, (1) <u>etapa quantitativa</u> – com a aplicação do questionário: "Pesquisa social, econômica e cultural de moradores da foz do Rio Doce e o rompimento da barragem do Fundão" com o objetivo de conhecer de forma ampliada o universo pesquisado, e (2) <u>etapa qualitativa</u> - cujos dados coletados ocorreram a partir de entrevistas semiestruturadas e algumas em profundidade, oficinas, rodas de conversas realizadas com pessoas das comunidades atingidas e a observação participante em espaços de interação da comunidade onde se discutia a questão do desastre, além da participação em reuniões, audiências públicas e eventos relacionados ao caso. Ainda, realizamos a coleta de imagens fotográficas e em vídeo para a elaboração de um posterior documentário.

2.1. Etapa Quantitativa

A etapa quantitativa consistiu na elaboração, aplicação e tabulação do questionário, assim como uma breve análise descritiva dos dados obtidos. O questionário em questão foi intitulado "Pesquisa social, econômica e cultural de moradores da foz do Rio Doce e o rompimento da barragem de Fundão". Com o intuito de ampliar o conhecimento sobre o universo pesquisado, questões básicas como gênero, idade, escolaridade e profissão foram inseridas. Além disso, questões sobre a relação dos moradores com o ambiente também foram elencadas (atividade pesqueira, consumo de peixe e mariscos, lazer relacionado ao rio e mar).

Para além do perfil¹ e das formas de relacionamento com o ambiente, buscamos também mapear os danos observados pelos moradores. As questões referentes aos danos foram elaboradas a partir do conhecimento pretério dos pesquisadores sobre a região, e de resultados de pesquisas então divulgados sobre o rompimento da barragem de Fundão (JUSTIÇA GLOBAL, 2015; ORGANON, 2016; POEMAS, 2016). Gostaríamos de salientar que este pequeno inventário, no entanto, não teve por objetivo delimitar arbitrariamente quais são e qual é a abrangência dos danos sofridos pelos moradores das localidades, mas sim funcionar como um norte para a etapa de pesquisa qualitativa².

O trabalho de campo quantitativo ocorreu entre os meses de agosto a outubro de 2016. Para tanto contamos com o apoio de graduandos de cursos como Geografia, Biologia e Ciências Sociais que integram o Grupo de Estudos em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo (GEPPEDES), além de voluntários que residem no distrito de Regência. Com uma equipe variando de quatro a dez membros, procedemos com a aplicação dos questionários em ambas as localidades.

No total, foram aplicados 385 questionários em ambas as localidades, mais precisamente 190 em Regência e 195 em Povoação. De posse das informações levantadas a partir do questionário, pudemos então traçar um perfil aproximado do universo pesquisado, tanto em Regência quanto em Povoação, que subsidiou a etapa qualitativa da pesquisa. As análises descritivas dos dados quantitativos são apresentadas na sequencia no texto.

É importante destacar que a palavra perfil usada por nós no relatório não tem a mesma concepção daquela que tem sido usada até o momento nas iniciativas dos consultores, técnicos ligados à Samarco ou à Fundação Renova, pois o documento e outras iniciativas do grupo ligado à confecção do relatório e/ou do Geppedes consideram que todos os moradores em Regência e Povoação foram atingidos pela lama da Samarco.

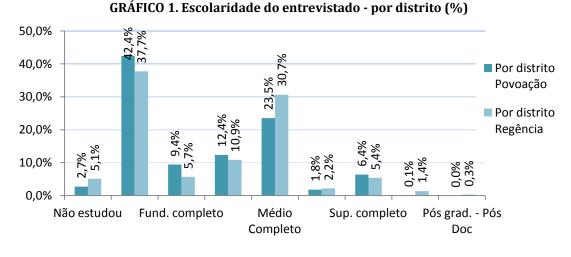
² Nesse aspecto, torna-se importante salientar que apesar da questão aberta sobre danos e afetações, aspectos diferentes sobre os efeitos do desastre continuaram aparecendo durante a etapa qualitativa da pesquisa e que não foram identificados durante a etapa quantitativa.

2.2.1. Resultados do Questionário: "Pesquisa social, econômica e cultural de moradores da foz do Rio Doce e o rompimento da barragem de Fundão"

De posse das informações levantadas a partir do questionário foi possível traçar um perfil aproximado do universo pesquisado, tanto em Regência quanto em Povoação. Na sequência damos destaques para alguns dados sociais, econômicos e culturais que nos permite apontar considerações sobre o perfil dos moradores de Regência e Povoação. Além disso, descrevemos também os principais danos apontados pelos moradores, a percepção de risco e potencial de contaminação envolvendo a água e por fim, salientamos alguns aspectos que já apontam para um processo de mudança social nos distritos pesquisados.

ESCOLARIDADE

Sobre a escolaridade, ressaltamos que em Regência e Povoação a resposta mais recorrente foi "fundamental incompleto", apontando um claro déficit no acesso à educação no universo estudado, conforme podemos observar no Gráfico 1. Em uma comparação entre Regência e Povoação, a última apresenta um percentual ligeiramente maior de pessoas que responderam "Não Estudou, Fundamental Incompleto ou Fundamental Completo", 54% - portanto mais da metade. Já em Regência o número de pessoas que respondeu a uma das três questões acima representou 48% do universo ali pesquisado.



Fonte: GEPPEDES (2016-17)

Caso tomemos por parâmetro o sistema educacional vigente, ao incluirmos a variável "**médio incompleto**" posicionamos a maior parte do universo pesquisado no espectro da alfabetização incompleta e ou deficitária, de acordo com os dados em questão. Nesse aspecto torna-se importante considerar que nos distritos pesquisados não há escolas de Ensino Médio (exceto turmas da Educação de Jovens e Adultos – EJA). Os alunos que querem e podem continuar estudando precisam deslocar-se até a sede do município.

TRABALHO/OCUPAÇÃO

Sobre o item trabalho, a pesca foi a principal ocupação laboral apontada pelos entrevistados tanto em Regência quanto em Povoação. Em Regência 15,5% dos entrevistados apontaram a pesca como principal atividade econômia, enquanto que, em Povoação o percentual aumenta para 17%, conforme observamos no Gráfico 2.

25,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%
20,0%

GRÁFICO 2: Principal Atividade Econômica do Entrevistado (antes do rompimento da barragem) –
Por distrito (%)

Fonte: GEPPEDES (2016-17)

Chama a atenção ainda a diferença entre Regência e Povoação no que tange a segunda ocupação respondida pelos entrevistados. Em Povoação a segunda principal atividade

foi o Trabalho Rural, enquanto que em Regência a segunda atividade mais elencada foi o Comércio.

Convém lembrar que alguns comerciantes de Regência, enquanto segmento, são destinatários de política própria (recebimento de auxílio emergencial). Este reconhecimento é oriundo de sucessivas reclamações e manifestações na vila com o mote "cartão para todos"³. Até então, eles não eram enquadrados no "perfil" – criado pela própria mineradora – passível de compensação financeira emergencial em decorrência do desastre, como deveriam ser todos os autointitulados pescadores e agricultores ribeirinhos do Rio Doce.

Apesar dos prejuízos na atividade comercial terem sido reconhecidos pela empresa, um ponto que merece destaque nesse sentido diz respeito à informalidade, aspecto tradicional no comércio e turismo da região. Muitos estabelecimentos comerciais nos distritos pesquisados funcionam na informalidade, podendo ser um espaço físico separado das residências ou mesmo na própria residência, como ocorria com a venda de alimentos e aluguel de quartos. O não reconhecimento desta realidade deixa à margem do "perfil" àqueles que não conseguem comprovar a renda ou o registro do seu comércio. Os que trabalhavam na informalidade vêm apresentando dificuldades para conseguir o mesmo reconhecimento que os estabelecimentos formais.

Depois da Pesca, do Trabalho Rural e do Comércio, outra atividade digna de nota na região é a Construção Civil, que apareceu como a quarta ocupação mais importante no universo estudado. No entanto, a atividade também atravessa um momento complicado com a queda nos investimentos imobiliários – desde a construção de novas casas de veraneio a pequenas reformas e reparos. Além da construção civil, outros tipos de prestação de serviços, ligados, sobretudo ao contexto de atividades de veraneio e turismo também foram prejudicados. No caso, pessoas que prestavam serviço como diaristas, atividades de jardinagem, de caseiras e cozinheiras e outros estão atravessando um contexto de desemprego. Mesmo assim, muitos não conseguem se inserir no "perfil" determinado pela empresa.

³ Ocorridas, sobretudo em Abril de 2016.

ALIMENTAÇÃO E RELAÇÃO COM O AMBIENTE

Sobre a alimentação, salientamos que do universo pesquisado, 98% afirmaram ser o peixe (ou marisco) parte relevante da dieta da sua família (Gráfico 3).

100,0% 80,0% 60,0% 40,0% 20,0% 0,0% **End of the control of

GRÁFICO 3: Família consumia peixe (ou marisco) - por distrito (%)

Fonte: GEPPEDES (2016-17)

Já o Gráfico 4 aponta para a frequência que o pescado era consumido pela família entrevistada em ambos os distritos.

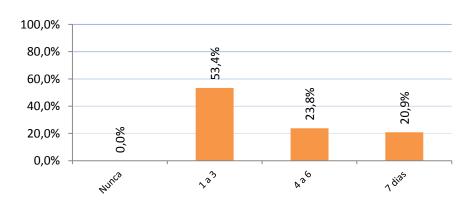


GRÁFICO 4 - Frequência de consumo de peixe (ou marisco) (N° de dias na semana) - Total (%)

Fonte: GEPPEDES (2016-17)

Embora a maioria tenha afirmado que o pescado era consumido de uma à três vezes por semana (53,4%), chamou a atenção a frequência da opção menos assinalada, mas que responde a surpreendentes 20% do universo pesquisado: são pessoas que se

alimentavam do peixe diariamente (Gráfico 4). O Gráfico 5 aponta para as formas de aquisição do pescado em ambos os distritos:

100,0%
90,0%
80,0%
70,0%
60,0%
40,0%
30,0%
20,0%
10,0%
Pescava
Famíliar é pescador C/ vizinho pescador Outro modo

GRÁFICO 5. Forma de aquisição do peixe ou camarão - Total (%)

Fonte: GEPPEDES (2016-17)

Sobre as formas de aquisição do pescado (Gráfico 5), mais de 66% responderam que eles próprios o pescavam. A segunda resposta mais frequente, com mais de 15%, aponta algum parente como provedor do pescado que chega à mesa da família e para 14% dos entrevistados o pescado era adquirido com os vizinhos. Nesse sentido, voltamos a destacar as relações de trocas estabelecidas entre parentes, amigos e vizinhos, por ser uma forma econômica muito praticada entre os moradores nos distritos pesquisados.

DANOS RECORRENTES DO DESASTRE

Sobre a percepção dos entrevistados acerca das mudanças e danos decorrentes da chegada da Lama de Rejeitos, salientamos alguns aspectos através dos dados colhidos pelo questionário.

No pequeno inventário dos danos sofridos até o momento pelos entrevistados, 99% do total de entrevistados afirmou que estão sofrendo com a "**Mudança na Rotina**" em decorrência da situação vivenciada com o desastre. As mudanças são diversas, conforme verificamos no Gráfico 6. A "**Perda da Atividade de Lazer**" foi apontada por mais de

91% dos entrevistados. O "**Prejuízo na atividade pesqueira**" e os "**Prejúizos na rotina diária**" foram apontados por 81,6% e 80,9% do total de entrevistados respectivamente. Em seguida "**Aumento nos gastos com alimentação**" e o "**Aumento nos gastos com água**" também foram lembrados pelos entrevistados.

Reforçamos que conforme apontamos anteriormente, este inventário possui um limite temporal circunscrito ao período de campo. Logo, as percepções e as experiências dos danos pode alterar-se com o passar o tempo.

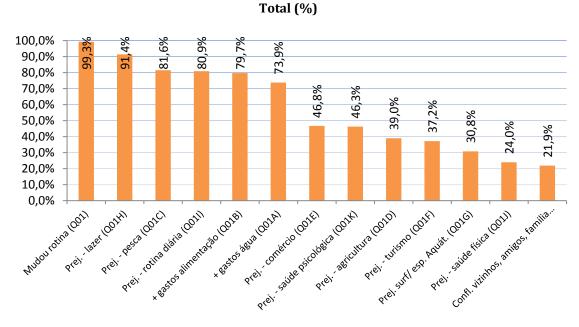
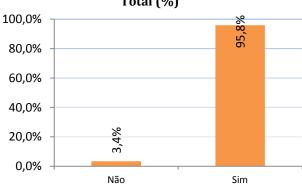


GRÁFICO 6. Danos em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão -

Fonte: GEPPEDES (2016-17)

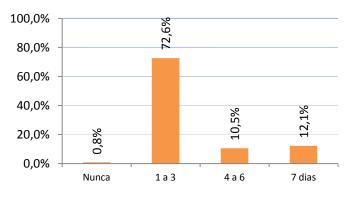
A **perda de opções de lazer** foi então a segunda questão mais lembrada – superando o prejuízo na atividade pesqueira, o aumento nos gastos com alimentação e água. De fato, diante de um olhar mais detalhado acerca da relação extra laboral da população em questão com o Rio Doce, percebemos que 95% do universo dos entrevistados tinham o hábito de se banhar no Rio Doce (Gráfico 7), o que demonstra que não eram apenas os turistas que se beneficiavam desse tipo de relação lúdica com o meio; aspecto já destacado no relatório de outro grupo de pesquisa (ORGANON, 2016).

GRÁFICO 7. Entrevistado ou outra pessoa da família tomavam banho de rio e/ou de mar – Total (%)



Fonte: GEPPEDES (2016-17)

GRÁFICO 8. Frequência com que tomavam banho de rio e/ou de mar (n° de dias na semana) – Total (%)



Fonte: GEPPEDES(2016-17)

Já o Gráfico 8 aponta que embora a maioria (72%) afirmasse tomar banho de rio (ou mar) de 1 a 3 vezes por semana, um número expressivo dos entrevistados afirmou usar o rio (ou mar) mais de 4 dias por semana para lazer e banho, totalizando aproximadamente 22% do universo pesquisado (Gráfico 8). O hábito da pescaria em família, dos churrascos na beira do rio ou nas ilhas e bancos de areia nele formados, os mergulhos nas tardes de verão, todas estas lembranças estiveram elencadas durante as entrevistas em referência à falta que o Rio Doce faz aos grupos domésticos.

Como já era esperado, o **prejuízo na atividade pesqueira** foi o terceiro item mais apontado – após a mudança na rotina e a perda de atividades de lazer – e (pode) está intrinsecamente ligado ao quarto item em frequência – **aumento nos gastos com a**

alimentação. A centralidade do peixe na dieta local ficou assim mais uma vez evidente, estando as famílias agora expostas à procura de outras fontes proteicas – a maioria oriunda do supermercado – para o seu sustento.

A quarta mudança mais apontada também envolveu o **aumento de gastos domésticos**, desta vez com água. A discussão acerca da água mais uma vez contrastou em Regência e Povoação. Ao passo que em Povoação houve um atendimento considerado relativamente satisfatório do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), que presta este serviço à cidade de Linhares; para a 40% da população de Regência, a **qualidade da água** foi considerada insatisfatória, péssima (12,3%) ou ruim (18,8%). Já em Povoação, os que afirmaram que a água que chegava às suas casas era Ruim ou Péssima ficou em torno de 20%, com a esmagadora maioria escolhendo a categoria regular, boa ou ótima ao avaliar a qualidade da água recebida em casa (Gráfico 9).

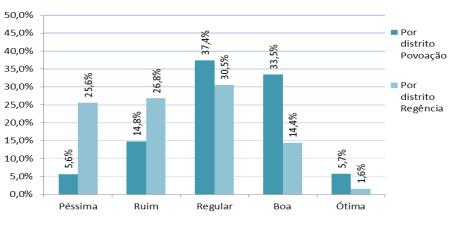


GRÁFICO 9. Qualidade da água distribuída pela SAAE - por distrito (%)

Fonte: GEPPEDES (2016-17)

Em Regência, um total de 67% dos entrevistados afirmou ter notado na água fornecida pelo SAAE algum tipo de coloração destoante do que se poderia esperar de uma água própria para o consumo. Outros 46% reclamaram do cheiro da água e aproximadamente 27%, do gosto da mesma (Gráfico 10). Em Povoação 42% reclamaram da coloração da água, 29% do cheiro e 31% do gosto da água. Os dados apontam para uma insatisfação no que tange a qualidade da água distribuída nos distritos após o rompimento da Barragem de Fundão.

70,0% 67,8% Por 60,0% 52, 42,3% distrito 50,0% Povoação 29,7% 40,0% Por 30,0% distrito Regência 20,0% 10,0% 0,0% Coloração Cheiro ruim Qual. água SAAE Gosto ruim -10,0% (Q03C) (Q03B) (edt. Q03RP) (Q03A)

GRÁFICO 10. Qualidade da água distribuída pelo SAAE - por distrito (%)

Fonte: GEPPEDES (2016-17)

PERCEPÇÃO DE RISCO E POTENCIAL DE CONTAMINAÇÃO ENVOLVENDO A ÁGUA

Quando passamos à discussão acerca das atividades potencialmente danosas para a saúde dos indivíduos após a chegada da lama de rejeitos à foz do Rio Doce, a água continuou sendo o grande vetor da contaminação e o meio a ser evitado para a conservação da saúde.

Destacamos de saída a impressão geral que os moradores da região têm da qualidade da água do Rio Doce após o derrame de rejeitos da barragem operada pela Samarco, Vale e BHP: 90% dos entrevistados **consideraram a qualidade da água Ruim ou Péssima** – esta última opção assinalada por quase 70% do universo pesquisado (Gráfico 11).

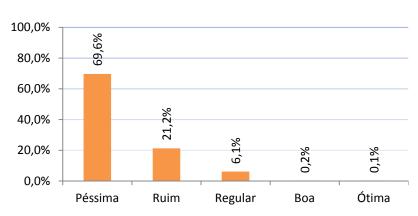


GRÁFICO 11. Qualidade da água do Rio Doce após a chegada da lama de rejeitos - Total (%)

Fonte: GEPPEDES (2016-17)

Já o Gráfico 12 aponta para a relação com o ambiente e a percepção do risco dos moradores entrevistados em Regência e Povoação. Nesse aspecto, as atividades que apresentam maior risco para os entrevistados são, em ordem de maior risco, "Consumir Água do Rio", "Comer Peixe do Rio", "Tomar Banho no Rio", "Tomar Banho no Mar" e "Comer Peixe do Mar".

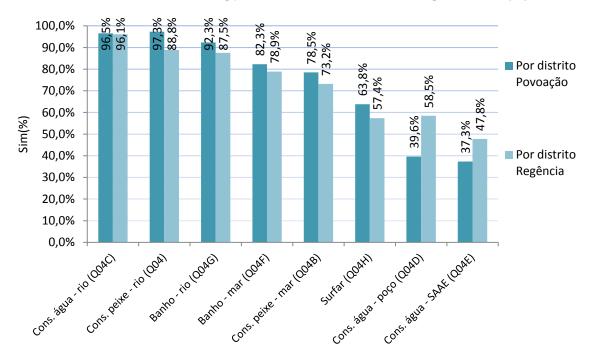


GRÁFICO 12. Ambiente e Percepção de Risco dos entrevistados - por distrito (%)

Fonte: GEPPEDES (2016-17)

A percepção contrastante em relação à àgua também na tabela acima, onde "Consumir água da SAAE" foi apontado como fator de risco à saúde por 10% a mais de indivíduos em Regência que em Povoação. Outra diferença interessante é, no item "Consumir água de Poço", enquanto em Regência foi apontado como um fator de risco de saúde por quase 60% (58,5%) dos respondentes, em Povoação, a mesma quantidade de entrevistados não achou que beber a água proveniente do lençol freático *in natura* pudesse acarretar em algum dano futuro à saúde. Destacamos que em Regência há a presença de oleodutos, gasodutos e poços perfurados pela PETROBRAS e são, por vezes, associados às dúvidas que os moradores apresentam quanto à qualidade da água obtida do lençol freático. Sobre esse aspecto, há o registro de pelo menos um grande vazamento de óleo na margem sul do Rio Doce, na comunidade de Areal, em meados da década de 1980.

É interessante destacar que a percepção dos entrevistados acerca do **risco do consumo de peixes** parece ser sutilmente atenuado dada à sua origem: ao passo que 94% do total consideraram **comer peixes oriundos do Rio Doce um risco para a saúde**, "apenas" 74% consideram que **comer peixes oriundos do mar pudesse acarretar em alguma contaminação ou dano à saúde**.

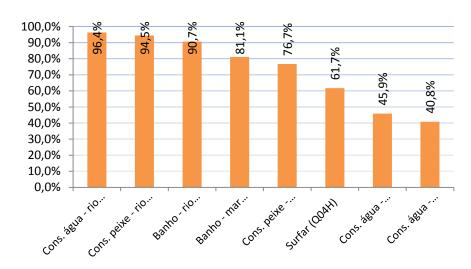


GRÁFICO 13. Ambiente e Percepção de Risco dos entrevistados - Total (%)

Fonte: GEPPEDES (2016-17)

Ainda sobre a questão do peixe, quando perguntados **se conheciam alguém nas comunidades que continuava a consumir peixes regularmente**, aproximadamente 70% dos respondentes de Regência responderam que sim. Em Povoação, o número de indivíduos que respondeu positivamente à mesma questão caiu para aproximadamente 40% (Gráfico 12).

GRÁFICO 14. Conhece quem está consumindo peixe na vila regularmente - por distrito (%)

Fonte: GEPPEDES (2016-17)

DESASTRE E MUDANÇA SOCIAL NA FOZ DO RIO DOCE

Diante do conjunto de dados até agora apresentados, pudemos perceber a mudança na vida das pessoas que habitam a Foz do Rio Doce como algo tão real quanto drástico. O rompimento da barragem de rejeitos de minério operada pela Samarco resultou em uma alteração radical da percepção dos moradores sobre o ambiente do qual fazem parte.

Assim, do contexto prévio de dependência ambiental e interconexão com os fluxos das águas do mar e do Rio Doce passou-se a uma situação na qual a água traz consigo não mais a fartura de seus ciclos e seres associados, mas o risco à saúde advindo da má utilização e irresponsabilidade do negócio minerário localizado à montante do Rio Doce.

Da irresponsabilidade representada pela chegada dos rejeitos decorrem os prejuízos às atividades tradicionais na região, sendo a interdição da pesca em decorrência da possibilidade de contaminação do pescado, o exemplo mais extremo de alteração na socialização dos prejuízos no vale do Rio Doce em prol do lucro privado dos acionistas das empresas mineradoras.

Somada à interdição da pesca, a agricultura também sofreu e ainda sofre com a incerteza quanto às futuras lavouras localizadas na zona de influência das cheias do Rio Doce – área que amarga notória queda de produtividade desde que a última cheia espalhou os rejeitos de minério pela planície alagável. A diminuição na frequência de turistas e

visitantes a níveis mínimos quando comparado ao período antes da chegada da Lama da Samarco é mais um agravante na situação econômica da região.

Diante da inequívoca piora da qualidade de vida e o eminente risco à subsistência e à segurança alimentar das comunidades em questão – assim como demais comunidades ao longo da extensão do Rio Doce – foi oferecido um "cartão emergencial" no qual um valor é depositado mensalmente a quem se enquadra no perfil de atingido, nos moldes estabelecidos pelas próprias causadoras dos danos, com um percentual de acréscimo por dependente.

No universo total pesquisado, o "cartão" (auxílio emergencial) abrangeu 39% dos entrevistados. A diferença foi mínima entre Regência (38,2%) e Povoação (39,6%). Sem adentrar a espinhosa questão da abrangência da distribuição do cartão, salientamos uma questão frequentemente levantada em campo: a do limite de saque e a periodicidade mensal do depósito.

A periodicidade e o limite mensal contrastam com a realidade até então vivida na região: do pagamento por diárias e o recebimento pelo sucesso do esforço realizado, seja numa colheita farta de cacau seja numa boa pescaria. Ou, ainda, na empreitada da construção de uma casa ou um feriado movimentado.

Além desta violenta transformação em relação ao tempo anteriormente vivido, também mostrou-se violento o processo de adaptação dos habitantes da região às novas demandas e experiências que surgem, nivelando por baixo e homogeneizando as diferentes realidades e relações prévias travadas entre os habitantes destas comunidades o Rio Doce, o oceano, o solo e demais entes.

2.2. Etapa Qualitativa

Dentre os dois tipos de metodologia, a qualitativa foi a mais utilizada ao longo dos 15 meses de contato dos pesquisadores com o campo. O método etnográfico baseado na

participação engajada (MAGALHAES E HERMANDEZ, 2010; ZHOURI E OLIVEIRA, 2013) balizou, portanto, a coleta e análise dos dados qualitativos apresentados neste relatório. Mais adiante vamos fazer algumas considerações acerca do trabalho de campo e as variações nas formas de inserção e coleta de dados.

Inicialmente, a título de descrição, seguem listadas o conjunto de técnicas de observação e registro utilizados na pesquisa e que envolveram: (1) observação participante; (2) análise situacional; (3) entrevistas semi-estruturadas e em profundidade; (4) oficinas nas comunidades. Através dessa variação das técnicas para coleta de dados foi possível empreender de diferentes formas o processo de escuta sobre como tem sido os desdobramentos do derrame de rejeitos de minério na foz do Rio Doce. Neste intuito, buscamos elencar os efeitos sociais advindos de tal evento através da perspectiva dos moradores atingidos, por meio dos relatos de suas vivências.

Ao longo do texto, portanto, vamos apresentar algumas narrativas que ilustram como o desastre tem sido vivenciado na região da foz do Rio Doce. No intuito de sistematizar os efeitos relatados organizamos os quadros (01 e 02) que correspondem aos efeitos observáveis e relatados pelos atingidos durante todo o processo de coleta de dados (novembro de 2015 a fevereiro de 2017). O primerio quadro corresponde aos efeitos decorrentes do anúncio do desastre, ou seja, antes mesmo da chegada dos rejeitos à região da foz do Rio Doce. O segundo quadro corresponde aos efeitos decorrentes da chegada dos rejeitos a região estudada.

Isto posto, gostariamos de salientar que os efeitos negativos advindos da Lama da Samarco não podem ser resumidos nem ao quadro que se segue ou mesmo aos dados quantitativos e qualitativos apresentados neste relatório. Pelo contrário, o inventário dos danos aqui descritos se propõe a auxiliar nas reflexões e possíveis processos de reparação de afetações e danos vivenciados em decorrência do desastre. Nossas análises partem de uma perspectiva analítica que enxerga este evento como um processo social e como tal, os efeitos dele decorrentes são experimentados e vivenciados tanto no passado, quanto no presente e no fututo. Neste sentido, consideramos este documento mais um ponto de partida que um ponto de chegada acerca dos desdobramentos do derrame de rejeitos no Rio Doce.

Quadro 01

Efeitos do desastre narrados e observados nos distritos de Regência e
Povoação - durante "a espera pela lama"
1. Desinformação generalizada sobre o desastre
2. Falta de informação sobre os componentes químicos presentes na barragem e
derramados no rio
3. Falta de informação sobre a situação dos distritos no momento da chegada da lama e
como lidar com a situação (medo de enchente, necessidade de evacuação)
4. Falta de informação sobre como seria o abastecimento de água na vila após a
chegada da lama
5. Necessidade da abertura da foz do Rio Doce com uso de draga
6. Sentimentos de ausências do poder público na região
7. Espera pela chegada da empresa na região (não havia contato pretérito com a
empresa)
8. Restrição do abastecimento de água (falta de água com frequência)
9. Prejuízo na pesca com a proibição da atividade no rio
10. Proibição da navegação no rio
11. Prejuízo na agricultura com a paralisação da irrigação com água do Rio Doce
12. Preocupação com a atividade agrícola nas ilhas e margens após a chegada da lama
13. Preocupação com a alimentação dos moradores no futuro
14. Prejuízo no comércio local (supermercado, mercearia, padaria, material de
construção e outros informais)
15. Redução do turismo para lazer
16. Cancelamento de diárias em pousadas e alugéis de casa (estabelecimentos formais e
informais)
17. Cogitação da necessidade de migração familiar
18. Presença de maquinários, trabalhadores da Samarco, tendas de informação e
helicópteros que alteraram a paisagem e a rotina dos moradores
19. Inserção de outsiders na localidade: trabalhadores da Samarco e contratadas,
jornalistas, pesquisadores, advogados e curiosos
20. Contratação pela empresa de pescadores locais para trabalhar na mitigação do dano
21. Inserção de vários advogados oportunistas ("abutres")
22. Sucessivas reuniões "de portas fechadas" entre a Samarco e representantes de

Quadro 01. Efeitos sociais observáveis e relatos nos distritos de Regência e Povoação durante o período de "espera pela lama". Fonte: Elaboração própria.

23. Abalo emocional generalizado: ansiedade, nervosismo, preocupação, medo,

24. Doação externa de água e mantimentos para famílias necessitadas

segmentos sociais locais

insegurança, insônia

Quadro 02

Efeitos do desastre narrados e observados nos distritos de Regência e Povoação – "com a chegada da lama"

- 1. Ausência de informação local sobre os componentes químicos presentes na barragem e derramados no rio
- 2. Reclamações sobre a falta de informação local sobre a qualidade da água do Rio Doce póschegada da lama

- 3. Reclamações sobre a falta de informação local sobre a qualidade da água que abastece a vila pós-chegada da lama
- 4. Reclamações sobre a falta de informação sobre a localização do poço de onde é retirada a água para abastecer a vila através dos caminhões pipas.
- 5. Necessidade de estabelecimento de relações burocráticas e administrativas com a empresa
- 6. Queda do turismo de final de ano e alta temporada (verão)
- 7. Queda do turismo durante todo o ano de 2016
- 8. Interrupção de festas populares
- 9. Procura por regularização do comércio informal e das atividades autônomas a fim de garantir o direito a obtenção do auxilio emergencial
- 10. Proibição da pesca no rio
- 11. Proibição da pesca no mar
- 12. Prejuízo na agricultura (perda da lavoura anterior ao rompimento da barragem, dificuldades no presente e comprometimento futuro da mesma)
- 13. Quebra da rotina diária
- 14. Aumento no uso de bebidas alcoólicas
- 15. Desemprego local (comércio, turismo, construção civil, diarista, pesca, agricultura e outros)
- 16. Prejuízo na alimentação (impossibilidade de comer peixe e mariscos)
- 17. Insegurança alimentar
- 18. Dificuldade de vender o peixe ou marisco mesmo quando pescado em outra região
- 19. Aumento nos gastos com água (alimentação e uso doméstico)
- 20. Aumento nos gastos com alimentação
- 21. Ampliação dos conflitos com vizinhos, amigos e familiares.
- 22. Endividamento (não pagamento de contas como água e energia; cartão de crédito e empréstimos)
- 23. Dificuldade para pagar o aluguel
 - 24. Migração familiar (para morar no centro de Linhares ou em outro município)
 - 25. Migração parcial familiar (chefe de família migra para trabalhar em outro local)
 - 26. Readequação de núcleos familiares
 - 27. Abandono de animais domésticos
 - 28. Perdas das atividades de lazer e espaços de socialização (banho no rio, no porto, no mar, passeios nas ilhas)
 - 29. Impossibilidade da prática de surf e outros esportes aquáticos
 - 30. Interrupção de projetos de vida
 - 31. Aumento do abalo emocional: ansiedade, nervosismo, medo, insegurança, preocupação, ansiedade e tristeza
 - 32. Falta de perspectiva para o futuro
 - 33. Perda da autonomia financeira e dependência econômica da Samarco
 - 34. Conflitos referentes ao processo de cadastramento e recebimento do auxílio emergencial efetuado pela Samarco
 - 35. Dificuldades para provar-se atingido pelo desastre e ter acesso ao auxílio emergencial
 - 36. Frustrações individuais no não recebimento do auxílio emergencial

Quadro 02. Efeitos sociais observáveis e relatatos nos distritos de Regência e Povoação com a chegada da lama de rejeitos. Fonte: Elaboração própria.

2.2.1. O Trabalho de campo e as variações nas formas de inserção e coleta de dados

As primeiras inserções em campo podem ser datadas no período imediato ao rompimento da barragem – novembro de 2015 – quando os três pesquisadores da equipe, a saber: Flávia Amboss Merçon Leonardo, João Paulo Lyrio Izoton e Hauley Valim, residiam no distrito de Regência Augusta. Neste período os pesquisadores acompanharam *in loco* todo o drama vivenciado inicialmente: do anúncio do rompimento da barragem e da chegada dos rejeitos à região da foz do Rio Doce aos seus desdobramentos institucionais emergenciais.

Valendo-se do método de observação participante, anotações no caderno de campo e recursos audiovisuais, os pesquisadores acompanharam os primeiros "agenciamentos da lama" no distrito de Regência Augusta conforme reflexões que realizamos em CREADO (et al., 2016). Com o anúncio da lama, chegaram à vila de Regência funcionários da Samarco, jornalistas, pesquisadores e curiosos – no afã de acompanhar os momentos de chegada da lama à região, e quais seriam os seus resultados mais imediatos. Durante o mesmo período, uma série de reuniões foram realizadas na vila de Regência – com o poder público executivo e legislativo, Ministério Público, Defensoria Pública – e elas também foram acompanhadas pelos pesquisadores envolvidos nesta pesquisa.

Quadro 03

	Trabalho de campo em Regência	Data
	(Novembro/2015 a fevereiro/2016)	
	Observação participante no distrito de Regência	
1.	Observação das sucessivas tentativas de abertura da foz do Rio Doce	05/11/2015
		a 20/11/2015
2.	Participação na Reunião da Federação das Associações de Pescadores do	09/11/2015
	ES com os pescadores artesanais de Regência	
3.	Participação na Reunião com uma comissão da Assembleia Legislativa	11/11/2015
	do Espírito Santo em Regência	
4.	Campo Exploratório do GEPPEDES que antecede a chegada da "lama de	14/11/2015 e
	rejeitos" na foz do Rio Doce	15/11/2015
5.	Observação participante durante a chegada da "lama" na foz - em	21/11/2015
	Regência	
6.	Participação na Audiência Pública em Regência solicitada pelo	04/12/2015
	Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP)	
7.	Participação na Reunião da Samarco com a comunidade no Centro	Dez/2015
	Ecológico em Regência	
8.	Participação na Reunião com o Ministério Público Federal, Ministério	14/12/2015

	Público do Trabalho e Ministério Público do Estado do ES em Regência.	
9.	Participação na Reunião do Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce em	13/02/2015
	Regência.	

Quadro 03. Trabalho de campo em Regência - Novembro/2015 a fevereiro/2016. Fonte: elaboração própria.

Com a consolidação do cenário, a partir de março de 2016 foi possível estruturar um diagnóstico mais amplo acerca dos impactos decorrentes da Lama da Samarco. Houve a oportunidade de participar de atividades de campo em outras regiões – como no âmbito da Caravana Territorial do Rio Doce que percorreu o Rio Doce da foz até a cidade de Governador Valadares – e audiências públicas, eventos acadêmicos sobre o acontecido e reuniões do Fórum Capixaba de Defesa do Rio Doce.

Nestes espaços tivemos a oportunidade de observar os atingidos de diversas regiões expressarem suas percepções acerca do impacto sofrido, das reações da empresa e do poder público e do grau de dano ambiental sobre os recursos que utilizavam do Rio Doce. Também foi enriquecedor o contato com a opinião de especialistas, técnicos e acadêmicos acerca do tema. O quadro 04 sintetiza algumas dessas atividades.

Quadro 04

	Trabalho de campo em contexto ampliado	Data
1.	Visitas técnicas as comunidades de Regência (Linhares-ES), Maria Ortiz (Colatina-ES), Mascarenhas (Baixo Guandu-ES), Assentamento do MST "Sezinio Fernandes (Linhares-ES), Terra Indigena Krenak (Resplendor-MG) e Governador Valadares-MG - com a Caravana Territorial da Bacia do Rio Doce	12/04/2016 a 14/04/2016
2.	Visita técnica a Comunidade de Gesteira em Minas Gerais com a equipe do Seminário "O desastre da Samarco: balanço de seis meses de impactos e ações"	05/05/2016 e 06/05/2016
3.	Participação no I Seminário do Movimento dos Pescadores do ES (SEMOPES)	23/06/2016
4.	Participação na Audiência Pública da Frente Parlamentar Estadual Pró- Rio Doce e da Comissão de Meio ambiente. Realizada na Assembleia Legislativa ES.	29/06/2016
5.	Participação no Grito dos excluídos cujo tema foi <i>"Este sistema é insuportável: exclui, degrada e mata!"</i> – na cidade de Vitória-ES. Ação coordenada pelo Fórum Capixaba em defesa da bacia do Rio Doce	07/07/2016
6.	Visita técnica à região de Mariana (MG) afetada pelo desastre – atividade realizada no âmbito do Seminário Rio de Gente, realizado pelo Greenpeace.	01/11/2016
7.	Participação na Jornada de Lutas do MAB – "1 ano do crime da Samarco" em Mariana – MG	03/11/2016 a 05/11/2016

8. Participação na Audiência Pública com o tema: "Estudos e devidos	30/11/2016
esclarecimentos sobre os impactos causados e futuros por metais	
pesados, carreados junto a lama da barragem da Samarco, nas águas,	
mariscos, peixes, crustáceos da foz do rio Doce e na saúde do cidadão	
capixaba" ocorrida na Assémbléia Legisilativa ES	
9. Participação na Plenária Geral de avaliação e planejamento do Fórum	12/12/2016
Capixaba do Rio Doce	
10. Participação na Reunião do Fórum Capixaba em Defesa da Bacia do Rio	12/01/2017
Doce na Barra do Riacho (Aracruz-ES). Evento que contou com a	
participação do Fórum Norte e teve o intuito de criar o fórum local na	
região sul da foz do Rio Doce - Barra do Riacho (Aracruz-ES)	

Quadro 04. Atividades de campo ampliado. Fonte: elaboração própria.

No período de maio (2016) a fevereiro (2017) retomamos com as inserções mais densas aos distritos de Regência e Povoação, contando com o apoio e a parceria de integrantes⁴ do Programa de Extensão do GEPPEDES/UFES: "Áreas protegidas e grandes projetos de desenvolvimento no horizonte de vivências das comunidades locais: os impactos socioambientais e seus desdobramentos" (edital Proext-2016), coordenado pelas professoras Aline Trigueiro e Eliana Creado e, em seguida, do edital "Mão na massa e pé na lama", promovido pelo Greenpeace em parceria com o Projeto Colaborativo Rio de Gente. Neste período realizamos atividades de campo visando identificar três aspectos centrais: (a) como o rompimento da barragem afetou a vida dos moradores na foz do Rio Doce, (b) Como os arranjos institucionais decorrentes do desastre são percebidos e vivenciados pelos atingidos e (c) quais perspectivas de futuro estão sendo agenciadas pelos sujeitos pesquisados.

Neste intuito, o campo no período em destaque priorizou as seguintes atividades qualitativas: (1) observação participante em espaços de interação comunitária sobre o desastre; (2) oficinas com grupos comunitários; (3) rodas de conversa com atingidos; (4) entrevistas semi-estruturadas e em profundidade com atingidos pelo rompimento da barragem. O quadro 05 sintetiza essas atividades de campo.

_

⁴ A participação de Bianca de Jesus Silva, Nayara Pinto Santana, Luiz Otávio Martins Duarte foi fundamental em toda a etapa da pesquisa. Destacamos ainda a participação de Camila Pagani Canal e Gabriel Keller durante a etapa quantitativa no distrito de Regência. Bianca e Gabriel são alunos do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (UFES) e integrantes do GEPPEDES. Nayara, Luiz e Camila são alunos de graduação e bolsistas no Programa de Extensão em destaque. Além disso, destacamos também a participação de Fernanda Guimaraes Marques, Lucas Caliman Ortiz, Matheus Dadalto, moradores de Regência que auxiliaram durante a etapa quantitativa no distrito de Povoação e durante a etapa qualitativa em Regência. Por fim, salientamos a participação dos nossos interlocutores locais que contribuíram não só com a logística e a infraestrutura da pesquisa, mas com o processo de análise e reflexão da mesma. No entanto, para garantir o direito ao anonimato, optamos por preservar os nomes desses interlocutores.

Quadro 05

Trabalho de campo na Foz do Rio Doce	Data
(maio/ 2016 a fevereiro/ 2017)	
1. Participação na Reunião da Samarco com a comunidade de Regência	10/05/2016
sobre o acordo assinado com o Governo Federal	
2. Trabalho de Campo com a equipe do GEPPEDES em Regência	30/05/2016
3. Trabalho de Campo com a equipe do GEPPEDES na Barra do Riacho	09/08/2016
4. Reunião de apresentação da pesquisa "Depois da lama: os atingidos e	Agosto/2016
impactos na foz do Rio Doce" em Regência	
5. Trabalho de campo intensificado em Regência e Povoação	Julho/2016
	a fevereiro/2017
6. Oficina GEPPEDES - "Áreas Protegidas e grandes projetos industriais	29/08/2016
nas vivências das comunidades locais – Regência"	
7. Reunião de apresentação da pesquisa "Depois da lama: os atingidos e	Setembro/2016
impactos na foz do Rio Doce" em Povoação	
8. Oficina GEPPEDES - "Áreas Protegidas e grandes projetos industriais	10/10/2016
nas vivências das comunidades locais – Barra do Riacho"	
9. Participação na Audiência Pública com a Defensoria Pública, Fundação	23/09/2016
Renova e atingidos no distrito de Povoação	
10. Oficina de formação e diagnóstico participativo na comunidade de	Nov/2016
Entre Rios/Regência	
11. Participação na Reunião da Fundação Renova com a comunidade de	Nov/2016
Entre Rios	
12. Realização de entrevistas semiestruturadas para edição futura de	Jan e fev/2017
documentário	
13. Participação na Reunião da Fundação Renova com a comunidade de	02/02/2017
Entre Rios	

Quadro 5. Trabalho de campo na Foz do Rio Doce (maio de 2016 a fevereiro de 2017) – em Regência, Areal, Entre Rios, Povoação e Barra do Riacho. Fonte: Elaboração própria.

Diante do exposto, salientamos que ao todo foram realizadas 26 entrevistas semiestruturadas e/ou em profundidade com pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão nos distritos de Regência e Povoação (Linhares-ES). As entrevistas foram orientadas para privilegiar alguns aspectos específicos, a saber: (a) compreensão da relação entre os moradores e o ambiente; (b) percepções e afetações do desastre (c) alterações no cotidiano individual, familiar e coletivo; (d) percepção das ações institucionais para gerenciamento do desastre; (e) perspectivas para o futuro. Além disso, algumas entrevistas abordaram aspectos sobre modo de vida, histórico de ocupação na região e trajetórias familiares.

Todas as entrevistas foram gravadas com aparelho de áudio. Algumas entrevistas também foram gravadas com recurso audivisual. Além das entrevistas semiestruturadas e/ ou em profundidade, momentos públicos como manifestações, reuniões e audiências

púbicas também foram registradas em vídeo. Nestes variados momentos pudemos observar – e registrar – o posicionamento público de autoridades, representantes da empresa e principalmente dos atingidos, o foco principal deste trabalho.

Os instrumentos de análise foram transcritos por completo pelos alunos bolsistas do GEPPEDES, buscando sempre manter a fidelidade das falas. No entanto, resguardamos o direito ao anonimato para as entrevistas no contexto individual – ponto debatido entre os membros da equipe – e com isso, alteramos os nomes reais por nomes fictícios no presente relatório.

Por fim, consideramos relevante salientar que muitos dos dados e experiências são compartilhados com o projeto de extensão supra mencionado do GEPPEDES, por se tratar de uma experiência colaborativa cujas equipes e atividades de campo estarem sobrepostas em diversos momentos.

3. Contextualizando o desastre no Vale do Rio Doce

3.1. Rompimento da barragem do Fundão e desastre no Vale do Rio Doce

A barragem do Fundão, estrutura operada pela empresa Samarco Mineração S.A. (cujo capital é controlado paritariamente pelas multinacionais Vale S.A e BHP Bilinton Brasil Ltda), rompeu no dia 05 de novembro de 2015, no município de Mariana-MG, produzindo o maior desastre relacionando à atividade de mineração, ocorrido no Brasil (JUSTIÇA GLOBAL, 2015). Com o rompimento, 50 milhões de metros cúbicos de resíduos minerários foram despejados no ambiente. Este absurdo volume de rejeitos da mineração tomou a forma de uma "avalanche de lama", causando a destruição total e parcial de povoados mais próximos, como foi o caso de Bento Rodrigues, de Paracatu (distritos de Mariana-MG) e de Gesteira (distrito de Barra Longa-MG).

Além das milhares de toneladas de peixes e outros animais mortos, 19 pessoas⁵, compostas em sua maioria por trabalhadores terceirizados da empresa também morreram em decorrência direta e imediata do rompimento da barragem. Em seguida, aquilo que convencionou-se chamar localmente de "lama da Samarco"⁶ – formada por partículas de solo e minérios de ferro combinados com arsênio, chumbo, mercúrio, manganês, cádmio, cobre e zinco – desceu pelo Vale do Rio Doce atingindo toda a sua população (JUSTIÇA GLOBAL, 2015).

Desde então, o enredo que se desdobra no Vale do Rio Doce coloca de um lado a empresa e suas controladoras, que contam com o apoio e incentivos do Estado nos territórios onde se instalam; e de outro todo um conjunto de coletividades que possuía seus modos de vida e trabalho atrelados à convivência com o Rio Doce. São comunidades urbanas e rurais; agricultores, ribeirinhos, pescadores, indígenas e quilombolas que viviam *do* rio e *com* o rio que foram drasticamente afetadas (FERREIRA, 2016).

⁵ Os dados da Samarco Mineração apontam para 19 mortes, no entanto, há registro de que uma mulher grávida abortou no momento em que tentava fugir do "tsunami de lama" que destruiu o distrito de Bento Rodrigues (MAB, 2016).

⁶ Expressão utilizada pelos moradores dos distritos de Regência e Povoação, na foz do Rio Doce, mas também por outros atingidos.



Foto tirada em 01-11-216 no local onde o Rio Gualaxo do Norte (MG) encontra o Rio do Carmo (MG) e em seguida o Rio Doce. A presença do rejeito da barragem ainda é nítida na região, mesmo passados um ano do rompimento da barragem. Autoria: João Paulo Lyrio Izoton

Distantes 600 quilômetros da barragem do Fundão (MG), os moradores na região da foz do Rio Doce, localizados no município de Linhares-ES, vivem e sofrem as experiências das alterações ambientais, sociais, econômicas, afetivas e culturais decorrentes do rompimento da barragem e derramamento de rejeitos minerários no Rio Doce. Nesse sentido, conforme apontado por nós em outro trabalho sobre o tema, compreendemos que "a chegada abrupta e desestruturante, assim como os acontecimentos subsequentes, fizeram emergir modalidades de ação em escala antes não imaginadas (DAS, 1995), culminando em inesperadas formas de interação e comunicação entre os moradores e as redes que os ligam às esferas como Estado, as grandes corporações, a academia, os meios de comunicação e o aparato jurídico-administrativo como um todo" (CREADO, et al., 2016, p. 239).

Isso implica pensar o desastre como um tipo de crise social aguda, tendo em vista a perturbação imediata que promoveu no tecido social, mas sem perder de vista o processo no qual a situação foi produzida, ou seja, a crise social crônica (VALENCIO,

2010; 2014b). Na literatura científica sobre o tema, os debates vêm pautando os conceitos de risco e desastres como processos sociais (DOUGLAS, WILDAVSKY, 1983; VALENCIO, 2010; QUARENTELLI, 2015, ZHOURI et al., 2016). Baseada nesta perspectiva analítica, compreendemos os desastres como "acontecimentos coletivos trágicos nos quais há perdas e danos súbitos e involuntários que desorganizam, de forma multidimensional e severa, as rotinas de vida (por vezes, o modo de vida) de uma dada coletividade" (ZHOURI, et al., 2016, p. 50).

Diante desta interpretação teórica, é necessário analisar o desastre exposto não apenas como um evento circunscrito a um espaço-tempo, mas, pelo contrário, como um evento social e que como tal, para a sua compreensão, necessita de um cuidadoso olhar para o processo histórico que torna possível a sua ocorrência (DAS, 1995; VALÊNCIO, 2010; 2014b). Logo, torna-se fundamental contextualizar o rompimento da barragem de Fundão com o cenário nacional e latino americano de intensificação de investimentos extrativos primários voltados para exportação.

3.2. Neoextrativismo, injustiças e conflitos socioambientais

No tocante à crise crônica sobre o desastre com a barragem de Fundão, é importante destacar que a mineração integra um ciclo de atividades extrativistas que apresentou um *boom* na economia dos países latinos neste início de século. O crescimento da demanda mundial por combustíveis e metais acarretou novos investimentos extrativos na América Latina. Assim sendo, visando o mercado asiático, os países latinos procuraram investir na extração e exportação de produtos primários⁷.

Trata-se de um processo de reprimarização da economia, que Svampa (2013) denomina de "consenso de lós commodities", ao criticar a combinação de elementos neoliberais com ações neodesenvolvimentistas que vem ocorrendo nos governos latino-americanos nos

⁷De acordo com MANSUR e colaboradores (2016, p. 18): "Este megaciclo pode ser associado ao período entre 2003 e 2013, quando as importações globais de minérios saltaram de US\$ 38 bilhões para US\$ 277 bilhões (um aumento de 630%). O atendimento a essa demanda por minérios recaiu, porém, sobre poucos. Em 2013, apenas cinco países foram responsáveis por dois terços das exportações globais de minérios, tendo o Brasil se destacado com um "orgulhoso" segundo lugar, respondendo por 14,3% das exportações de minério no mundo".

últimos anos. Ações institucionais desses países visam à reorientação das economias para as atividades primárias extrativas que possuem baixo valor agregado. Para a autora em questão essas ações ensejam um aprofundamento da dinâmica de desapropriação, que pode ser de: terras, recursos naturais e territórios, produzindo assim, novas formas de dependência e dominação (SVAMPA, 2013, p. 32).

Para Gudynas (2012) este processo é caracterizado como neoextrativismo, pois há uma reconfiguração atual do modelo de desenvolvimento econômico focado na apropriação de recursos naturais. No contexto em destaque, o Estado passa a ter papel ativo na economia e passa a justificar tais ações através da apropriação e redistribuição da renda gerada.

No mesmo caminho de análise, Milanez e Santos (2013) compreendem que o contexto político e econômico no Brasil nas últimas décadas pode ser entendido a partir da categorização do "neoextrativismo" cuja essência articula elementos tradicionais do "extrativismo" com aspectos novos. Sendo assim, o neoextrativismo pode ser caracterizado como "um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção subordinada na nova divisão internacional do trabalho" (MILANEZ; SANTOS, 2013, p. 121).

Nessa perspectiva identificamos que os efeitos da atividade extrativa "acabam por gerar impactos socioambientais integrados que extrapolam a relação entre um empreendimento específico e aqueles, geralmente, considerados direta ou indiretamente como afetados" (LOSEKANN e VERVLOET, 2016, p. 232). No estado do Espírito Santo (e em Minas Gerais também) os efeitos dessa demanda extrativa são verificados através da multiplicação de projetos para a exploração de gás, petróleo e minerários, além dos ferroviários e portuários visando o escoamento da produção. Ressaltamos que um novo e impactante problema no estado capixaba refere-se ao licenciamento de um conjunto de portos para exportação de *commodities* (KNOX e TRIGUEIRO, 2015; LOSEKANN e VERVLOET, 2016; FERREIRA, 2016), sobretudo exportação de minério de ferro oriundo de jazidas no estado mineiro.

Neste cenário de intensificação das atividades primárias voltadas para exportação, o ambiente (local de moradia, modo de vida e trabalho de muitos grupos sociais) configura-se como um espaço de disputa territorial cujos sujeitos que se inserem na disputa não ocupam posições homogêneas nos embates (ACSELRAD, 2004; ZHOURI, LASCHENFSCK, 2012). Ressaltamos que a disparidade de posições não diz respeito apenas às confrontações envolvendo interesses e estratégias de atores divergentes, mas são também disputas entre sujeitos inseridos em posições desiguais no cenário social (ZHOURI; BOLADOS; CASTRO, 2016, p. 14).

Neste sentido, em processos que envolvam disputas territoriais e recursos naturais por parte de grandes interesses econômicos frente populações que façam uso dos mesmos, muitas vezes de forma tradicional, situações de injustiças ambientais e racismo ambiental são frequentemente identificados (MARTINEZ-ALIER, 2007; HERCULANO, 2006; ACSELRAD, 2010). É importante destacar que há no Brasil um processo de vulnerabilização social (ACSELRAD, 2006) no qual milhões de pessoas são expostas a perigos múltiplos, e muitas vezes sem informação, cujas condições materiais as impedem de promover qualquer tipo de estratégia, alteração, defesa ou denúncia da situação vivenciada.

3.3. O desastre-crime no Rio Doce e a soma de negligências

A situação de desastre analisada neste relatório extrapola os limites de uma situação de conflito social, uma vez que estamos falando de um evento devastador e vertiginoso, responsável por rupturas traumáticas no cotidiano daqueles que viviam com e do Rio Doce. Decerto que desastres podem ser vistos como situações-limite daquelas vivenciadas durantes situações de conflitos ambientais (ZHOURI, et al.,2016) e por isso necessitam de tratamento singular no que tange à gestão dos efeitos dos mesmos. A dor e o sofrimento daqueles que vivenciam diariamente estes efeitos e as alterações decorrentes deste evento traumático confirmam, portanto que o aspecto temporal do desastre não se limita ao dia do evento traumático (SOROKIN, 1942 apud VALENCIO, 2014).

De maneira geral o desastre causado pelo rompimento da barragem de minério de Fundão vem sendo classificado como um dos maiores do mundo em termos da abrangência e dos efeitos decorrentes, no entanto, não deve ser considerado um evento único. Estudos apontam outros rompimentos de barragens ocorridos em Minas Gerais e que também resultaram em mortes, destruição, desalojamento e graves problemas de abastecimento de água nos municípios afetados (ZHOURI, *et al.*, 2016).

Isto posto, torna-se importante ressaltar a possível relação estrutural envolvendo eventos de rompimento de barragens e os ciclos econômicos da mineração. Nesta perspectiva, alguns pesquisadores apontam para uma possível "correlação entre o ciclo de pós-boom (fase de desvalorização dos preços após ciclo de valorização) do preço do minério e o aumento do número de rompimentos de barragem" (MANSUR *et al.*, 2016, p. 19).

Asseverando tal investigação, MILANEZ e colaboradores (2016) também chamam atenção para a relação entre a ampliação dos lucros da empresa Samarco Mineração S.A. em períodos de redução internacional do preço do minério. Para os autores, que fazem uma análise a partir dos relatórios produzidos pela própria empresa, é possível verificar que no período em destaque há um aumento no número de acidentes de trabalho concomitante ao período de reduções nos gastos da empresa com a segurança física e humana. Por isso, os diversos rompimentos de barragens, incluído o rompimento da barragem de Fundão, "não deveriam ser vistos como eventos fortuitos, mas como elementos inerentes à dinâmica econômica do setor mineral" (MILANEZ et al., 2016, p. 22).

Por ora, torna-se imprescindível salientar que no caso analisado trata-se de um crime ambiental, cujos responsáveis legais já foram responsabilizados pela Polícia Civil de Minas Gerais, pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal⁸. No entanto, as punições do crime em destaque vêm sendo tratadas como passíveis de negociações, expondo não apenas a "negligência do empresariado e do poder público com tais

 $^{^8}$ Fonte: http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/10/mpf-denuncia-26-pessoas-por-rompimento-da-barragem-da-samarco.html (acessado em 23/03/2017).

empreendimentos, mas, também para a imprevidência no que diz respeito à gestão das catástrofes" (ZHOURI, *et al., 2016,* p. 46).

No caso analisado, enquanto os afetados cobram soluções para os seus problemas, reparação dos danos causados e reivindicam a responsabilidade da Samarco Mineração S.A/VALE/BHP BILLITON pelo desastre no rio Doce, um conjunto de dispositivos extrajudiciais e judiciais vêm sendo utilizado e celebrado entre o empresariado e o Estado a despeito dos interesses dos atingidos.

Diante do exposto, ressaltamos que a falta de participação dos atingidos nos processos decisórios corrobora para a produção de injustiças e violações de direitos e outros danos em lugares cujos sujeitos já estão historicamente fragilizados devido a um contexto de industrialização e injustiças ambientais, como é o caso emblemático dos distritos de Regência e Povoação (Linhares-ES), localizados na foz do Rio Doce.

3.4. A Foz do Rio Doce e contexto de injustiças ambientais

O Rio Doce é formado a partir dos rios Piranga e do Carmo, cujas nascentes estão situadas nas encostas das serras da Mantiqueira e Espinhaço no município de Ressaquinha, estado de Minas Gerais e deságua no Oceano Atlântico, no município de Linhares, no estado do Espírito Santo. A bacia do Rio Doce – de domínio federal⁹ – compreende 225 municípios, cujos territórios estão total ou parcialmente nela inseridos (sendo 200 localizados em Minas Gerais e 25 no Espírito Santo) e conforme características morfoestruturais pode ser dividida em três unidades regionais: Alto, Médio e Baixo Rio Doce (ANA, 2015).

Na costa norte do Espírito Santo a região da Planície Costeira do Baixo Rio Doce, sobretudo no município de Linhares, observou um intenso processo de industrialização, resultando em grandes alterações na paisagem. Desde a década de 1950 narrativas

⁹ De acordo com o Artigo 20, parágrafo III da Constituição Federal: "São bens da União: [...] III. os lagos, rios e quaisquer correntes de águas em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os territórios marginais e as praias fluviais; VIII. os potenciais de energia hidráulica".

como "espaços vazios", "desenvolvimento" e "vocações" foram evocadas como justificativa de planos de desenvolvimentos que anteveram a chegada dos ciclos do petróleo em terra, madereiro, da pecuária extensiva e da monocultura do eucalipto. Tais atividades ocasionaram uma intensa degradação ambiental na região e profundas alterações na paisagem, nos modos de trabalho e vida de comunidades que residem historicamente na região.

A indústria petrolífera está presente na região desde os anos 60 do século passado. É desta época o início das atividades da Petrobrás na região, envolvendo a abertura de estradas para a prospecção de petróleo na bacia sedimentar do Espírito Santo. Em decorrência da exploração de petróleo e gás na região foi implantado um complexo industrial composto de "infraestrutura de produção, coleta e tratamento primário da produção de óleo e tratamento da produção de gás natural no campo produtor de lagoa Parda" - onde se encontra atualmente a unidade de Processamento de Gás natural de lagoa Parda (UPGN – Lagoa Parda) (FERREIRA, 2016, p. 289).

Na região havia (e ainda há) um predomínio de atividades tradicionais como agricultura em pequena escala e pesca artesanal que, com a chegada da exploração madereira, monocultivos de eucalipto e indústria petrolífera, produziu um intenso processo de expropriação de terras e das condições de existência das comunidades ribeirinhas e rurais na região (LEONARDO, 2014; FERREIRA, 2016). A resistência desses povos tem se dado constantemente nos processos de adaptação e readaptação das práticas coletivas que envolvem dimensões múltiplas (sociais, culturais, econômicas, afetivas e outras) na região, conforme apontam trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo (GEPPEDES) (BICALHO, 2012; BICALHO *et al.*, 2014, CREADO *et al.*, 2016, LEONARDO, 2014, TRIGUEIRO E KNOX, 2013; KNOX E TRIGUEIRO, 2015).

Ampliando o enredo de injustiças ambientais, identificamos além de disputas territoriais, disputas por recursos naturais envolvendo comunidades tradicionais e grandes empresas como no caso da apropriação privada da água do Rio Doce pela Fibria (antiga Aracruz Celulose). No ano de 1999, a empresa abriu um canal no rio Doce

denominado "canal Caboclo Bernardo¹⁰" no intuito de levar água até as represas que abastecem a fábrica¹¹. Acrescido a um cenário de estiagem prolongado, o canal é apontado por pescadores e ribeirinhos como uma das causas do baixo volume de água na foz do rio que, por vezes, chega a se fechar.

No mais recente destes ciclos econômicos – a descoberta e exploração de petróleo e gás nas camadas do pré-sal - o discurso desenvolvimentista que aponta a "vocação" do Estado para atividades primário-exportadoras tomou novo fôlego. Um plano de desenvolvimento fortemente ancorado nesta opção primária exportadora foi elaborado pela ONG Espírito Santo em Ação¹² e encampado pelo governo estadual. A este plano foi dado o nome de ES 2025 – atualizado posteriormente para ES 2030. Os grandes destaques do documento são as previsões de investimentos na malha rodoviária, ferroviária e demais estruturas logísticas necessárias para atender a (então) nascente e pujante indústria do petróleo e gás. Pouco ou nenhum espaço foi destinado às possíveis consequências negativas desta opção sobre as populações por ela afetadas, esta reduzida à reserva de mão de obra – desde que devidamente qualificada para ocupar as vagas na indústria que curaria o Espírito Santo da síndrome de patinho feio do Sudeste.

Neste novo contexto insere-se a recente disputa pela área costeira ao norte da foz do Rio Doce. A região do Degredo - território ocupado por população remanescente de quilombo¹³ - foi o espaço pleiteado pela empresa MANABI S.A. para implantar um terminal portuário para estocagem e exportação de minério extraído por meio de lavra a céu aberto no estado de Minas Gerais. Com o agravamento da crise econômica internacional e a decorrente baixa nos preços dos minérios, somados à mobilização social contrária e a negativa de licenças por parte dos órgãos ambientais, o projeto foi postergado. De posse de grandes extensões de terra na região, porém, o projeto ainda sobrevive sob o nome de Mlog, e envolveria agora um porto logístico.

¹⁰ Nome ironicamente apropriado da figura do pescador Caboclo Bernardo que tem uma importância

simbólica na localidade. Sobre o assunto ver VALIM (2008). ¹¹ É importante salientar que na época da referida obra não foi realizado nenhum Estudo de Impacto Ambiental, conforme determina a resolução do CONAMA (nº 001 de 23.01.86, artigo II, parágrafo 8) e a população da região, incluindo os pescadores, não foi consultada a respeito da obra. ¹² ONG empresarial que reúne grandes empresas do Espírito Santo, como exemplo a Fibria, ArcelorMittal,

Samarco, Vale, Odebrecht, incluindo as de mídia.

¹³ Em março de 2015, a Fundação Cultural Palmares/MinC certificou a comunidade do Degredo (ES) enquanto comunidade remanescente de quilombos.

Voltando à margem sul do Rio Doce, nas vizinhanças da Vila de Regência Augusta um novo empreendimento tentou se instalar na região no ano de 2012. Trata-se da União Engenharia Ltda que, supostamente, adquiriu terras na margem sul do Rio Doce, acima da região de Regência, em uma região conhecida até então como Fazenda Entre Rios.

Durante este processo de instalação, ela derrubou cinco casas de alvenaria que existiam na região e eram ocupadas por sitiantes remanescentes da antiga Fazenda Entre Rios, dividida como espólio por dívidas trabalhistas entre os ex funcionários da mesma. Além de derrubar a casa dos ocupantes, ela ainda trouxe consigo 300 cabeças de gado, que pisotearam e comeram as plantações dos ribeirinhos ali instalados (FERREIRA, 2016, p. 291). Este processo levou à organização da reocupação daquele espaço por um grupo apoiado por movimentos sociais e grupos de extensão universitária¹⁴.

Durante Audiência Pública ocorrida sobre o caso em destaque em Regência, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) reconheceu a prioridade do uso da área em disputa para as populações que tradicionalmente residem e trabalham na região, desde que a área em disputa seja identificada como área de inundação da planície costeira do Rio Doce (Anotações do caderno de campo durante a Audiência Pública). Desde então, o grupo de ribeirinhos e camponeses vive na expectativa de finalizar o processo judicial e garantirem definitivamente o direito ao território.

Este breve histórico dos interesses industriais na região – e das ondas de impactos que geraram e ainda geram nas comunidades – é apresentado no intuito de ampliar a compreensão do contexto no qual se desenrolam as consequências do desastre-crime provocado pela Samarco Mineração/VALE/BHP na região. A relevância econômica da região e o montante de riqueza ali gerado – através do petróleo e gás, celulose, água, etc. – sempre se traduziu na presença forte destes interesses na região, e o relacionamento com as comunidades sempre pendeu muito em favor das atividades industriais.

¹⁴ Destacamos dois grupos, além do GEPPEDES, que também têm desenvolvido atividades na região no âmbito das ações de extensão/UFES, a saber: a) Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA); b) Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Mobilizações Sociais (Organon).

É este o cenário que a Samarco Mineração S.A. encontra ao chegar à região da foz do Rio Doce disposta a negociar diretamente com os atingidos o cálculo e o ressarcimento dos prejuízos causados em suas vidas pela "Lama da Samarco".

4. Efeitos do desastre da SAMARCO/VALE/BHP na foz do Rio Doce

De maneira geral, análises simplistas e ou reducionistas sobre os desdobramentos socioambientais do ocorrido não têm condições de se sustentar diante das camadas de danos que se sobrepõem. Além das diferentes percepções dos danos e afetações - advindas dos diversos usos que indivíduos e coletividades faziam do Rio Doce - convém lembrar que os mesmos continuarão se espraiando pelos anos, na medida em que não há no horizonte um retorno a curto ou médio prazo às condições anteriores ao desastre.

Neste sentido, reforçamos mais uma vez a impossibilidade de fornecer um diagnóstico conclusivo e objetivo acerca dos efeitos socioambientais do ocorrido. Esta reflexão decorre da compreensão do mesmo como um tipo de crise que ocorre em um tempo social que não é apenas cronológico, por envolver dimensões culturais, políticas, econômicas e subjetivas (SOROKIN, 1942 apud VALENCIO, 2014b) e que, no intuito de compreendê-las para além do superficial, convém que se estude com a devida atenção tanto imediatamente quanto a longo prazo.

Durante o trabalho de campo realizado no período de novembro de 2015 a fevereiro de 2017, totalizando 15 meses de pesquisa qualitativa e ações de extensão, foi possível identificar junto aos atingidos na foz do Rio Doce (distritos de Regência e Povoação) uma série de efeitos socioambientais decorrentes do desastre mencionado. O texto que segue se propõe a apresentar alguns desses efeitos que foram e estão sendo vivenciados pelos moradores na foz do Rio Doce.

A redação foi dividida em duas partes, sendo a primeira uma narrativa descritiva dos acontecimentos que antecederam a chegada da lama na foz do rio Doce. O objetivo é evidenciar, ou ressaltar, que o "anúncio do desastre", conforme o apontado por Sigaud (1986) também para o estabelecimento de grandes empreendimentos hidrelétricos, e a chegada dos seus agentes, antes mesmo da chegada dos rejeitos de minério, já implicaram em alterações na dinâmica local, bem como as ações emergenciais. A segunda parte aponta os principais efeitos socioambientais vivenciados e relatados pelos moradores da foz do Rio Doce neste período de mais de um ano do desastre.

4.1. Do anúncio do desastre e as ações emergenciais 15

"Estamos aqui esperando a morte chegar" (Pescador, Regência Augusta, 15/11/2015).

A "lama da Samarco" – o nome popular para o que o jargão científico denomina "pluma de rejeitos" – chegou ao município de Linhares na manhã do dia 20 de novembro de 2015, tendo demorado 15 dias para percorrer todo leito do Rio Doce desde Bento Rodrigues, distrito de Mariana (MG). Em Regência, distrito de Linhares (ES), a lama da Samarco encontraria o mar na tarde do dia 21 de novembro de 2015. Dezesseis dias de espera, portanto, marcaram as primeiras impressões dos moradores da região da Foz do Rio Doce – a saber, Povoação, Regência e pequenas comunidades adjacentes – sobre como a lama da Samarco poderia afetar as suas vidas, alterando o cotidiano, o trabalho e o convívio coletivo. Todas estas alterações seriam ampliadas e intensificadas com a chegada dos rejeitos e com o passar dos meses.

Neste período, caracterizado por nós como "anúncio do desastre", a preocupação e a ansiedade tomaram conta dos moradores na foz do Rio Doce. As atividades realizadas no rio e aquelas que dependem do rio, como foi o caso da pesca artesanal e da agricultura em pequena escala, foram interrompidas tão logo foi anunciado o desastre. Com o receio de que o abastecimento de água fosse interrompido ocorreram profusas tentativas de abertura de poços artesianos no distrito de Regência. O Projeto Tartarugas Marinhas (Projeto Tamar) fez um trabalho intensivo de transferência dos ovos de tartarugas – principalmente das espécies *Caretta-caretta* (Tartaruga cabeçuda, mais conhecida na região como careba amarela ou careba dura) e *Dermochelys coriácea* (Tartaruga gigante,

Augusta (ES), como um evento crítico, publicado no livro Desastre no Vale Rio Doce: Antecedentes impactos e ações sobre a destruição/organizadores: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. – Rio de Janeiro: Folio Digital: letra e Imagem, 2016.

¹⁵ A análise descritiva deste tópico centraliza os acontecimentos no distrito de Regência, tendo em vista que, na época do rompimento da barragem, três pesquisadores da equipe residiam no distrito mencionado e acompanharam *in loco* os acontecimentos descritos. Ressaltamos ainda que o tópico em destaque também inclui referencias de outro trabalho elaborado coletivamente pela equipe do GEPPEDES, a saber: Modos de Olhar, contar e viver: A Chegada da "lama da Samarco" na foz do Rio Doce, em Regência

conhecida localmente como careba mole), ambas ameaçadas de extinção – na tentativa de protegê-las dos rejeitos minerários que chegariam à foz¹⁶.

No que diz respeito às ações institucionais, a Prefeitura de Linhares, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com apoio do Projeto Tamar, autorizou a abertura da foz do Rio Doce em espaço ambientalmente sensível. Conforme expõe o secretário: "Nós iniciamos os trabalhos essa manhã [09/11/2015] e até o final da tarde, nós vamos terminar uma abertura prévia até a linha de preamar e aí nós vamos aguardar o melhor momento para romper essa linha de barreira da preamar para essa onda que vem de Mariana saia direto no mar e se dilua no oceano" (Rodrigo Paneto, Secretário de Meio Ambiente de Linhares, entrevista concedida a Rede Gazeta¹⁷).

O que parecia ser uma tarefa simples se mostrou impraticável. Ao todo seis retroescavadeiras e uma draga foram utilizadas para fazer um serviço que só ficou pronto mesmo quando as chuvas aumentaram o volume do rio, fazendo que o mesmo reabrisse a foz sul, fechada desde o primeiro semestre de 2015. Neste período, diariamente, moradores de Regência se deslocavam até a foz do rio para acompanhar as ações da retroescavadeira e tentar obter informações com as autoridades que ali estavam presentes. Inclusive, porque alguns moradores de Regência temiam a inundação da vila.

¹⁶ O período de desova das tartarugas acontece de setembro a março, mas, o pico ocorre no mês de novembro. Ver: http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2015/11/projeto-tamar-coleta-sangue-detartarugas-em-regencia-es.html/ Acessado em 03 de março de 2017.

 $^{^{17}\,}$ Fonte: http://g1.globo.com/espirito-santo/estv-2edicao/videos/v/prefeitura-de-linhares-abre-canalem-regencia-para-passagem-de-lama-no-norte-do-es/4597187/ (Acessado em 22 de fevereiro de 2017).



Foto de uma das tentativas de abertura da foz do Rio Doce, em Regência, novembro de 2015. Autoria de João Paulo Lyrio Izoton.

Durante o trabalho de campo os moradores relataram que a angústia neste período inicial foi agravada devido à falta de informação sobre o desastre. Muitos moradores só souberam do rompimento da barragem e da inevitável chegada dos rejeitos até a foz do Rio Doce através de meios de comunicação, e não receberam nenhum tipo de comunicado da mineradora ou órgãos públicos. Ouvimos apenas que na escola as crianças tinham recebido a orientação de não se utilizar da água do rio Doce. Nada foi falado a respeito de como proceder com a chegada da lama em seus territórios. Os relatos apontam que nenhuma informação foi dada acerca de cuidados e prevenção para a situação de risco eminente.

Em entrevista realizada com um pescador artesanal no dia 15 de novembro de 2015, ele nos contou que suas atividades laborais (pesca e agricultura) já haviam sido interrompidas na época da entrevista, mas nenhum canal de comunicação oficial havia sido estabelecido entre a Samarco, os órgãos públicos e os atingidos na foz do Rio Doce mesmo dez dias após o rompimento da barragem. As notícias chegavam pelas redes sociais e outros meios de comunicação:

João: [...] os dias tão passando e ninguém vem para conversar com a gente. Vai ficar parado por quanto tempo? Eu nunca imaginava que isso fosse acontecer. O Rio Doce, em tempo, antes disso ai, antes da morte no caso, ele já estava doente né, porque não

tinha água para ele correr. Tava bem bastante seco né. Tava doente o Rio Doce. Agora, isso ai é a morte do Rio Doce. E ai vai matar quem tá aqui para baixo também, na boca do rio. A morte tá chegando e por enquanto não apareceu ninguém para nos socorrer. Então a preocupação é muito grande aqui com a gente. Estamos olhando o navio passar, porque ninguém chega para conversar. E tem alguém culpado né? Tomara que esse alguém chegue para conversar logo, porque a situação é critica e bem complicada né. (João, pescador artesanal, morador de Regência, entrevista realizada em novembro de 2015).

Em outro trabalho produzido pela equipe do GEPPEDES apontamos que neste período havia muita desinformação sobre o que poderia acontecer com a chegada da lama na foz e também desconhecimentos acerca das providências que deveriam ser tomadas para minimizar os efeitos do desastre no ambiente e na vida das pessoas. Durante o trabalho de campo realizado neste período, as reclamações sobre desinformação, a ausência da empresa e do poder público eram generalizadas (CREADO, *et al.*, 2016, p. 257).

Em linhas gerais, a falta de informação sobre o desastre não foi um problema vivenciado apenas pelos moradores na foz do rio. A este propósito, ressaltamos que a violação do direito ao acesso à informação foi uma constante desde o início do desastre, conforme aponta o relatório elaborado pela Justiça Global: "falta de informação sobre o número de vítimas, sobre a abrangência da destruição, sobre os níveis de metal pesado presentes nas barragens, sobre a possível toxidade da água e da lama, sobre os impactos dessa lama para a saúde humana, [...] animais, [...]" (JUSTIÇA GLOBAL, 2016, p. 29).

O canal de comunicação entre Samarco S.A. e os moradores na foz do rio só foi estabelecido e, de forma restrita, poucos dias antes da chegada da lama, após demanda judicial. Em seguida a mineradora chegou ao distrito de Regência com sua equipe de profissionais e com um conjunto de maquinários e outros equipamentos que alteraram drasticamente o cenário pacato da região. Neste período identificamos também algumas ações emergenciais que potencializam o desastre na rotina vivida pelos moradores na foz do rio.

Vários profissionais da Samarco e de empresas contratadas para prestar serviços em decorrência do rompimento da barragem, deslocaram-se para Regência e ficaram hospedados em pousadas na vila, inclusive montaram uma espécie de escritório local em uma delas, permanecendo ali por alguns meses posteriores à chegada da lama.

De imediato, chamou-nos a atenção a estrutura montada pela Samarco nas ruas e comércios de Regência, conforme já apontado em outro trabalho coletivo do GEPPEDES: "(1) tenda como posto de atendimento e informação na praça; (2) os grandes e inúmeros carretéis com as boias de contenção, originalmente fabricadas para conter vazamentos de óleo, e que foram instaladas ao longo da foz do rio e (3) banheiros químicos. Os carretéis e os banheiros foram espalhados próximos à praça, à Igreja Católica e na rua que dá acesso ao porto dos pescadores". (CREADO et al., 2016, p. 247).

Esses equipamentos de trabalho e infraestrutura ocuparam espaços coletivos e de lazer de crianças, jovens e adultos, transformando-os em uma espécie de canteiro de obras da empresa mineradora e das firmas contratadas por ela. Soma-se "a essa alteração a presença de dois helicópteros que ficaram dentro do campo de futebol e dos inúmeros veículos (carros de passeio e caminhões) que passaram a transitar nas ruas, o que também contribuiu no processo de mudança da paisagem e das percepções sobre o lugar" (CREADO et al., 2016, p. 247).

Concomitantemente à chegada da Samarco em Regência, "adveio à presença de inúmeros profissionais de comunicação, dentre eles jornalistas e fotógrafos de empresas ou autônomos, técnicos de distintas especialidades (biólogos, oceanógrafos, cientistas sociais, geógrafos, dentre outros), além de alguns curiosos que proporcionaram à vila uma grande movimentação de pessoas de fora da localidade. É importante destacar também a presença de alguns advogados com interesses duvidosos [...] prometendo solucionar os problemas, mas, para isso, pedindo a assinatura de contratos e o recebimento antecipado dos moradores." (CREADO, et al., 2016, p. 248). Toda essa movimentação de agentes de fora no distrito contribuiu para ampliar a angústia, as incertezas e o sofrimento das famílias que esperavam pela chegada da lama e posteriormente vivenciaram as alterações no cotidiano social e de trabalho com a chegada dos rejeitos a foz do Rio Doce.

Diante da vulnerabilidade ambiental do ecossistema na foz do Rio Doce e, também, por determinação do Ministério Público Federal do Espírito Santo (MPF/ES) e Ministério Público do Trabalho (MPT), a Samarco Mineração S.A. foi forçada a tomar ações emergenciais no intuito de mitigar os impactos ambientais e sociais da chegada da

pluma de rejeitos na região em destaque. As ações foram previstas no Termo e Compromisso Socioambiental Preliminar (TCSA).

Por conseguinte a empresa Oceanpact¹⁸, contratada pela Samarco, tornou-se responsável pela instalação de barreiras no Rio Doce na tentativa de minimizar o estrago causado pela mineradora. Sobre isso, os pescadores envolvidos no serviço, a exemplo do caso da tentativa de abertura com máquinas da boca do rio, já percebiam e relatavam a sua ineficácia. Segundo Geraldo, "a Samarco veio falando que ia contratar essa empresa, lançar aquelas boias né? Porque também não serviu de nada. Pra lançar [as boias] no rio, pra evitar contaminação nos manguezais né" (Pescador, morador de Regência, entrevista 17/01/2017). As barreiras, normalmente usadas para conter vazamentos de óleo, não serviram para barrar o contato da pluma de minério com a vegetação na foz do Rio Doce, conforme foi possível visualizar no momento da chegada da lama.

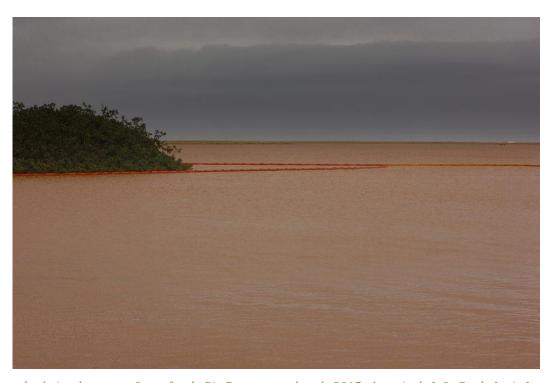


Foto das boias de contenção na foz do Rio Doce, novembro de 2015. Autoria de João Paulo Lyrio Izoton

Ainda, por determinação do Ministério Público Federal do Espírito Santo (MPF/ES) e Ministério Público do Trabalho (MPT) - no âmbito do TCSA -, a mão de obra para a

¹⁸ A OceanPact é uma empresa brasileira especializada no gerenciamento e resposta a emergências nos ambientes marinho e costeiro (http://www.oceanpact.com/quem-somos/sobre-a-oceanpact).

realização dessa atividade de mitigação deveria ser majoritariamente local. Logo, alguns dias antes da chegada da lama ao município de Linhares, alguns pescadores foram contratados informalmente pela Oceanpact para fazer o trabalho de prevenção, mitigação e monitoramento da pluma de rejeitos. Observamos que a maior parte dos moradores contratados eram homens e através de relatos identificamos também que havia uma preferência por pescadores filiados à associação de pesca local (Anotações no caderno de campo, 31/01/2017).

De acordo com informações de alguns pescadores que atuaram para a empresa em destaque, as atividades exercidas por eles foram: (1) a colocação das boias de contenção ao longo das margens do rio, na foz, com o objetivo de conter e canalizar a lama de rejeitos; (2) o monitoramento da área fluvial; (3) o aluguel de barcos para a realização de monitoramentos; e (4) segurança. No início os contratados locais recebiam da Samarco, através de diária, o valor referente à R\$ 150,00 e, quando havia o aluguel do barco, o valor era de R\$ 300,00. Constantemente ouvimos reclamações acerca da pesada rotina de trabalho: "nós entravamos às oito horas e saía cinco. Saía cinco horas!" (Anotações no caderno de campo dia 31/01/2017) e de como a atividade consumia grande parte do tempo dos moradores alterando assim a rotina local anterior a chegada da mineradora.

Isto posto, é necessário destacar ainda a precariedade do serviço de responsabilidade da Oceanpact, subcontratada da Samarco, para mitigar os danos causados pela mineradora. Os pescadores contratados trabalharam cerca de sete meses¹⁹ para a empresa em regime de total informalidade, "e, com isso, a empresa não precisou arcar com pagamentos referentes aos direitos trabalhistas" (CREADO, *et al.*, 2016, p. 248). Diante disso, nos foi explicado que a Associação de Pescadores de Regência está processando a subcontratada da Samarco.

Pesquisadora: [...] e vocês trabalharam por sete meses? E eles assinaram a carteira de vocês?

¹⁹Com o passar do tempo houve uma redução do quantitativo de pescadores que atuava na atividade em destaque, além disso, o valor da diária foi reduzido e o regime de trabalhou passou a funcionar por escala (dia sim e dia não), até o total recolhimento das boias, finalizando, portanto, as atividades da Oceanpact na

Pescador: Não. Porém, tá até na justiça lá [...] Nós colocamos na justiça que durante esses sete meses ela só pagava mesmo os \$100 reais né, e os \$150. Aí no final dela, da obra ali que nós fomos tirar as boias, nós sentamos junto com o pessoal da Oceanpact pra ver se tinha indenização trabalhista né, durante esses sete meses. Aí eles falaram que não e foi quando nós, da associação, os representantes da Associação dos Pescadores né, colocamos na justiça. E tá lá na justiça pra receber até hoje. Colocamos na justiça porque nós queríamos receber da Samarco, mas ela falou que não tinha nada a ver com a história porque a ela [Oceanpact] é terceirizada dela. (Geraldo, morador de Regência, pescador artesanal, entrevista realizada no dia 17 de janeiro de 2017).

A violação dos direitos trabalhistas se agrava quando verificamos o potencial de risco a que os pescadores foram expostos durante os sete meses de trabalho para Oceanpact:

Pescador: A Samarco não fala nada, se ela vai criar um projeto pro pescador, ou se ela vai indenizar. Não sabemos o que ela vai fazer. Então... eles [a Samarco] estão dando sorte que não tá chovendo pro lado de Minas. Se chover fica pior. Ninguém sabe nem o que tá acontecendo de lá pra cá. A gente não sabe nem o que vai acontecer. Até aquele pó que a gente tava respirando aí, com a gente botando aquelas boias lá, pode fazer mal. A gente entrou em contato com a água. Eu falo porque eu caí na água na época que tava botando aquelas boias. Entrou em contato com a água, você não sabe de nada. (Geraldo, morador de Regência, pescador artesanal, entrevista realizada no dia 17 de janeiro de 2017).

Além da violação dos direitos trabalhistas descritos, achamos importante salientar também as sucessivas reclamações de *apadrinhamento* de alguns pescadores em detrimento de outros no processo de distribuição das vagas de serviço nas atividades para a Oceanpact, conforme nos foi exposto durante várias entrevistas e conversas com moradores atingidos.

Pescador: [...] Igual que começou o serviço no porto lá, nem todos pescadores foram! Nem todos pescadores foram beneficiados no trabalho lá do porto.

Pesquisadora: Como é que foi a escolha dos pescadores?

Pescador: Foi escolhido a dedo pelos representantes lá da Associação: "óh, vai você, você, você". Eu mesmo não tava! Só que eu consegui entrar lá dentro porque eu não fui procurar presidente de Associação, presidente de morador, nada! Eu fui direto lá no rapaz da empresa. Entrei lá dentro do escritório [...] Aí conversei com um cara lá, ele falou quem mandava [...]. Aí eu fui e falei: "óh, sou pescador". Levei meus documentos, entreguei na mão dele e falei: "aqui, óh, eu sou pescador, tenho tantos filhos pra criar, tenho esposa, tá todo mundo desempregado em casa, dá seus pulos que eu quero trabalhar!" Aí foi onde eu entrei, mas entrei contra a vontade de outras pessoas que estavam lá dentro! (Geraldo, morador de Regência, pescador artesanal, entrevista realizada no dia 17 de janeiro de 2017).

Diante das descrições entendemos que a relação entre Samarco Mineração S.A. e a Oceanpact como empresas consorciadas contrataram parte dos atingidos como mão de obra via o intermédio de lideranças ou associações locais. Tal forma de proceder gerou uma série de divergências, boatos e descontentamento nas comunidades. Diante da perda da autonomia econômica em decorrência da interdição da pesca, a oferta de serviço remunerado por parte das empresas era uma opção factível e a intermediação por parte de algumas lideranças locais parece ter resultado em relações clientelistas nas localidades.

Ainda neste contexto de contratação dos pescadores pela Oceanpact, outro ponto que merece atenção neste período é a ausência repentina dos pescadores nos espaços de interação comunitária onde se discutia coletivamente sobre o desastre. Nesse aspecto um exemplo emblemático foi a participação seletiva de alguns pescadores em reunião junto ao Ministério Público Estadual, ocorrida no dia 14 de dezembro de 2015, no distrito de Regência.



Foto da Audiência Pública ocorrida em Regência no dia 14 de dezembro de 2015. Autoria: João Paulo Lyrio Izoton.

Diante do cenário descrito, achamos por bem afirmar que o anúncio do desastre e a chegada dos agentes da lama, por si só, já desencadearam uma série de modificações na região: alterações na paisagem, mudanças no cotidano social, relações familiares e atividades laborais, além do medo, da ansiedade e angústia referentes à situação ali vivida. Estas alterações seriam ainda agravadas com a chegada da lama, tornando ainda mais complexos os problemas que surgiram com o anúncio do desastre, além de acrescentar novas variáveis ao cenário.

4.2. Da chegada da lama, percepções do ambiente e afetações

Na tarde do dia 21 de novembro recebemos informações via redes sociais de que a lama estava chegando ao porto dos pescadores em Regência. Quando chegamos ao local, cerca de cem pessoas, dentre elas moradores, jornalistas, pesquisadores e curiosos, estavam reunidos no porto para observar e registrar a passagem da lama.

A chegada da lama da Samarco foi antecedida por vários protestos de moradores contra a Samarco, que através de faixas - "SOS Rio Doce", "Somos Regência", "Samarco, cadê o respeito?" e "Quanto Vale o Rio Doce?" – externalizavam suas angustias e indignações²⁰. No dia 21 de novembro, não foi diferente e houve protestos no porto dos pescadores e na praia de Regência. No porto a comoção e o choro guardado tomaram conta dos moradores que esperavam a lama chegar. Um ato simulando o velório do Rio Doce foi realizado no local²¹.

Já o ato realizado na praia teve a intervenção da Polícia Militar quando os moradores tentaram impedir que a vegetação de restinga fosse retirada da praia com o intuito de levar uma draga até a foz do rio. Contrariando os moradores, a draga passou pela vegetação e foi usada para abrir a foz sul que no momento da chegada da lama ainda se encontrava fechada apesar das inúmeras tentativas frustradas de abertura da mesma.

 $^{^{20}}$ Fonte: http://www.sitedelinhares.com.br/noticias/geral/lama-moradores-de-regencia-fazem-protesto-e-realizam-abraco-simbolico-na-foz-do-rio-doce (Acessado em 03/03/2017).

Fonte: http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/11/lama-chega-ao-litoral-do-es-emoradores-de-regencia-fazem-velorio-em-protesto-contra-samarco-4912354.html (Acessado em 07/02/2017).

Com a chegada da lama a coloração da água mudou. O rio que antes estava claro ficou totalmente alaranjado com a passagem da pluma de rejeitos e a água do mar ficou dividia em duas colorações diante da dinâmica de diluição do material carreado. Com a chegada da lama de rejeitos, muitos animais foram encontrados mortos na região da foz do Rio Doce. De acordo com Organon (2015) mais de 800 animais marinhos foram econtrados mortos nesta região (ORGANON, 2015, p. 6).

Durante o trabalho de campo realizado em janeiro de 2017, alguns pescadores que trabalhavam para a subcontratada Oceanpact na época da chegada dos rejeitos a foz, relataram para nossa equipe que muitos animais foram encontrados mortos na região, entre eles várias espécies de peixes, aves e cobras foram retiradas sem vida na região da foz do Rio Doce. No entanto, eles não conseguiam dizer ao certo quantos animais apareceram mortos, pois, tão rápido eram encontrados, eles eram enterrados próximo à praia de Povoação.

Diante das inúmeras cobranças e preocupação sobre a composição química dos rejeitos, a Samarco informou, por meio de nota, que "o rejeito é inerte. Ele é composto, em sua maior parte, por sílica (areia) proveniente do beneficiamento do minério de ferro e não apresenta nenhum elemento químico que seja danoso à saúde" (SAMARCO MINERAÇÃO, 2015ª, apud. POEMAS, 2016, p.147). Contudo, mesmo em pequenas quantidades, "muitos dos metais e substâncias químicas potencialmente presentes no rejeito podem causar prejuízos à saúde humana ou ao meio ambiente" (POEMAS, 2016, p.147). Mesmo assim, a empresa não divulgou, em um primeiro momento, as análises da água e dos possíveis sedimentos presentes no rio.

Neste contexto de incertezas acerca da composição química dos rejeitos, uma corrida por coletas e análises da água foi realizada por um conjunto heterogêneo de instituições e pesquisadores. Todos os dias era possível observar grupos distintos de pesquisadores fazendo coleta na foz do Rio Doce. Sendo assim, amostras de água também foram coletadas e analisadas a pedido do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) dos

municípios de Governador Valadares-MG²² e Baixo Guandu-ES²³ alguns dias após o rompimento. Ambas as análises apontaram a presença de metais pesados na lama de rejeitos: o primeiro laudo aponta uma quantidade de ferro, manganês e alumínio muito acima do tolerável para o tratamento da água, o segundo laudo atesta a presença de arsênio, chumbo, cromo, zinco, bário e manganês, entre outros metais, em níveis muito acima do recomendável (TOMMASI ANALITICA, 2015).

Neste cenário de incertezas e controvérsias sobre os laudos e o potencial de contaminação da água no Rio Doce, durante o trabalho de campo pudemos observar que os efeitos do desatre já são vivenciados pelas pessoas que residem na foz do Rio Doce. Conforme já destacado neste relatório, antes mesmo da chegada dos rejeitos o cotidiano dos moradores nos distritos de Regência e Povoação foram alterados em decorrência do "anúncio do desastre". Com a chegada da lama os efeitos socioambientais foram potencializados. E, passado mais de um ano do rompimento da barragem, o cotidiano das famílias na foz do Rio Doce continua alterado, as atividades laborais foram interrompidas e os modos de vida dos moradores seguem comprometidos.

Em seguida, organizamos e apresentamos de forma descritiva alguns efeitos do desastre narrados pelos moradores atingidos ao longo do trabalho de campo.

4.2.1. Comprometimento do abastecimento de água

No contexto de uma severa estiagem, agravada pelo intenso uso das águas do Rio Doce – desde para a mineração, nas nascentes, ao uso para o beneficiamento do eucalipto em celulose –, a população de Regência já convivia com um cenário de crise hídrica. Com o rompimento da barragem a situação tornou-se ainda mais crítica, pois há suspeita de que, devido à necessidade de interrupção no abastecimento da vila com a água proveniente do rio, a fonte alternativa também poderia estar contaminada por outras substâncias, conforme expôs uma moradora:

http://noticias.r7.com/minas-gerais/laudo-comprova-alta-concentracao-de-metais-pesados-em-lama-de-barragens-13112015. Acessado em 09 de fevereiro de 2017.

http://noticias.r7.com/minas-gerais/lama-contaminada-tem-concentracao-de-metais-ate-1300000-acima-do-normal-12112015. Acessado em 09 de fevereiro de 2017.

Moradora atingida: [...] a gente já vinha com uma preocupação com o Rio Doce pela questão da seca, que todos nós já estávamos passando e a gente já estava vendo uma redução da água e essa preocupação, inclusive, estava sendo discutida no dia 5 de novembro [dia do rompimento da barragem] entre todas as entidades de Regência, em reunião na Associação de Moradores. Porque a gente já via um prejuízo na saúde de alguns moradores, principalmente das crianças da escola e pessoas que não tinha acesso à água mineral [...]. Então estava tendo muita reclamação da qualidade da água. Mas, a gente tinha a opção dos poços artesianos né [...]. Sabemos que no carnaval de 2015 foi cavado um poço artesiano de 200 metros de profundidade que, inclusive hoje, segundo informações que eu tenho, é esse poço que está abastecendo a comunidade. E esse poço foi interrompido depois do carnaval de 2015 porque todos nós tínhamos a informação que a água do poço estava contaminada por um componente químico chamado bário. (Adriana, Comerciante, moradora de Regência, entrevista realizada em fevereiro de 2016).

Após o rompimento da barragem tornou-se impossível captar água do Rio Doce. Em Linhares três barragens foram construídas para conter a lama e preservar outros rios e lagoas da contaminação (ORGANON, 2015). Como o Ministério Público determinou que a Samarco garantisse o abastecimento de água em todos os municípios afetados, em Regência começaram a chegar carros-pipas para abastecer a vila. No entanto, os moradores relataram não ter informações oficiais sobre a procedência da água, expondo, mais uma vez, problemas no que tange ao acesso à informação. Destacamos ainda, que as reclamações sobre a qualidade da água foram e continuam a ser queixas constantemente relatadas.

Pesquisadora: E vocês tem alguma informação oficial de onde está vindo a água que está abastecendo a vila hoje?

Moradora atingida: Não. Não tenho nada por escrito. O que a gente tem é o que a gente viu e o que todo mundo fala na comunidade: que essa água está sendo retirada desse poço [supostamente contaminado com bário]. Que segundo as informações que a gente recebeu, inclusive, até de outros comerciantes da vila que têm pousadas com piscina, que essa água está contaminada com o bário, e que eles estão usando, a Samarco, segundo os comerciantes que tem piscina, passaram para a gente, porque não é o meu caso, porque eu não tenho piscina, mas eu pude ver isso na piscina de plástico do meu filho e confirmar o que eles falaram que a Samarco está tratando essa água contaminada com o bário com uma química, que a gente não sabe o que é, e quando a gente vai tratar essa água com cloro, essa água fica verde [...]

Pesquisadora: E como você está fazendo com o abastecimento de água em casa?

Moradora atingida: A nossa água aqui para lavar louça e tomar banho é a água que a gente recebe do SAAE. E é essa água que a gente interroga essa procedência porque a gente não tem certeza de onde ela vem. E assim, a qualidade que eu falaria, por exemplo, do banho eu não sinto espuma, eu tomo banho, mas, não faz espuma, aquela espuma do banho normal, a gente sente que o sabonete passa liso pela pele, a sensação que a gente tem que esfregar várias vezes para dar certo, para limpar

né. E assim, na questão da máquina de lavar eu percebo também o sabão da máquina que fica formando [grumos], mais condensado, você tem um desperdício maior. As crostas né, que a gente via, porque antigamente a gente tinha a água meio salobra, então tinha as crostas, então as crostas estão muito maiores e formando muito mais rápido. Era mais na época de seca, agora não. É muita sujeira na máquina. A sujeira natural que a gente lava a roupa e tem sempre que tá limpando, coisa de dona de casa né, eu percebo que está muito mais rápido, muito maior, o que não era assim. Se você quiser eu até te mostro depois.

Pesquisadora: Tem cheiro?

Moradora atingida: Olha, já aconteceu sim, quando eu abro o chuveiro, principalmente o primeiro banho, até do meu filho, ele sempre reclama: "nossa, tá com cheiro ruim". Tem cheiro ruim sim, parece até cheiro de esgoto, entendeu? Logo que você abre, eu não sei se é porque a caixa tá parada, quando você abre a primeira vez no dia para tomar um banho, aquela torneira que tava fechada né, ela vem com cheiro ruim, cheiro de esgoto. Depois aquilo vai até aliviando, mas aquele primeiro momento eu não sei se tem alguma relação. A gente até limpou as nossas caixas de água, porque poxa, eu achava que tinha algum problema, mas não passou. Eu não sei se isso é alguma coisa que tem haver esse tipo de contaminação, com essa contaminação que estão dizendo que a gente tem. (Adriana, Comerciante, moradora de Regência, entrevista realizada em fevereiro de 2016).

Em visita à casa de outro morador afetado na vila de Regência, escutamos novas reclamações sobre a qualidade da água que chegava à casa dele (que ele relatava ser de procedência incerta via carros pipas). Na ocasião tivemos a oportunidade de observar a água bastante suja na sua caixa de água. De maneira geral, as descrições sobre a água que abastece a vila após o rompimento da barragem até a última viagem de campo são: gosto de ferrugem, cheiro ruim, cor amarelada, bolhas marrons, oleosa e com bastante sujeira (os sedimentos ficam ao fundo da caixa).



Foto da caixa de água de um morador atingido em Regência - água fornecida pelos carros pipas contratados pela Samarco – novembro/2015. Autoria de Flávia Amboss Merçon Leonardo.

É importante ressaltar que, durante algumas inserções a campo, a água não apresentava a coloração exposta acima, no entanto, havia constantes reclamações de gosto e cheiro excessivo de cloro. Situação que deixava (e ainda deixa) alguns moradores desconfiados em relação à qualidade da água que chega até as suas residências.

Sobre o assunto, ressaltamos que o Comitê das Nações Unidas para Direitos Econômicos, Sociais e Culturais considera a água como um direito humano e indispensável para viver dignamente (CEDESC, 2002). Logo, a água para uso pessoal e doméstico é considerado um direito essencial à vida e por isso, deveria ser garantido a todos, sem discriminação²⁴. No entanto, diante da procedência duvidosa da água que abastecia a vila de Regência e Povoação, muitos moradores foram obrigados a comprar água mineral para ingestão, preparação de alimentos e higiene pessoal (como escovar os dentes e dar banho em bebês).

Após um ano da chegada dos rejeitos à foz do Rio Doce o abastecimento de água nos distritos de Regência e Povoação não condiz com a normalidade. Diante das incertezas e com a qualidade da água duvidosa, os moradores que possuem condições financeiras mínimas continuam comprando água mineral para uso pessoal e doméstico – o que tem acarretado um robusto aumento no orçamento familiar. Contudo, aqueles moradores que não possuem condições financeiras satisfatórias para esta nova demanda continuam fazendo uso da água proveniente dos caminões pipas (e dos poços artesianos) para uso pessoal e doméstico.

Em Povoação e na sede da vila de Regência, a Samarco não distribuiu água mineral. Esse atendimento tem sido feito apenas para algumas famílias em Areal e Entre Rios (área rural em Regência), mesmo assim, há relatos de famílias que continuam com esse direito negado mesmo após um ano do desastre, como é o caso de uma família ribeirinha que apesar de possuir dois filhos pequenos e ter feito o pedido de cadastramento para recebimento da água, continua sem água potável em casa:

56

O Direito Humano a água e Saneamento (DHAS). Disponível em: http://www.un.org/waterforlifedecade/pdf/human_right_to_water_and_sanitation_media_brief_por.pdf (Acessado em 03 de março de 2017).

Pesquisadora: Você não consegue a água?

Morador atingido: Não consegue, já liguei várias vezes, já veio um rapaz aqui que era da Fundação [RENOVA], o tal do Fernando²⁵, pegou o meu número, tal, falou que ia mandar, já tem uns três meses e nada, e eu falei com ele que eu tenho necessidade da água, que eu tenho filho pequeno... fora isso eu também preciso da água também né, além das crianças, e até hoje nada. Ai esses dias eu retornei pra ele a respeito da água, retornei a ligação, ai ele disse que tinha mandado, enviado pra Fundação, que ai, tava esperando um... que ai ela que resolvia, ai eu fui até o rapaz que faz a distribuição da água, ai ele disse que quem resolve isso dai diretamente é o Fernando, que o Fernando já passa diretamente pra ele (risos)... ai é uma enrolação... é uma enrolação muito bem feita né, ai o Frnando não passou nada disso pra mim, e disse que vinha pela Fundação.

Pesquisadora: Então você está sem água?

Morador atingido: Eu tô sem água. Eu tô sem. Se não fosse o cartão²⁶ eu tava sem nenhum auxilio da empresa, não vem ninguém aqui pra ver o que eu preciso. A gente só recebe, eu só recebi umas duas ligações da Fundação, mas a ligação não resolve nada né, eles só faz[em] pergunta. (Anderson, ribeirinho, morador do Entre Rios, entrevista realizada em fevereiro de 2017).

No que tange à água utilizada para irrigação e dessedentação de animais, a recomendação é a utilização da água do Rio Doce, que segundo a Fundação Renova está própria para este tipo de uso, conforme apontamentos feitos pela equipe da Renova na reunião com produtores ribeirinhos do Entre Rios (anotações caderno de campo, dia 29/11/2016).

4.2.2. Prejuízos na atividade pesqueira

A data do rompimento da barragem coincidiu com o período da piracema²⁷, no qual os pescadores recebem um auxílio para não exercer a atividade ao longo do rio e garantir a reprodução das espécies - logo a atividade pesqueira estava paralisada no Rio Doce, naquele momento. A despeito disso, a proibição da pesca e da navegação no rio Doce foi reforçada, durante uma reunião ainda na primeira semana após o rompimento da barragem e da qual participaram a Associação de Pescadores de Regência, a Federação

²⁵ Alteramos para um nome fictício.

²⁶ Anderson está se referindo ao auxilio emergencial disponibilizado pela Samarco a algumas famílias atingidas. Ao longo do texto, sobretudo no capítulo 3 abordamos um pouco mais o assunto.

²⁷ Período equivalente ao defeso de certas espécies marítimas aplicada aos rios. Durante este período a pesca fica suspensa, e os pescadores registrados como profissionais recebem um auxílio para se manter sem pescar.

das Associações de Pescadores do ES, Marinha, Defesa Civil e órgãos do governo do Estado.

Apesar da proibição, ainda no período do "anúncio do desastre", alguns pescadores continuaram exercendo a atividade no mar. Muitos alegavam estar aproveitando os últimos momentos para pescar e armazenar pescado, receosos de quanto tempo demoraria até voltarem a fazer isso novamente. Além disso, a época do evento – início do verão – é uma época sabidamente piscosa. As tradicionais espécies de guaibiras, manjuba, robalo e pescadinha garantem durante o verão uma renda relevante para as famílias atravessarem o ano. Neste sentido, o verão que se seguiu ao desastre foi igualmente desastroso. Mesmo o pescado capturado antes da chegada da lama da Samarco não teve saída ou foi vendido a preço muito baixo, assim como até hoje os peixes das lagoas não contaminadas em Linhares não recuperaram seu valor de venda, evidenciando o prejuízo ao setor.

Com a chegada da lama, a pesca foi legalmente interrompida, e um conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que sustentavam a si e suas famílias com os recursos da pesca foi impedido de se manter no exercício da atividade. Toda a cadeia produtiva organizada em torno da pesca – da captura ao beneficiamento, da manutenção de petrechos ao comércio do pescado – foi inviabilizada. Nesse sentido, torna-se importante evidenciar que a atividade é desenvolvida através de uma rede de trabalho complexa que envolve toda a família cujas tarefas são divididas muitas vezes por aspectos geracionais, gênero, parentesco e vizinhança. Muitas vezes as atividades da pesca determinam a rotina diária das famílias e lugares que vivem dessa atividade.

Desde então, a atividade pesqueira segue proibida nos distritos de Regência e Povoação, alterando o cotidiano e prejudicando a atividade laboral de pescadores e pescadoras artesanais que residem nestes distritos e daqueles que pescam na região mesmo residindo em distritos ou municípios próximos. Além disso, atividades culturais e de socialização entre os moradores nos distritos de Regência e Povoação também estão sendo prejudicadas. Um exemplo emblemático foi o cancelamento da Festa da Manjuba e do Robalo, ambas tradicionais no distrito de Povoação. Em decorrência da

impossibilidade de realizar a atividade pesqueira na região, as festas em destaque foram canceladas durante o ano de 2016.

Com a atividade parada, os petrechos de quem segue a proibição estão encostados e com isso o material vai deteriorando. São botes, barcos, remos, redes, dentre outros, petrechos que estão estragando com a falta de uso e manutenção dos mesmos acarretando mais um prejuízo na atividade pesqueira.



Foto de armadilha para camarão de água doce abandonada às margens do Rio Doce em Povoação. Autoria: João Paaulo Lyrio Izoton.





À esquerda, foto do bote e rede de pesca parados e sem utilização na casa de um pescador. Do outro lado da casa, a foto á direita, podemos observar as roupas estendidas no varal (macacão laranja, botas) que são usadas pelo pescador na atividade de monitoramento do rio. Autoria: Flávia Amboss.

Diante da dúvida relacionada ao potencial de contaminação dos peixes, em fevereiro de 2016, a Justiça Federal atendendo uma solicitação do Ministério Público, proibiu por tempo indeterminado a pesca em um raio delimitado a partir da foz do Rio Doce. A intenção era preservar tanto a saúde das pessoas que poderiam consumir o peixe oriundo da região e quanto às espécies que foram atingidas pela lama²⁸. Além dos objetivos supracitados esta decisão também trouxe consigo a ampliação da quantidade de pescadores impedidos de exercer sua profissão em decorrência do evento.

O trecho de costa abrangido pela proibição corresponde à faixa delimitada ao sul pela Barra do Riacho, no município de Aracruz, e ao norte pela praia de Degredo, no município de Linhares. A leste a pesca está interditada até onde a plataforma continental alcança 25 metros. Na prática, esta proibição não só inviabiliza o arrasto de camarão – pesca notoriamente agressiva ao ambiente, e profícua na área em questão – quanto a daqueles pescadores que, mesmo indo ao mar, o faziam em barcos sem a autonomia necessária para alcançar essa distância da costa. Além disso, prejudica também os pescadores de beira, ou seja, aqueles que colocam a rede "a nado", sem auxílio de embarcação – pesca típica da região da foz do Rio Doce.

Além da atividade pesqueira e do interesse ambiental – a área em questão já foi apontada como prioritária para a conservação por ambientalistas, ICMbio e projeto TAMAR – agentes cuja atuação soma-se aos conflitos na região juntamente com os interesses industriais, previamente existentes nessa região. A Barra do Riacho, ao sul da foz do Rio Doce se transformou em um pólo industrial, onde pescadores, ambientalistas e os interesses industriais já experimentaram diversos conflitos e arranjos, conforme reflexões apontadas em outros trabalhos do GEPPEDES (TRIGUEIRO; KNOX; 2013). Já ao norte da foz do Rio Doce, houve a proposta de instalação de um complexo que envolveria um porto, uma siderúrgica e um mineroduto, chamado Porto MANABI, empreendimento depois batizado como Distrito Empresarial Norte Capixaba, via a empresa Mlog, criada em 2015, por meio de fusão: "da mineradora Manabi com a empresa de navegação Asgaard, da empresária Patricia Tendrich Coelho", e dentre os sócios acionistas estariam "Korea

 $^{^{28}} http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2016/02/pesca-na-foz-do-rio-doce-e-proibida-no-litoral-norte-do-espirito-santo.html. Acessado em 09 de fevereiro de 2017.$

Investment Corporation (KIC), OTPP, EIG e Southeastern Asset Management, entre outros" (VALOR ECONÔMICO, 2016 apud TORRES et al., 2016, p. 104).

Mesmo com os incentivos do governo estadual e a tentativa de retomada dos pedidos de licenças em 2016, conforme indica a mesma fonte de informação (VALOR ECONÔMICO, 2016, *apud* TORRES et al., 2016, p. 104), até o momento, a iniciativa que tentou retomar o empreendimento não teve novos rebatimentos locais na área da foz do Rio Doce, mas nada impede que ela volte a ser no futuro.

Por fim, salientamos que a atividade pesqueira continua interrompida na foz do Rio Doce. Os pescadores e pescadoras que respeitam a proibição não conseguem mais exercer a profissão e estão vivendo na dependência da auxilio emergencial (valor muito abaixo dos ganhos da atividade pesqueira). Outros tentam pescar em outras regiões (lagoas e rios próximos), entretanto, enfrentam dificuldades para vender o pescado devido ao temor de contaminação. Logo, para "não ficar parado" e "ficar doente, com depressão", alguns buscam formas alternativas de trabalho (com alimentação, tentam alugar casas e outros serviços esporádicos), no entanto, conforme apontaremos no relatório, essas atividades também foram prejudicadas e dessa forma, o desemprego tem sido uma constante nas regiões pesquisadas.

4.2.3. Prejuízos na agricultura

O Rio Doce consistia na principal fonte de água para a maioria dos agricultores e ribeirinhos da região da foz. Com o simples anúncio do desastre muitas das atividades rotineiras já foram suspensas. Em visita à comunidade ribeirinha de Entre Rios, em 14 de novembro de 2015, pudemos acompanhar o drama de uma família que retirara a bomba de captação da água do rio há quase uma semana e assistia desde então suas hortaliças, bananas, abóboras, e demais plantios secarem, por falta de irrigação.

Em Povoação, encontramos uma família ribeirinha que ficou sabendo do rompimento da barragem apenas quando a lama chegou a suas terras e começaram a entender que aquela não era uma cheia normal devido à coloração muito alaranjada da água. Em seguida, apareceram alguns animais mortos e, posteriormente, após a cheia, a

descoberta de que o solo estava seco e que as plantações estavam todas morrendo. O prejuízo material é incalculável, segundo o morador atingido, que nos contou ainda que receava haver perdido não só a produção, como também a propriedade na qual produzia, cujo solo lhe parecia estar irremediavelmente comprometido. Até o momento da nossa visita ele não havia recebido nenhuma visita da Samarco ou alguém do poder público em sua residência (Diário de campo, anotações no mês de setembro de 2016).





Fruto do cacaueiro em destaque e marcas da lama em terreno de família ribeirinha em Povoação, outubro de 2016. Foto: João Paulo Lyrio Izoton e Flávia Amboss.

Torna-se relevante destacar que a área onde os ribeirinhos moram e plantam (Regência e Povoação) são adjacentes ao rio Doce. No verão, As cheias, que são comuns neste período no Vale do Rio Doce, provocam enchentes e grandes inundações em seus territórios. Ou seja, "ciclicamente, o Rio Doce constrói seu processo natural de inundação e em sua foz, ocupa grandes extensões de terras, alimentando diversas lagoas com suas águas e fertilizando solos com um grande acúmulo de matéria orgânica que transporta" (OCCA, 2015).

No entanto, as cheias de 2015 e 2016 não foram férteis para a produção ribeirinha na foz do Rio Doce. Ao contrário, os ribeirinhos alegaram os recentes problemas enfrentados no cultivo da terra: *não desenvolvimento da planta* e *solo seco*, que pode ter ligação com a "camada grossa de lama que ficou por cima do solo".



Fotos cedidas por morador das suas plantações no Entre Rios (Regência) quando a lama de rejeitos chegou à foz do Rio Doce. Regência, novembro de 2015.

Com o passar do tempo à situação das famílias ribeirinhas na foz do Rio Doce foi piorando. Passado um ano do rompimento da barragem, os ribeirinhos continuam sem condições de captar água no rio e afirmam que "depois da enchente a planta não desenvolve, ela não cresce mais como antes", pois o solo que era fértil "ficou seco depois que a lama passou" (Diário de campo, anotações de 29/11/2016)

Em reunião com a Fundação Renova²⁹ no dia 29 de novembro de 2016, alguns ribeirinhos apresentaram este problema e demonstraram preocupação acerca de uma possível contaminação da água do Rio Doce. No entanto, representantes da Fundação (funcionários do Programa de Diálogo Social da Fundação Renova) desconsideraram os problemas apresentados e afirmaram que as análises feitas na água até aquele momento

63

²⁹Fundação de direito privado sem fins lucrativos, criada no âmbito do "Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta" celebrado entre a União, os governos dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo (com os órgãos associados), junto com a Samarco Mineração S/A e suas acionistas, assinado em março de 2016 e homologado em 05 de maio de 2016.

apontavam que a mesma estava própria para irrigação e dessedentação de animais (Diário de campo, anotações de 29/11/2016)³⁰.



Foto de residência de família ribeirinha na foz do Rio Doce, Regência-ES, fevereiro de 2017. Autoria de João Paulo Lyrio Izoton



Foto de horta na casa de pescador em Regência, fevereiro de 2017. Autoria: Flávia Amboss

Com a redução da produção devido à fragilidade do solo após a chegada da lama, a situação dos ribeirinhos tornou-se ainda mais crítica com as novas dificuldades enfrentadas no processo de comercialização. De acordo com relatos, os produtos não

64

³⁰As anotações de campo foram feitas durante a reunião entre Fundação Renova e moradores do Entre Rios no dia 29 de novembro de 2015 na sede da Associação de Produtores Ribeirinhos da Foz do Rio Doce. Entre Rios fica na área rural de Regência. A atividade fazia parte das ações do programa Diálogo com a comunidade.

estão sendo comercializados, pois, há um receio generalizado acerca do potencial de contaminação das verduras e hortaliças irrigadas com a água do Rio Doce.

4.2.4. Aumento nos gastos domésticos e perda da autonomia financeira (ou dependência financeira da Samarco)

A suspeição acerca da qualidade da água gerou outro efeito sentido no bolso dos moradores da região. A corrida por água mineral começou assim que começaram a chegar às caixas d'água de Regência uma água de coloração acentuada, odor estranho, e que levou muita gente a comprar água mineral para ingestão, preparação de alimentos e higiene pessoal (como escovar os dentes e dar banho em bebes).

Sem condições financeiras para arcar com esse novo gasto, alguns moradores continuaram fazendo uso da água mesmo com a procedência duvidosa, conforme relata uma moradora de Regência durante a reunião do Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce ocorrida em Regência: "Esta água que vem do caminhão até a nossa casa está salobra e com gosto ruim. Eu estou bebendo esta água [mostra uma garrafa de água com coloração amarelada] porque não tenho dinheiro para comprar outra, mas, estou cismada com esta água" (Anotações caderno de campo, dia 13/02/2016).

Diante do aumento no gasto com água e sem condição financeira de arcar com ele, outros moradores se viram na necessidade de sair das suas residências e morar de favor na casa de familiares evidenciando um processo de perda da sua autonomia financeira:

Moradora atingida: [...] A gente estava ganhando doações de pessoas comuns: famílias e pessoas que se sensibilizaram. Não recebemos nenhuma garrafa de água mineral da empresa Samarco. Tudo nosso até do dia 27 de dezembro de 2015 veio em doações de pessoas, graças a Deus, sensíveis, a toda a situação que todos nós estamos passando, não só eu, mas, toda a comunidade de Regência. E agora depois do dia 27 em diante a gente não recebeu mais doações e viemos a receber uma última agora em 14 de fevereiro, que encaminhamos para escola Vila de Regência. Não recebemos mais porque estamos indo embora de Regência porque não temos nem condição de pagar essa água mineral, a verdade é essa. Porque é água mineral para cozinhar e é água mineral para beber, com ele [aponta para o filho de quatro anos] aqui o consumo é alto e a gente realmente não tem como. A água realmente é cara quando você usa para cozinhar, para tudo, fazer o básico né: fazer um café, um arroz, lavar um feijão, lavar um arroz. Pelo menos para a gente se alimentar e

consumir a gente tá procurando usar a água mineral. **Eu não tenho coragem. Eu não tenho segurança. Tenho medo na verdade!** (Adriana, comerciante, moradora de Regência, entrevista realizada em fevereiro de 2016).

Como em Regência não houve distribuição de água mineral pela Samarco, os moradores que não tinham condições financeiras para comprar água mineral fizeram uso (e ainda fazem) de água com procedência e qualidade duvidosas, exceto nos momentos iniciais, quando puderam contar com a caridade de amigos e desconhecidos que doaram água para a região, ocasiões em que se formavam extensas filas para receber as doações, tanto em Regência quanto em outros municípios situados no vale do Rio Doce – em especial, muito foi divulgado sobre Colatina (ORGANON, 2006).

Além do aumento dos gastos com água, a confluência de outros dois fatores negativos anteriormente apontados - a saber, a proibição da pesca e o prejuízo na agricultura – contribuem para um gasto doméstico acentuado. Desde hortaliças para uma salada até a proteína do peixe – esta ocupando tradicionalmente um lugar de destaque na alimentação local – a inviabilização da produção local acarretou uma maior dependência dos moradores da região de itens obtidos externos à localidade. Cortaram-se assim os vínculos locais advindos da comercialização e troca do pescado entre vizinhos e parentes e reforçou-se o consumo de carne vermelha – o que acarreta em filas no açougue do supermercado local em dias de abate, e prejuízo para aquelas famílias que outrora podiam pescar para sustentar um grande número de indivíduos, e que agora se veem limitados financeiramente a um auxílio mensal concedido àqueles que a própria empresa reconhecem como atingidos pelo rompimento da barragem.

Sobre o auxílio, diante da situação trágica vivenciada pelos moradores na foz do Rio Doce e em outras regiões atingidas pelo rompimento da barragem, o Ministério Público Federal do Espírito Santo (MPF/ES) e Ministério Público do Trabalho (MPT), através do Termo e Compromisso Socioambiental Preliminar (TCSA), exigiram que a Samarco Mineração S.A. providenciasse imediatamente um auxílio emergencial para todos os afetados pelo desastre. Nessa perspectiva, alguns moradores atingidos passaram a receber um cartão mensal no valor de uma cesta básica, mais um salário mínimo e mais 20% por dependente, quando for o caso. Para além disso, porque muitos afetados não

foram (e continuam não sendo) reconhecidos como atingidos pela mineradora, e há toda uma discussão sobre qual seria o perfil dos afetados aptos a receber o auxílio.

Desde então, a autonomia econômica das famílias na foz do Rio Doce ficou comprometida, reduzida a essa assistência emergencial, chamada, indevidamente, de "benefício", pela própria mineradora. Esta medida emergencial gerou uma série de controvérsias locais sobre as quais ainda discorreremos ao longo do relatório. Contudo, chamamos a atenção de imediato para os problemas enfrentados no que tange à administração de uma renda mensal para aqueles sujeitos que estavam acostumados culturalmente a trabalhar todos os dias e a receber pelo dia de trabalho. O dinheiro mensal torna-se uma novidade difícil de ser administrada: "é ruim porque tem que ficar esperando o dia de receber né e o dinheiro não dá para o mês todo né. Ai a gente fica sem dinheiro e não tem como trabalhar para conseguir comprar um arroz, um feijão, um café né" (Anotações caderno de campo, janeiro de 2017).

4.2.5. Prejuízo no comércio/turismo

Com a chegada da lama a Prefeitura de Linhares interditou as praias de Regência e Povoação, consideradas impróprias para o banho de mar, e sinalizou a proibição com placas, no intuito de impedir o contato de pessoas com a água³¹. Desta forma, o comércio e o turismo na região também amargaram prejuízos. Restaurantes, pousadas, pessoas que viviam do aluguel de imóveis para temporadas, ou mesmo os que informalmente prestavam serviços adjacentes a essas áreas foram severamente impactados. De imediato houve um vertiginoso processo de cancelamento de diárias já agendadas para mês de dezembro (2015) e janeiro (2016), sobretudo na semana de Ano Novo, caracterizada pela movimentação no setor turístico.

Apostando em um retorno dos turistas à região, e tentando de alguma forma responder à intensa mídia negativa a qual vinha sendo submetida em decorrência do evento, a Samarco Mineração investiu, em parceria com o município, em uma programação de verão nas praias de Povoação e Regência. A ação tinha por objetivo estimular o fluxo de

³¹http://noticias.r7.com/minas-gerais/praias-de-linhares-es-sao-interditadas-apos-chegada-da-lama-de-barragem-ao-mar-23112015. Matéria publicada no dia 23 de novembro de 2015 e acessada por último em 07 de fevereiro de 2017.

turistas e movimentar o comércio na região, mas não logrou êxito. Foi alvo inclusive de críticas no sentido de que shows musicais não atrairíam de volta turistas que frequentavam o local em busca de um contato privilegiado com a natureza e onde a pesca e o surf sempre foram os principais atrativos (Anotações caderno de campo, fevereiro de 2016).

Algumas pousadas e restaurantes ainda conseguiram se readaptar à nova realidade da vila. Desde o fim de 2015 ao primeiro semestre de 2016, surgiu uma nova demanda de serviços na vila, a saber: pesquisadores, funcionários de empresas de alguma forma envolvidas com o evento da chegada da lama e jornalistas. O período no qual este público teve alguma relevância econômica para o setor de serviços na região, no entanto, ficou circunscrito ao período acima descrito. Desde então o prejuízo no comércio e no turismo tem aumentado. Diante do afastamento do público tradicional, bares, pousadas e campings se viram na necessidade de fechar as portas, com medo de contrair dívidas.

4.2.6. Desemprego, prejuízo financeiro e endividamento

Com as atividades laborais interrompidas na região, os prejuízos com os equipamentos de trabalho encostados e com a falta de emprego, muitos moradores vivenciaram e continuam vivenciando um complicado processo de endividamento por não conseguirem pagar as contas de energia, talão de água e empréstimos nos bancos. O pescador Geraldo, que só recebeu o auxílio emergencial no mês de maio (2016), relatou um ciclo de endividamento e prejuízos:

Pescador atingido: Minha conta no banco já está ruim [...] fiz empréstimo e dinheiro já foi embora! Já tô devendo já o banco. Porque às vezes, assim, comprava rede né, a gente tem o financiamento no banco, né, então a gente comprava rede. Fazia uma coisa ali, outra coisa aqui... já foi embora. Até minha água e minha luz já chegou até cortar aqui nos últimos dias. Eu já fiquei sem água e sem luz aqui. O freezer tá ali parado, tem um ali, tem dois freezer. Tá todos dois sem gás, mais de ano sem funcionar, eu não vou ligar o freezer pra gastar energia. Os freezers estão parados. Te falar... o barco tá lá no porto, estragando. Aí eu tava até falando com meu amigo ali, aí ele falou "talvez vai vir representante semana que vem aqui, e talvez vão ver o que vão fazer". De "vão ver" eu já tô cansado! De vão ver o que eles vão fazer, eu já tô cansado! (Geraldo, pescador artesanal, morador de Regência, entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2017).

Além do prejuízo generalizado nos setores diretamente ligados ao rio – a pesca, a agricultura e o comércio/turismo – pessoas ligadas a atividades correlatas também acumularam perdas e dificuldades desde o rompimento da barragem. Em ambos os distritos pesquisados, havia uma profusão de pequenas atividades supridas informalmente, a saber: construção civil, serviço doméstico, jardinagem, alimentação, pequenos reparos e que também foram impactadas pelo evento. O baixo desempenho destes setores atesta o fato de que a crise econômica pela qual a região passa desde o evento é generalizada. Nas palavras de um morador que vivia a realidade da construção civil, o cenário é o seguinte:

Morador atingido: Deixa eu te falar uma coisa, de primeira, no começo, antes dessa lama chegar eu tocava dois, três serviços como pedreiro de obra. Então, hoje eu to com um e muito mal. Porque na realidade, no meu ponto de vista, de primeiro as pessoas estavam investindo mais na comunidade, as pessoas de fora, as próprias pessoas aqui de dentro. Então hoje eu to vendo que caiu, vamos botar ai 99%. Então, eu estou vendo que as coisas estão mais difíceis, a realidade está mais difícil, entendeu? [...] Eu empregava até seis ou sete pessoas que trabalhavam aqui comigo dentro da vila e hoje eu to com um ajudante só. Os outros estão parados. (Carlos, Pedreiro e agricultor, morador de Regência, entrevista realizada no dia 09 de setembro de 2016).

Mesmo diante deste cenário, consideramos importante destacar que, no processo de reconhecimento e mitigação dos danos socioeconômicos advindos do evento, este conjunto de profissionais informais não receberam o reconhecimento pleno enquanto atingidos pela Samarco Mineração S.A. Ouvimos muitas queixas acerca do não recebimento do cartão emergencial por parte de pessoas que se enquadravam neste perfil.

Consideramos também destacar neste tópico, a complexa estrutura econômica nas localidades, onde um mesmo indivíduo pode ser agricultor e/ou trabalhar em uma fazenda, manter alguns serviços na construção civil, e ter algumas redes para botar no rio e no mar. Calcular a forma justa de idenizar e compensar a totalidade das perdas socioeconômicas que vieram junto com a lama da Samarco perpassa a compreensão de que o Rio Doce e o mar eram a linha mestra de toda a rede de relações que mantinham vivas as localidades em questão.

4.2.7. Prejuízos na prática de surf e outros esportes aquáticos

As praias de Regência e Povoação são famosas por suas ondas, consideradas ideais para a prática do surf e do bodyboard. Os adeptos das duas modalidades são responsáveis por boa parte do turismo na região. Povoação, de mais difícil acesso ao público vindo da capital Vitória, é um destino cobiçado por atletas de bodyboard de todo o Brasil. Regência, do lado sul da foz do Rio Doce, desde a sua descoberta galgou a posição de uma praia secreta e conhecida por poucos para uma das 10 melhores ondas do Brasil, eleitas de acordo com o público de uma revista de circulação nacional especializada no esporte.



Onda de Regência é famosa por seus Tubos. Surfista: Elton na Bola. Foto tirada antes da lama, por João Paulo Lyrio Izoton

Com o *boom* na mídia especializada e cada vez mais adeptos locais nas praias em questão – inclusive com experiências de escolinha de surf e de bodyboard em Regência e Povoação, respectivamente –, o surf ocupava lugar de destaque na economia local, com pousadas, campings, pequenas fábricas de reparos, lojas e até um site especializado neste tipo de público. É importante frisar que o surf, principalmente em Regência, estava no seu auge. Cada vez mais gente de fora do Espírito Santo e do Brasil visitava suas

praias para a prática do esporte, o que também motivou muitos surfistas que conheciam a região a fixar residência e/ou investir na vila.

A despeito da centralidade da prática do surf na região, nenhum dos donos de lojas ou pequenas fábricas foi reconhecido como diretamente impactado. Muitos dos surfistas que fixaram residência em Regência, em busca da qualidade de vida envolvendo a prática do esporte, o contato com a natureza e a busca por um local tranquilo para viver com a família, abandonaram a vila nos meses que se seguiram ao evento. A perspectiva de surfar nas águas contaminadas pela lama da Samarco eram as piores possíveis, principalmente nos meses imediatamente após o acontecido. A prefeitura instalou placas interditando as praias (que logo sumiram) e os surfistas demoraram em voltar a frequentar os picos de surf na região.

Eventualmente, com a atenuação do efeito visual que o tom de laranja causava imediatamente após à chegada dos rejeitos em Regência³², o movimento de surfistas vem timidamente aumentando. À exceção dos surfistas nativos, filhos dos habitantes da vila, que tem surfado em quaisquer condições, boa parte dos surfistas tem retornado nos dias em que a água fica mais clara, apesar das evidencias da presença do rejeito. A despeito disso, o movimento ainda é ínfimo perto do que vinha ocorrendo anteriormente ao evento. Não se tem ciência de nenhum laudo que ateste a balneabilidade das praias que os surfistas frequentam, distante uns 5km da vila de Regência, dentro da REBio de Comboios.

4.2.8. Prejuízos no lazer comunitário

Os momentos de lazer dos moradores também foram drasticamente alterados após a chegada dos rejeitos no rio e no mar. A quase ausência de equipamentos públicos para crianças e jovens se distraírem na vila é testemunha da íntima relação que os habitantes de Regência e Povoação tinham com o rio e o mar. Aprender a nadar no rio, onde passavam tardes em churrasco e fazendo pescarias em família ou amigos, tudo isso fazia parte da rotina dos moradores nos distritos estudados. Esse aspecto também está

³² Durante alguns meses do ano de 2016 o tom alarajando da água foi diminuindo na foz do Rio Doce. No entanto, com o período chuvoso, no final no ano, a coloração do rio voltou a ficar alaranjada, aproximando da coloração do rio nos meses de novembro e dezembro de 2015.

registrado no relatório elaborado por outro grupo de pesquisa e extensão da UFES (ORGANON, 2015), onde também se aponta as atividades lúdicas das crianças previamente desempenhadas no rio e no mar. Segue fala de moradora:

Moradora atingida: [...] E pro meu filho a perda, além do nosso sonho de pai de querer que ele vivesse nesse meio e respirasse o surf, eu vejo como uma perda muito maior, porque aqui em Regência, eu sempre bato nessa tecla, é a falta de área de lazer para as crianças e adolescentes da vila de Regência, que são muitas crianças [...]. E assim, a área de lazer que todas essas crianças tinham era a praia, o rio, e eu incluo a as lagoas da foz do Rio Doce. Porque todo verão sempre formaram lagoas lindíssimas, que não só as crianças, mas todos os turistas, todos nós, eu mesma era duas vezes por dia: de manhã e de tarde. Essa caminhada lá, a água quentinha, nossa, os passarinhos voando, os peixes pulando, era uma coisa maravilhosa, era um ponto de encontro da vila, era o playground das crianças. Todos nós final de tarde íamos para lá para ver o sol se por e ta lá na lagoa até escurecer. Então assim, eram momentos assim que era a única diversão que a gente tinha que era essa caminhada e quando essa tragédia aconteceu o meu filho que ia para praia todo dia caminhar com a gente não foi mais e a gente manteve ele trancado aqui no nosso quintal, porque não tem área de lazer. A gente ia para pracinha para tentar passear com ele, é uma mistura muito grande de crianças grandes, com crianças pequenas, com adultos bebendo e as crianças correndo com bicicleta e ele por ser muito pequeno queria correr atrás e assim é estressante [...] (Adriana, comerciante, moradora de Regência, entrevista realizada em fevereiro de 2016).

Estes momentos eram importantíssimos para a reafirmação dos laços familiares, onde irmãos levavam seus filhos para conviver juntos, as crianças criavam laços entre si e os adultos reforçavam os existentes, a despeito de já haverem criado suas próprias famílias fora da casa dos pais. Mais que isso, os atributos naturais da região eram o motivo do constante retorno dos familiares que porventura deixaram a região, mas não abandonaram o hábito de ali passar as férias e feriados. No entanto, devido o receio do potencial de contaminação no rio e mar, alguns moradores relataram que deixaram de receber em suas residências as visitas de familiares e amigos. O casal Ana e Marcos relata que era comum os momentos na beira do rio com os amigos e parentes distantes. Assim, além da perda do trabalho, o lazer familiar ficou comprometido com a chegada da lama. No final de semana eles recebiam familiares em suas casas e faziam piquenique na beira do Rio Doce:

Marcos: Rapaz, essa lama me prejudicou no meu trabalho, é que aqui a gente não tá tendo mais trabalho.

Ana: E o lazer né.

Marcos: O lazer ... tudo para nós. Eu saia durante a semana para trabalhar, no final de semana nós fazia piquenique na beira do rio. Não tem mais isso, não tem mais. Você quer vê uma coisa? Vou te mostrar uma coisa aqui ...

Ana: As crianças adoravam vim para cá, fazia farofa, sabe? Preparava tudo e fazia farofa, levava frutas, levava água ...

Pesquisador: Vocês têm fotos disso?

Ana: Não

Marcos: Sabe o que é isso aqui?

Pesquisador: É um fogareiro para fritar peixe?

Marcos: Fazia arroz e peixe aqui. Eu e minhas netas, era arroz e peixe. Era piquenique

que a gente fazia.

Ana: É a nossa chapa de cozinhar na beira da praia, do mar e do rio.

Marcos: Né! E ai? Eu tenho o que hoje?

(Ana e Marcos, diarista e pedreiro respectivamente, moradores de Regência, entrevista

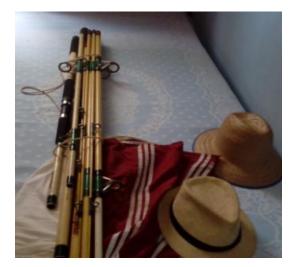
realizada em outubro de 2016).

As fotos que seguem foram solicitadas por Ana e Marcos quando visitamos a casa do casal em Regência. Os registros contemplam os utensílios que o casal utilizava durante os almoços em família realizados nas ilhas no interior do Rio Doce, conforme expõem o relato do casal.



Foto da Ana com a panela para fazer arroz com peixe durante os piqueniques à beira do Rio Doce. Autoria: Flávia Amboss





Fotos tiradas a pedido do seu Marcos: na da direita, Marcos mostra a base para ascender o fogo nos almoços familiares que ocorriam nas ilhas no interior do Rio Doce e, na esquerda, são varas para pescar usados por Marcos em momentos de lazer com as netas que vinham visitar a família em finais de semana e durante as férias. Autoria de Flávia Amboss.

Além desta perda imediata do espaço tradicional para o lazer da comunidade, também convém lembrar que desde o anúncio do desastre o fluxo de pessoas estranhas à localidade de Regência foi sentido, com um aumento no fluxo de veículos e máquinas também constrangeu o uso da rua pelos habitantes, tida costumeiramente como extensão das suas casas.

4.2.9. Quebra da rotina diária, das divisões de tarefas e comprometimento de projetos futuros

A pesca não era a única atividade laboral na região da foz do Rio Doce, mas é uma atividade que merece destaque no que tange à tradição cultural, sobretudo nas divisões de trabalho entre gêneros e a ocupação sazonal de muitos moradores nos distritos de Regência e Povoação. A narrativa que segue evidencia a rotina de quem vivia com e da pesca artesanal:

Pescador: Geralmente aqui a gente vai pescar quatro e meia ou cinco horas da manhã. Volta às nove horas ou dez. Traz o pescado, a mulher fica responsável, almoça, descansa. Lá por volta de duas horas você retorna de novo. E volta [para casa] seis horas, cinco e meia.

Pesquisadora: O dia inteiro então era dedicado para o trabalho na pesca?

Pescador: Aí só parava quando entrava uma frente fria, né. Dava um vento sul, o mar ficava bravo, Aí era hora de tirar as redes pra terra e concertar, ajeitar o barco, pra quando o tempo melhorar voltar de novo aquela rotina. Enquanto isso a gente tava

descansando, enquanto o pescado tava no freezer, a mulher ia entregar. A gente aproveitava o tempo desse negócio pra dar uma descansada também. (Geraldo, pescador, morador de Regência, entrevista realizada em janeiro de 2017).

Conforme exposto, a maior parte do trabalho feminino é realizada em terra durante o processo de beneficiamento e comercialização do pescado. Esse conjunto de atividades que é essencial para a existência da atividade pesqueira é valorizado localmente e promove autonomia às mulheres na região pesquisada. Como sua função está ligada diretamente ao processo de comercialização, muitas vezes é ela que lida com o dinheiro e, portanto, administra a economia familiar. No entanto, a distribuição do auxílio emergencial ficou vinculada ao portador da carteira de pesca, na maioria dos casos o homem, tirando da mulher a responsabilidade da administração da enconomia familiar.

Com as atividades laborais interrompidas e com o lazer comprometido, a rotina dos moradores de Regência e Povoação tem sido drasticamente alterada. No entanto, as ações da empresa se restringem ao pagamento de um auxílio financeiro emergencial, que ainda vem causando controvérsias locais conforme já exposto algumas vezes neste relatório. Nada tem sido feito para amenizar o dano social e emocional na região afetada, tendo em vista as alterações bruscas no cotidiano familiar e social.

Pesquisador: E você acha que pra minimizar esse sofrimento seu e de outras pessoas que estão passando pela mesma situação, como que a empresa e o Estado poderiam ter trabalhado melhor pra resolver o problema de vocês aqui da vila?

Pescador atingido: Olha, eu acho que hoje pra consertar o que tá aí, não vai ser consertado mais! Eu acho que, algum representante da Samarco, do governo, algum instituto aí tem que dar um esclarecimento sobre alguma coisa pra ver se ameniza. Ou então a Samarco tem que fazer um projeto aí, qualquer coisa aí, pra botar alguém pra trabalhar, porque Regência tá fedendo a homem parado. Ninguém tá fazendo nada. Às vezes você senta na rua e ficam batendo papo. Você já percebeu que muitas vezes tem muita gente parado na vila. Então, eu acho que a Samarco deveria fazer issso.

Pesquisador: E essa "paradeira", você acha que é ruim pra vila também? É ruim para o clima na vila?

Pescador atingido: É! Entra um clima estranho porque, às vezes, você não se ocupar você começa a criar outros tipos de problemas, né. Aí entra a bebida, o alcoolismo. Aí a pessoa não tem nada pra fazer, a pessoa vai fazer o quê? Tem que beber, tem que fumar, igual tá acontecendo. Muita gente aí que tá fazendo isso. Não tem nada pra fazer. Afetou de tudo quanto é jeito! Afetou o turismo. O impacto que aconteceu aí, falaram que o peixe tá contaminado. Se for pescar, não vende. Nem todo mundo quer comer o peixe mais de Regência. Às vezes não é nem o peixe de Regência, mas o pessoal já fica até com medo. "ah, porque é o peixe do Rio Doce..." nós vamos fazer o quê?!

Temos que esperar e ver o que vai acontecer [...] (Geraldo, pescador artesanal, morador de Regência, entrevista realizada no dia 17 de fevereiro de 2017).

Nesse sentido, as alterações e as vivências decorrentes do desastre permanecem no dia a dia das famílias atingidas, mesmo após mais de um ano do rompimento da barragem. Isto posto, fica claro que o tempo social decorrente do desastre é totalmente diferente do tempo cronológico enfatizado pelo empresariado e poder público, que constantemente afirmam em reuniões com a comunidade que "a tragédia, o pior né, já passou. Agora estamos trabalhando e pensando no futuro. Estamos trabalhando para deixar um legado para vocês" (Anotações caderno de campo 02/02/2016³³). Esse discurso da empresa contrasta com o relato abaixo:

Pescador atingido: [...] realmente o que eu gostaria mesmo, seria uma boa notícia se você chegar na porta da minha casa e falar assim: "oh, seu rio está bom! Vai fazer dele o que você quiser!" Porque a coisa que eu sinto mais falta é disso aí! Eu vou na beira do porto ali e fico olhando. Hoje mesmo eu fui lá. Todo dia eu vou no porto, no rio, no cais e fico olhando esse rio. Às vezes eu não gosto nem de comentar né... um desespero que dá na gente. Por que... tá aí. Eles acabaram com o futuro da gente! Acabaram com o futuro do meu filho. Eu não posso ir embora daqui. E eu também não posso ficar agora mendigando atrás da Samarco! Eu nunca precisei mendigar nada de ninguém, não vou ficar atrás e mendigando atrás de Samarco. Só queria que eles parassem de conversa aí. Falar muito e tentar resolver o problema. Por que... eu conheço essa história desde Mariana aqui, né, acabei de falar que minha esposa é de lá. Então tem gente que tá aí que até pior ainda! Tem agricultor aí que não recebeu nada! Tem agricultor hoje que tá molhando a sua planta, tá regando sua terra, sabe nem o que tá jogando em cima. Tem muitos ribeirinhos aí que... não sai daqui, igual, por exemplo, a gente pega uma lancha aqui, que mais do porto ali óh, aquela vegetação morreu tudo. Tá tudo mortas. Das ilhas aqui, óh, tá morrendo tudo. Quer dizer, tá aí, eu, eu tô enxergando que tá! Que o impacto tá sendo... agressor! E, a Samarco, tá de braços cruzados. Então é complicado! (Geraldo, pescador, morador de Regência, entrevista realizada em janeiro de 2017).

As rotinas de trabalho, lazer e cotidiano dos moradores em Regência e Povoação foram alteradas e não há em curto prazo esperança por parte dos interlocutores de que a situação anterior seja reestabelecida. Essa falta de perspectiva contribui para ampliar o sofrimento dos afetados pelo desastre. Ao longo da pesquisa de campo, muitos relataram desânimo para acordar e restabelecer atividades diárias. Sobre isso, Regiane questionou

³³ Reunião da Fundação Renova com os moradores ribieirnhos do Entre Rios, Regência-ES.

a falta de perspectiva para o futuro dos pescadores em Povoação e a necessidade de cuidados com especialistas para cuidar da saúde emocional dos pescadores:

Pescadora: Nossa, mudou tudo. Eu bato na tecla que o pescador hoje, ele vai precisar de um acompanhamento com psicólogo, porque, você ter um costume, porque o pescador ele tem um costume, ele tem um hábito entendeu? É nato dele, ele acordar, toma um café, passa a mão na rede, na tarrafa e vai pro rio. Aí lá ele pesca, lá ele distrai, passa a hora do almoço, vem embora com seu pescado que pegou, alegre. Se pegar algum peixe ele vem embora feliz, se não pegar nada também, ele vem embora... Então agora isso mudou, porque agora o pescador não tem o que fazer. "Ah, mas foi bom em alguma parte?" – Nenhuma. Por que isso não devolve pra gente a minha saúde mental, não devolve... o meu lazer, não devolve, entendeu? Assim, a vontade... você olha, você tem vontade de tá ali dentro. O seu convívio com a água, o seu contato com a natureza, aí não tem! Aí eu sou pescadora, eu vou trabalhar de pedreiro?! Como? Eu sou pescadora, eu vou entrar num concurso da prefeitura pra varrer rua, ou pra ser um professor... como?! Porque minha vida toda eu me dediquei a uma coisa [em] que eu sou meu próprio dono, meu próprio patrão. Entendeu? Eu não tenho patrão. De repente você passa de patrão, você passa a ser empregado, entendeu? Então, isso não é vida! (Regiane, moradora de Povoação, pescadora, dona do lar e comerciante, entrevista realizada em 25/09/2016).

4.2.10. Ampliação dos conflitos entre vizinhos, amigos e familiares

Com o rompimento da barragem as relações familiares e sociais foram desajustadas nos distritos de Regência e Povoação. Vários fatores contribuíram com isso, inclusive o recebimento do auxílio emergencial pela Samarco foi um aspecto bastante relatado e questionado pelos nossos interlocutores durante o trabalho de campo. Nesse aspecto, torna-se relevante ressaltar alguns problemas decorrentes das ações institucionais impostas para o recebimento do cartão que contribuíram para a ampliação dos conflitos internos, a saber: (a) tratamento individualizado por parte da mineradora (ou empresas contratadas) para com os atingidos; (b) discriminação de gênero e a invisibilidade das mulheres, crianças e adolescentes; (c) acusações de favorecimento a algumas pessoas, enquanto outras teriam ficado de fora, ou seja, desconfiança quanto à distribuição dos cartões da Samarco; (d) dúvidas quanto à atuação de lideranças, como no que diz respeito à transferência de informações e à transparência de suas ações. Sobre esse aspecto, a conversa com a pescadora Regiane ajuda a elucidar o assunto:

Pesquisador: E o que a Samarco tem feito aqui em Povoação?

Regiane: Até agora, nada. Inclusive, quando eu falo que eles estão jogando, o que aconteceu (...) a empresa, ela é multinacional, ela é preparada. Ai ela de repente contrata outra terceirizada pra fazer cartões, aí ela dá cartões pra pescador e pra não pescador e, pra outros não (...) o que que aconteceu? Ela ganhou um tempo, que enquanto eu, que sou pescadora, fico brigando com ele que é morador, eu recebi o cartão, ele acha que ele não recebeu o cartão porque eu que sou pescadora impedi ele de receber o cartão. Ela fez essa jogada, por isso que ela deu pra uns e pra outros não. Enquanto nós brigamos entre si, ela ganha tempo pra poder tentar arquivar o processo, tentar manipular as comunidades, porque esse balcão indenizatório é manipulação, nós sabemos disso, entendeu? Pras pessoas migrar (...) eu tenho uma dependência, eu preciso de já, então eu não tenho documento de pescador, eu vou lá, eu vou negociar, vou pegar trinta mil e vou embora, acabou! Eu perco tudo. Então a intenção dela... por que um acordo indenizatório antes de concluir o primeiro TAC?!

Pesquisador: Eles estão querendo pagar o mínimo possível pra maior quantidade de gente possível né

Regiane: o mínimo possível (...) porque eu recebendo essa indenização, não tenho direito de falar mais um "A". Acabou! Vai acontecer uma coisa que a mesma coisa que aconteceu com o derramamento de óleo lá no Rio de Janeiro. Pessoas que viviam da pesca, até hoje não foram indenizadas, porque alguns foram lá e assinaram a indenização, pegaram seu dinheirinho, comeram, gastaram e quem vive da pesca e quem vive lá, até hoje tá sofrendo. Então, quer dizer, se nós apoiamos esse balcão indenizatório agora, as comunidades ribeirinhas todas vai se ferrar, toda vai se quebrar, por quê? Porque a jogada da empresa. Então ela não fez cartão pra todos pra que acontecesse o conflito, e houve o conflito, tá em guerra as comunidades, estão em guerra! "Poxa, eu sou pescadora, não tenho cartão, ele não é pescador, ele tem." "Poxa, ela trabalha na prefeitura, tem cartão, eu vivo da pesca, não tenho". "Ah, mas você não tem cartão porque ela falou de você, ela denunciou...". Não existe...

Pesquisador: Você acha que as coisas são deliberadas por parte da empresa pra aumentar o conflito?

Regiane: Sim, com certeza! Primeira coisa, nós não estamos lidando com lambari, nós não estamos lidando com peixe pequeno, estamos lidando com tubarões e eles são estruturados pra isso, eles têm psicólogos, eles têm sociólogos, eles têm pra cada área específica eles tem uma pessoa determinada. E pra comunidade eles têm o que?! Eles têm duas pessoas que vêm na comunidade fazer uma parte social. Qual é a parte social que ela faz? Você vai lá, relata o que aconteceu, aí você fala de fulano, de ciclano, ele anota e fala: "ah, vou enviar pra empresa". Isso não é social, não é. Se ela causou danos, eu quero saber o que que ela tem pra oferecer além do subsídio, o que ela tem? Ela tem que oferecer pra nós direitos de ir e vir, comunicação direta, saúde em primeiro lugar, ela tem que fornecer... eu não to preocupada que ela vai fazer os esgotos, não, porque há muitos anos que já vem vazando essa lama e nós sabíamos. Há muitos anos! Por que o troço não rompeu da noite pro dia. Segundo os técnicos, aquilo ali já vinha rompendo há tempos, entendeu? Então eles sabem da existência do problema, não estalou raio e

quebrou aquilo ali, aquilo ali já vinha rompendo. (Regiane, moradora de Povoação, pescadora, dona do lar e comerciante, entrevista realizada em 25/09/2016).

A conversa com Regiane foi realizada dois dias após a realização de Audiência Pública no distrito de Povoação, na qual participaram a equipe da Defensoria Pública (Federal e do Espírito Santo), representantes da Fundação Renova e moradores de Povoação. Regiane mostrou bastante indignação em relação às ações praticadas pela mineradora, que, segundo ela, tem "contribuído para desarticular todas as comunidades" (Anotações caderno de campo, setembro de 2016). Esse tipo de reclamação foi frequente durante todo o processo da pesquisa de campo. Em Regência, também escutamos muitas reclamações em relação à distribuição do auxílio emergencial, cujos moradores falam em "privilégios para alguns e outros não".

4.2.11. Abalo emocional e impactos na saúde

A magnitude do desastre analisado resulta na exposição de um perigo imediato acerca da integridade física e emocional dos atingidos. Sendo assim, compreendemos que "os impactos psicossoais são múltiplos e reverberam ao longo do tempo, a partir da dinâmica de cada comunidade atingida" (RODRIGUES, *Et Al.*, 2016, p. 167). Nos distritos analisados, os moradores viveram durante dias a expectativa de chegada da lama, desencadeando "percepções como: ausência de informações confiáveis, incerteza quanto ao futuro, descrédito no poder público, desilusão resultante de acordos não cumpridos, assistência social insuficiente, dentre outros" (VALENCIO *et al.*, 2011 *apud* RODRIGUES *et al.*, 2016).

Durante o período de "anúncio do desastre", o medo, a insegurança, a ansiedade e a falta de perspectiva apareceram como problemas latentes nos relatos dos atingidos:

Morador atingido: [...] as pessoas não querem vir, já estão com medo e está começando a espalhar isso na mídia, falando que vai se tornar perigoso. Cara, eu até entendo as pessoas quererem vir ajudar Regência eu já vi pessoas ajudarem em outro tipo de tragédias, agora uma tragédia onde vai vim arsênio, tragédia com metais pesados e contaminar a água, contaminar as praias eu acho que fica meio difícil as pessoas virem para cá, ficar aqui e ajudar a gente porque vai está correndo um certo risco. Há uma preocupação eminente hoje de nós que moramos aqui em Regência, é a questão da evacuação da vila, ninguém fala em um plano de emergência para tirar

todo mundo, porque é uma possibilidade eminente [...] (Rogério, Surfista e comerciante, morador de Regência, entrevista realizada no dia 15/11/2015).

Moradora atingida: A preocupação está tão grande que as pessoas estão até deixando de viver para ficar preocupado, ficar focado nessa questão por que o prejuízo vai ser grande né. A questão do meio ambiente também, uma questão séria que está se agravando... A gente também tá muito preocupada com a questão da alimentação, da nossa alimentação né, da qualidade de água né, da nossa água. (Sandra, Funcionária pública e comerciante informal, moradora de Regência, entrevista realizada no dia 15/11/2015).

Com o advento da lama a situação torna-se ainda mais complexa. O período das "cheias" que antes representava um ciclo de fertilidade dos solos para os ribeirinhos tornou-se sinônimo de preocupação e prejuízos materiais. Nos locais onde a lama invadiu os terrenos, como nos territórios ribeirinhos e algumas ilhas em Povoação e Regência, as perdas materiais (como terrenos e meios de subsistência: roça, horta) e simbólicas (alteração no cotidiano, ruptura da dinâmica familiar e comunitária) podem ter possibilitado a emergência e ampliação do sofrimento psíquico. Situação parecida ocorreu com as famílias que vivem da pesca artesanal e vivenciaram o impedimento da atividade devido ao potencial de contaminação do rio. Os comerciantes que experimentaram o movimento turístico declinar também relataram sentimentos relacionados à preocupação com o futuro financeiro e emocional de suas famílias. Compreendemos que os territórios descritos com suas dinâmicas próprias representavam tipos específicos de laços sociais e afetivos e, com o desastre, foram fragilizados.

Diante do potencial de contaminação e das incertezas tóxicas decorrentes da ausência de laudos mais incisivos sobre a água que abastece a vila e as água do rio e mar – cujos ambientes eram usados para trabalho, lazer e prática de esportes – e as consequências de seu uso a longo prazo para a saúde, a situação de agonia e preocupação dos moradores dos distritos de Regência e Povoação eram agravadas, evidenciando que as afetações pelo desastre não são restritas aquelas pessoas que tinham atividades econômicas relacionadas ao rio. Nessa perspectiva, salientamos que uma das formas de vivenciar o desastre é através da dor e do sofrimento, uma vez que, "a dor é completamente natural diante de situações de crise e deve ser acolhida sem ser

necessário confundi-la com patologia; e, em muitos casos, é vista como a única forma de experienciar o desastre" (WEINTRAUB et al., 2015 apud RODRIGUES et al., 2016).

A proscrição do contato com o rio e o mar, a impossibilidade de continuar se alimentando de pescado e outros frutos do mar, são elementos que causam tristeza e sofrimento para aqueles que sempre tiveram o ambiente para se relacionar como é caso, sobretudo, dos moradores mais velhos. Relatos de tristeza e abatimento emocional de pessoas idosas, que conviveram boa parte da vida ao lado do Rio Doce, criando filhos e netos com os recursos advindos da relação com o rio, foram (e são) constantemente enfatizados. Durante o primeiro semestre de 2016 aos menos três idosos, moradores antigos de Regência, morreram. Familiares, amigos e vizinhos apontam que todos os três estavam muito abatidos com o desastre.

De acordo com a rede nacional de médicas e médicos populares: "em alguns casos o sofrimento pode gerar o adoecimento psíquico". O dano psicológico pode ser caracterizado "por meio da manifestação de transtornos de personalidade ou de comportamento [...], resultante de ação deliberada ou culposa, sob determinadas circunstâncias, e que traz para o vitimado tanto prejuízos morais quanto materiais, face à limitação de suas atividades habituais ou de trabalho" (CRUZ; MACIEL, 2005, p. 55). Este tipo de dano pode ser diagnosticado pela identificação de alguns aspectos físicos e psicológicos que se manifestam ao longo de um processo de adoecimento em função de uma situação traumatizante, como pode ser logo em seguida ao fato traumatizante, quando este é de grande intensidade e gravidade (CRUZ; MACIEL, 2005).

Nessa perspectiva, foram observados e relatados casos que podem configurar tipos específicos de adoecimentos psíquicos, como: quadros depressivos, crises de ansiedade, problemas no sono e dores de cabeça crônicas que merecem a atenção imediata de profissionais da saúde. Além disso, alguns atingidos relataram que passaram (ou algum membro da família passou) a fazer uso de medicamentos controlados e/ou analgésicos após o desajuste individual e social decorrentes do rompimento da barragem. Há ainda relatos do aumento abusivo de álcool e outras substâncias psicoativas entre as populações atingidas, bem como relatos que apontam para o aumento da violência doméstica e prostituição.

É importante destacar também que casos de diarreias, vômitos, dores abdominais, coceiras na pele e outras dermatites foram constantemente relatados pelos afetados durante toda a etapa da pesquisa, sobretudo, relatos envolvendo crianças. Há casos também em que algumas doenças têm suas causas atribuídas à água com os rejeitos de modo indevido, mesmo assim, tal atribuição põe em evidência a desconfiança geral dos moradores, configurando também um abalo emocional. Segue uma fala:

Moradora atingida: Eu penso assim, o que mais me marcou, mais mesmo, é o mar. Porque ele [aponta para o filho pequeno] chega no mar e ele chora querendo entrar na água. E o meu coração dói porque eu não deixo. A minha parte que mais me machuca, que mais me dói é isso. E eles não querem ir embora de Regência. Eu falei "meu filho, vamos embora, vamos pra Linhares, vamos pra Guriri, minha avó mora, tem casa lá. Mas, eles não saem de Regência, eles amam esse lugar, esses dois [....]. Ai fui passear um pouquinho: os meninos tudo tomando banho no rio, na praia, e eles [aponta novamente para os filhos] querem e eu não deixo. Porque igual, os meninos [filho da vizinha] tomaram banho na praia, mas eu não sei se foi a praia, mas, eles saíram com umas bolhas no corpo. Umas bolhas tipo queimadura, sabe? Ela falou [a vizinha] que o rapaz da farmácia disse que só pode ser uma micose. Ai na costas é igual bolha de queimadura: cheia de água e daqui saiu outra bolha assim. Eles estão cheios de bolhas assim [...]. Ai tem uns outros meninos que estavam tomando banho com eles, também estão com essas bolhas. Então eu tenho esse medo.

[...] Fulana (anonimato – filha mais velha) já é mais assim, toma mais leite e a imunidade dela é um pouco baixa. A água [da sua residência abastecida pelo SAAE], se ela tomasse banho, ela se coçava. Nós tivemos um gasto muito grande com médico. Muito grande mesmo. Por isso que eu não deixo eles beber água, se ela beber água ela passa mal. Se beber água passa mal. Eles dão diarreia, crise de vômito. Eles dão tudo. Então, até para tomar eu compro água, porque eu fico com medo deles engolir a água. Então nós tivemos um gasto muito grande com médico. Logo quando a lama chegou, a gente gastamos mais de mil reais só com médico [...] o bendito lá na Unimed não resolvia, e como o médico é particular e é caro, então vamos levar no pediatra que ele vai descobrir. E ai o pediatra descobriu, ele disse que pode ser alguma bactéria que vem na água, e danificou o intestino dela. Ai, ele falou assim, que enquanto tivesse a lama que não era para eu dar nada que tivesse da água pra ela, porque eles fizeram o exame lá e falou assim: "fulana (anonimato), ela tá bem, não tem febre, não é garganta nem nada, então é alguma coisa da água que ela bebeu, ou tomou banho e você não percebeu. Eu sei que ela ficou uns três meses assim passando mal. Ela ficou magrinha, ela ficou com 8kg. Então nós tivemos um gasto muito grande com ela logo que a lama chegou. (Regina, Pescadora, dona de casa, moradora de Regência, entrevista realizada em setembro de 2016).

Diante do exposto, é notório que "o atendimento dos profissionais da saúde é relevante para ajudar a população acometida a lidar com os efeitos da tragédia e evitar adoecimentos futuros". Além disso, "reduzir as situações que aumentem a angústia e o isolamento social e, similarmente, potencialize as estratégias locais de reorganização comunitária; para a reconstituição da vida e laços sociais" (RODRIGUES *et al.*, 2016, p. 169). No entanto, torna-se importante apontar que os afetados na foz do Rio Doce não receberam nenhum tipo de apoio social e/ou psicológico para lidar com as alterações e desajustes causados pela chegada da lama em seu território. Ademais, a presença de psicólogos, médicos (clínicos gerais e especialistas), além da disponibilidade de atendimentos ambulatoriais, não foram disponibilizados pela empresa mineradora.

Após um ano do rompimento da barragem, o único espaço destinado à escuta dos afetados parecem ser as reuniões – intituladas de "diálogo com a comunidade" – promovidas pela Fundação Renova³⁴. Neste espaço os funcionários da empresa tentam demonstrar sentimento humanitário pelas emoções e problemas constantemente relatados pelos atingidos, mas, sempre enfatizam que "o pior já passou" e passam a direcionar ações para uma suposta normalidade na vida cotidiana dos afetados (Anotações diário de campo, 02/02/2017). Como o observado em outras situações de desastre, "o discurso oficial, assimilado e difundido pela mídia, em torno do dia do desastre, serve para demonstrar cronologicamente os acontecimentos posteriores na vida das pessoas afetadas e desatendidas como pós-desastres" (VALÊNCIO, 2014, p. 3636), deslegitimando assim, a reparação dos direitos e danos sofridos com o desastre que se prolongam em um tempo social que é diferente do tempo cronológico (VALÊNCIO, 2014).

Nesse sentido, "é fundamental considerar que os desastres são processos prolongados no tempo social da experiência vivida dos afetados, perpetuados e intensificados por ações reparadoras e insuficientes" (ZHOURI *et al.*, 2016, p. 54). Durante o trabalho de campo ficou evidente que a rotina diária dos atingios pelo desastre não foi reestabelecida: as condições de lazer não foram reestabelecidas; as atividades laborais como pesca e agricultura não foram normalizadas e estão cercadas de incertezas; aqueles que dependiam do turismo enfrentam um ciclo de prejuízos e as dúvidas no que

³⁴ Trataremos na próxima sessão um pouco mais sobre as ações institucionais para gerir a catástrofe.

tange à toxidade/contaminação do rio e do mar permanecem e afligem quase todos os moradores nos distritos pesquisados.

*

Em resumo, os aspectos descritos neste capítulo servem para evidenciar que as afetações decorrentes do rompimento da barragem de Fundão são complexas e por isso precisam de estudos detalhados envolvendo profissionais de diversas áreas, mas, sobretudo, se faz necessário uma escuta atenta, interessada e comprometida com os sujeitos atingidos. As narrativas desses sujeitos evidenciam que os efeitos do desastre vão além das dimensões ambiental e socioeconômica, abrangendo também aspectos, culturais, políticos, emocionais e subjetivos. Com o tempo, as camadas de danos experimentadas pelos atingidos se sobrepõem. Convém lembrar que os mesmos continuarão se espraiando pelos anos, na medida em que não há no horizonte um retorno a curto ou médio prazo às condições anteriores ao desastre. É nesse obscuro contexto que as ações (ou omissões) das empresas responsáveis e do poder público têm contribuído para a ampliação do sofrimento social dos afetados.

5. Dos desdobramentos institucionais do desastre

A situação crítica vivenciada pelos atingidos no rompimento da barragem de Fundão, conforme exposta neste relatório, tem sido agravada em decorrência do tratamento institucional dedicado à gestão do desastre. Após um ano do rompimento da barragem, poucas ações para reparar o dano causado à vida dos atingidos foram colocadas em prática de forma eficiente pela empresa e/ou pelos poderes públicos. A desinformação, os boatos e assédios foram e permanecem constantes na nova rotina da população afetada, e, dessa forma, a perspectiva de futuro continua abalada.

De maneira geral, nos últimos anos a gestão de desastres "tem se deslocado do eixo da investigação de possíveis crimes ou infrações legais – a serem, portanto, judicializados -, para o eixo do tratamento administrativo de conflitos socioambientais" (ZHOURI, *et al., 2016*, p. 46). Nessa perspectiva analítica, Acselrad e Bezerra (2010) apontam para um "modelo de harmonização" como um processo de difusão de técnicas para "resolução de conflitos ambientais" na América Latina. Neste modelo em destaque, à dimensão política tem sido retirada dos debates travados nas arenas públicas "destinando os conflitos a um tratamento despolitizado voltado ao acordo direto – via de regra por meio de compensações – entre os agentes neles diretamente envolvidos" (ACSELRAD; BEZZERA, 2010, p. 35).

No caso analisado, enquanto os atingidos na foz do Rio Doce cobram soluções para os seus problemas e reivindicam a responsabilização e a culpabilização dos responsáveis pelo desastre no Rio Doce, alguns dispositivos específicos como negociações e assinaturas de acordos extrajudiciais estão sendo realizados e celebrados entre o Estado e o empresariado, a despeito dos interesses dos sujeitos atingidos.

Um exemplo emblemático até o momento é a assinatura e homologação do "Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta", que prevê a criação de uma fundação de

direito privado para gerenciar a crise³⁵. Em campo, tivemos a possibilidade de verificar o distanciamento, o desconhecimento e o descontentamento por parte dos atingidos no que tange às ações institucionais para gerenciar o desastre proporcionando, dessa forma, há o agravamento do sofrimento social na região da foz do Rio Doce bem como o agravamento de conflitos internos às comunidades e localidades atingidas.

5.1. As medidas emergenciais

No contexto local de total desinformação sobre o que poderia acontecer com a chegada da lama na foz do rio Doce, ainda em novembro de 2015, foi proposto pelo Ministério Público Federal do Espírito Santo (MPF/ES) e Ministério Público do Trabalho (MPT) em face da Samarco Mineração S.A. o Termo e Compromisso Socioambiental Preliminar (TCSA) visando o estabelecimento de ações mitigatórias dos impactos decorrentes do rompimento da barragem sobre os municípios de Baixo Guandu, Colatina, Marilandia e Linhares. Em seguida, ainda no mês de novembro de 2015, foi realizado o primeiro aditivo no sentido de garantir a adoção de medidas para manutenção econômica daqueles que dependiam materialmente do rio Doce (DORNELAS *et. al*, 2016).

Respeitando o TCSA algumas medidas foram adotadas pela Samarco na região da foz do Rio Doce. Entre elas, destacamos neste relatório três ações: (1) a contratação de mão de obra local para executar o trabalho de prevenção, mitigação e monitoramento da pluma de rejeitos na foz do Rio Doce: (2) o estabelecimento de canais de informação com a comunidade; e (3) o pagamento de um auxílio emergencial como forma de garantir a manutenção da renda e o amparo as pessoas que possuíam atividades laborais vinculadas ao Rio Doce e seus afluentes. Conforme já apresentado neste documento, os desdobramentos decorrentes dessas ações geraram controvérsias, disputas e conflitos internos.

No que tange à contratação da mão de obra local para executar o trabalho de prevenção, mitigação e monitoramento da pluma de rejeitos na foz do Rio Doce, quando da sua

³⁵ É importante ressaltar que o TTAC foi anulado no dia 17 de agosto de 2016, pela 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). No entanto, nos distritos pesquisados, até a data do último campo (março/2017) a Fundação Renova continua atuando.

chegada e nos meses imediatamente seguintes, foi observado durante o trabalho de campo que houve uma notória exclusão das mulheres nesta atividade, predominando a contratação de homens para a atividade. Além disso, através dos relatos dos moradores identificamos que houve uma preferência por pescadores filiados à associação de pesca local.

O procedimento adotado pela empresa Oceanpact, então subcontratada pela Samarco, gerou uma série de boatos e divergência locais, além de consentir que o coletivo de atingidos ficasse à mercê de algumas lideranças locais, o que pode ter contribuído para emergência de algum tipo beneficio por apadrinhamento. Outro ponto que merece atenção neste contexto é a ausência repentina dos pescadores nos espaços de interação comunitária onde se discutia sobre o desastre. Ambos os aspectos foram relatados várias vezes pelos atingidos durante o trabalho de campo. E parecem ter sido os únicos efeitos alcançados pela contratação da atividade, tendo em vista a ineficácia do sistema de bóias em proteger as margens do Rio Doce do contato com a Lama da Samarco.

No que diz respeito ao estabelecimento de canais de comunicação com a comunidade, destacamos a frequência de reuniões na região afetada (ao menos em Regência) durante o tempo de permanência da empresa no distrito em destaque. Com a opção de, desde o primeiro momento, procurar as lideranças estabelecidas de segmentos locais prédeterminados pelo diálogo social da empresa, muitos moradores não se sentiram representados naquilo que a empresa intitulou de "diálogos com a comunidade".

A opção pela segmentação contribuiu com a sensação que se espalhou na região de que algo vinha sendo negociado à revelia da comunidade que teve raríssimos momentos de, em conjunto e horizontalmente, questionar a empresa ou esclarecer suas dúvidas. Em paralelo a isso, aqueles que gozavam da representatividade institucional de algum segmento elencado pela empresa, aumentavam seu prestígio transformando-se em interlocutores privilegiados junto à mesma.

Uma moradora afetada que teve a oportunidade de trabalhar em uma pousada onde os funcionários da Samarco estavam hospedados, relatou indignada que enquanto estava trabalhando escutou o funcionário da Samarco dizer que precisava tomar o café da

manhã rápido, pois, iria participar de uma reunião com a comunidade, no entanto, ela mesma não sabia de nenhuma reunião. Era mais uma reunião "às portas fechadas", coforme descreveu nossa interlocutora, que tinha a participação restrita a alguns representantes dos segmentos locais.

Assim, o espaço destinado para os demais atingidos ficava restrito as ações individuais da empresa, como o telefone 0800 da Samarco, sendo que muitos os relatos apontaram para ineficiência deste canal de comunicação, e o posto de atendimento, ocupado por funcionários jovens que, na maioria das vezes, não sabia responder as indagações dos atingidos. O procedimento mais comum do posto de atendimento, batizado de "centro de governança" pelos gestores públicos, e instaurado também em outras localidades e municípios do vale do Rio Doce³⁶, era anotar as dúvidas e enviar uma resposta por email aos afetados.

Conforme apontam os relatos dos moradores que tiveram a oportunidade de participar dos referidos "espaços de participação", o objetivo das reuniões era a elaboração de projetos para reparação dos danos causados pelos rejeitos da barragem transbordados no rio. Neste intuito, os representantes de cada segmento deveriam elaborar projetos que poderiam ser executados a curto, médio e longo prazo e fornecê-los para a avaliação da empresa (LEONARDO, CREADO, TRIGUEIRO, 2016).

É digno de nota que esta demanda por projetos locais iniciou-se tão logo a empresa se instalou na região, a despeito da experiência traumática vivida pela maior parte da população naquele período. A exigência destas novas habilidades – desde conseguir participar de uma reunião com a empresa à capacidade de detalhar um projeto escrito e encaminhá-lo aos técnicos responsáveis – neste período traumático acabou por reforçar a participação de lideranças e organizações já consolidadas na região, a despeito do novo tipo de relacionamento que surgira entre um grande empreendimento e as populações locais, cada qual com suas particularidades.

Situação parecida vivenciaram (e ainda vivenciam) os atingidos em Mariana (MG) que "além da necessidade de lidar com o trauma do desastre, com a perda dos familiares, os

³⁶ Ver também Organon (2016).

atingidos foram obrigados a aprender novas dinâmicas de participação em reuniões, formar comissões representativas, disciplinar seus pensamentos e comportamentos, a objetivarem demandas [...]" (ZUCARELLI, 2016, p. 320).

Na tentativa de garantir medidas para a manutenção da renda e amparo as pessoas que possuíam atividades laborais vinculadas ao Rio Doce e seus afluentes, o TCSA determinou então o pagamento de um auxílio emergencial, já referido anteriormente no presente relatório. Para atender a essa demanda socioeconômica de mitigação dos danos, a Samarco contratou inicialmente duas empresas: a Golder Associates para realizar um diagnóstico dos impactos socioeconômicos e a Praxis para realizar a etapa de cadastramento de famílias diretamente impactadas, como pequenos agricultores, pescadores e areieiros³⁷.

A atuação da empresa Praxis à época e ainda hoje é motivo de reclamação nos relatos dos atingidos na região. Além dos que afirmam não terem sido entrevistados pelos pesquisadores da empresa, há aqueles que, mesmo tendo sido não obtiveram o direito ao auxílio. Logo, é desde este período a confusão instaurada em torno dos critérios levados em conta para a elaboração, por parte dos diversos corpos técnicos responsáveis pelo levantamento de dados da população para a Samarco, do perfil do atingido que deveria ou não receber o cartão emergencial. Com a falta de transparência neste critério, e a frequente mudança do corpo técnico responsável em campo, a participação da população neste e nos processos posteriores se deu quase às cegas.

Sobre as confusões causadas pelas mudanças de corpos técnicos, e as diferentes formas de abordagem, resultantes das exigências postas à Samarco pelo Ministério Público, a seguinte fala de uma funcionária da DIALOG, uma das diversas empresas constratadas para o "diálogo social" com as comunidades, é exemplar:

"Teve uma outra empresa chamada PRÁXIS que foi contratada para fazer em todo o Vale do Rio Doce os cadastros. Este primeiro cadastro subsídio ele é para pescador e para pequenos produtores rurais que vivem diretamente do rio. É um subsídio de seis meses podendo ser extendido. É um salário mínimo, 20% por dependente mais uma cesta básica por mês. As pessoas começaram a receber foi a partir do final de

89

 $^{^{37}}$ Nota da Samarco enviada à reportagem da BBC no dia 01/12/2015. Fonte: www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151130_pescador_foto_choro_entrevista_rs. (Site acessado em 23/02/2017).

dezembro ou janeiro sempre retroativo a cinco de novembro. Infelizmente nós tivemos que começar das pessoas que estavam na associação e no ministério da pesca. E aí vem a resposta porque muita gente que não era pescador recebeu. Porque eles tinham um cartão para receber seguro defeso. Infelizmente e, assim, a gente segurou esses cartões porque conseguiu descobrir que eles não eram pescadores. Inclusive com as pessoas das associações de pescadores. Seu S... [omissão de nome], ajudou num primeiro momento seu L... [omissão de nome]. Só que o Ministério Público falou pra gente: Não interessa. Tem cartão vai ter que entregar. E a gente teve que entregar e a gente vai começar a fazer uma auditoria agora pra saber quem é pescador e quem não é e tá recebendo. Porque tem muita gente que não é pescador e tá recebendo" (Reunião na casa de Congo, apresentação do Fórum Capixaba do Rio Doce, ocorrida no dia 13/02/2016, em Regência).

Em campo, pudemos confirmar que o recebimento imediato do auxílio emergencial aconteceu apenas para alguns dos pescadores filiados à associação local de pesca. A despeito do previsto no TCSA, de que bastaria a autodeclaração confirmada pela assinatura de duas testemunhas, havia desde o início de dezembro conversas a respeito de como deveria se responder ao tal cadastro para a obtenção do auxílio.

A despeito da origem destes rumores, a concessão do auxílio mediante às respostas certas ao cadastro, por si só já é um descumprimento do previsto no termo firmado com o Ministério Público. Isto para não entrar no mérito do registro de imagens das residências, petrechos de pesca e demais ferramentas de trabalho que também eram anexadas ao "perfil" do entrevistado e, portanto, poderiam levar ao recebimento – ou não – do cartão emergencial.

Neste contexto de cadastros e comprovações de perdas e ganhos, os indivíduos envolvidos em atividades tradicionais na região como a pesca e a pequena agricultura se viram às voltas com a necessidade de comprovar sua renda pretérita, assim como suas perdas em decorrência da interdição do uso do Rio Doce e de sua área de influência no mar. Muitos esperaram até meados de 2016 para receber seus cartões, assim como ainda hoje, em 2017, ainda existem indivíduos afetados pelo acontecido que ainda tentam ser reconhecidos como tais, enquanto subsistem do auxílio voluntário de amigos, familiares e vizinhos.

Salientamos que o restante da população que não se enquadra nesta categoria de populações tradicionais, mas que também apresentam modos de vida e trabalhos

concatenados ao rio e ao mar relatam dificuldades ainda maiores para conseguir o auxílio emergencial garantido pelo TCSA. Um exemplo emblemático é a situação dos comerciantes que viviam diretamente do turismo (formal e informal) no distrito de Regência e que só foram receber o auxílio emergencial em meados de 2016, após uma série de manifestações ocorridas na vila de Regência.

Isto porque muitas das atividades socioeconômicas e culturais, desempenhadas na vila, antes da lama, davam-se de modo amplo, no sentido de que ocorriam diversas trocas cotidianas que escapavam da mediação direita pelo dinheiro e/ou registro em documentos ou fluxo de caixa. No entanto, passaram a valer para fins de recebimento do auxílio emergencial, apenas aquelas passíveis de comprovação documental. O fato de que trocas sociais não se restringem as trocas mediadas pela moeda, enquanto valor de troca universal, e/ou outras tecnologias que ocupam contemporaneamente esse papel como talões de cheque, cartões de crédito ou de débito e assemelhados, já é amplamente registrado na literatura antropológica (LÉVI-STRAUSS, 1982; LANNA, 2000; KOPYTOFF, 2008; dentre muitos outros).

Situação semelhante ocorreu em outras regiões afetadas no estado do Espírito Santo onde os atingidos tiveram que se mobilizar e organizar manifestações para exigir o cumprimento de uma ação prevista no TCSA (DORNELAS *et. al*, 2016). Em Regência ocorreu uma série de manifestações no final de abril e início de maio de 2016 onde os moradores exigiam "cartão para todos" em represálias às sucessivas negativas postas pela empresa durante o processo de cadastramento dos atingidos. Em Povoação, descrentes no estabelecimento de relações entre o empresariado e as lideranças formais, os moradores resolveram criar uma comissão independente da Associação de Moradores para tratar do assunto referente ao rompimento da barragem, cuja posição da comissão também é exigir "cartão para todos" por considerar que todos os moradores do distrito foram atingidos pelo desastre.

Os exemplos em destaque evidenciam por um lado, a falta de diálogo e clareza da empresa no que tange às ações emergenciais do gerenciamento da crise. Por outro lado, a ausência dos poderes públicos chamou-nos a atenção, neste momento emergencial do gerenciamento da crise, que à exceção de parte dos Ministérios Públicos e da Defensoria

Pública – responsáveis pela garantia mínima dos direitos das populações atingidas – também não apresentaram um diálogo direto com a população afetada na tentativa de compreender as afetações e prestar algum tipo de assistência emergencial.

5.2. O TTAC e a Fundação Renova

Conforme já exposto, desde o início da crise o Estado tem se apresentado distante e/ou ausente para a população atingida na foz do Rio Doce. O "Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta" celebrado entre a União, os governos dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo (com os órgãos associados)³⁸, junto com a Samarco Mineração S/A e suas acionistas, assinado em março de 2016, expõe, sem deixar dúvidas, a opção do Estado em se ausentar do problema, permitindo assim, que a própria Samarco gerencie a crise.

O TTAC encerrou diversas ACPs³⁹ já movidas contra as empresas rés e determinou que estas empresas responderão às medidas de reparação através de recursos administrados por uma fundação de direito privado sem fins lucrativos. De acordo com Dornelas e colaboradoras (2016), diversos aspectos causam preocupação quanto à reparação efetiva do dano realizada via TTAC, entre eles: (1) total controle das empresas rés na execução das medidas reparatórias, indenizatórias, de mitigação e recuperação socioambiental; (2) controle dos atos decisórios e dos critérios de estabelecimento de áreas e pessoas atingidas pela empresa; (3) definição pela empresa dos parâmetros das indenizações a serem pagas; (4) estabelecimento de um teto no valor de R\$20 bilhões sem nenhum estudo pericial dos danos necessários à reparação, compensação e mitigação nas dimensões socioambiental e socioeconômica; (5) ausência de

³⁸ O instrumento jurídico foi assinado pela Samarco, com o apoio de suas acionistas – VALE e BHP Billiton, com o Governo Federal, os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), a Agência Nacional das águas (ANA), o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Instituto Mineiro de Gestão das águas (IGAN), a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), O Instituto Estadual

de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) e a Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH).

³⁹ Entre elas a Ação Civil Pública movida pelo governo federal, pelo governo dos estados e pelo Ministério Público.

responsabilidade do poder público em relação ao desastre; (6) exclusão do Ministério Público e Defensoria Pública no processo de construção do acordo; (7) total ausência de participação das populações atingidas e da consulta prévia, livre e informada aos povos e comunidades tradicionais conforme garantido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (DORNELAS *et al.*, 2016).

Nesse sentido, a assinatura do TTAC foi amplamente criticada pelo Ministério Público Estadual e Federal (nota emitida em 02/03/2016), pela Defensoria Pública Estadual e também pelos movimentos sociais, com destaque para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce e organizações não governamentais como a Justiça Global.

A despeito dos questionamentos, o acordo foi homologado no dia 05 de maio de 2016, exatos seis meses após o rompimento da barragem. Cinco dias após a homologação a Samarco realizou uma reunião na Associação de Moradores de Regência para apresentar o acordo firmado entre as mineradoras e o Governo Federal "e todas as entidades representativas", conforme dito por seus representantes. A reunião – uma das poucas a acontecer "de portas abertas" – contou com ampla participação da comunidade atingida. A tônica das intervenções na reunião, porém, demonstrava um misto de desinformação e descrédito. Por parte dos moradores, foi questionada a representatividade do comitê interferderativo, a demora na execução de ações de reparação, e a falta de esclarecimento acerca das condições da água distribuída na vila assim como da terra que teve contato com a lama durante a cheia do verão. (Diário de campo, anotações de 10/05/2016).

Em seguida, no dia 30 de junho de 2016, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) comunicou a suspensão do acordo a pedido do MPF iniciando, portanto, uma disputa judicial em torno da validade do acordo (DORNELAS *et al.*, 2016). Em nota, a Samarco Mineração S.A. respondeu que "a decisão não afeta as obrigações contidas no acordo, que continuaram sendo integralmente cumpridas, inclusive no que diz respeito à instituição da fundação de direito privado prevista no documento⁴⁰". O que verificamos na prática

Fonte: http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-07/stj-suspende-acordo-da-samarco (Acessado em 04 de março de 2017).

nos lugares pesquisados foi que, com a homologação do acordo (e, mesmo após, com a sua suspensão), a Samarco Mineração S.A. saiu de cena enquanto que a fundação de direito privado passou a atuar com mais frequência.

Neste contexto de disputa judicial em torno da validade do acordo, surgiu a Fundação Renova⁴¹ com o objetivo de implantar e gerir os programas de reparação, restauração e reconstrução das regiões afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão. Os programas, previstos no TTAC, estão reunidos em dois módulos, sendo um socioambiental e o outro socioeconômico. Para fins deste relatório, priorizamos a análise dos aspectos socioeconômicos no gerenciamento do desastre, conforme observado *in loco*. Dos programas previstos, os que vêm sendo implantados em etapas distintas nos distritos pesquisados são: o "cadastro dos impactados" e "comunicação e diálogo social".

A despeito disso, a desinformação acerca da participação no próprio cadastro é generalizada, em prejuízo para aqueles que dele participam. Como resultado, o cadastro que já é complexo, extenso e maçante torna-se também perigosamente opaco aos moradores, na medida em que dele decorrerá: (1) a confirmação ou suspensão do recebimento do auxílio – de acordo com os critérios estabelecidos pela empresa; (2) a inserção dos sujeitos afetados em projetos e programas que não foram discutidos com eles e dos quais a maioria nunca ouviu falar, mas que ainda assim serão custeadas como ações de mitigação de impactos; e (3) o início do processo de indenização pelos danos causados, no qual as respostas do cadastro são fundamentais para estabelecer o valor a ser proposto pela mesma como base de negociação futura.

De acordo com a Fundação Renova, o objetivo do programa em destaque é promover o:

"[...] cadastramento de pessoas físicas e jurídicas (apenas micro e pequenas empresas), famílias e comunidades, contendo o levantamento dos impactos sociais, culturais, econômicos ou ambientais e, posteriormente, a condução de monitoramento socioeconômico das famílias e municípios afetados. Além disso, destina-se a desenvolver estudos para identificar e avaliar os impactos socioeconômicos com base em requisitos de direitos humanos" (FUNDAÇÃO RENOVA⁴²).

⁴¹ Constituída em 30 de junho, iniciou de fato suas operações em 02 de agosto de 2016. Fonte: http://www.fundacaorenova.org (Acessado em 31 de março de 2016).

⁴² Site da empresa: http://www.fundacaorenova.org/ (Acessado em 31 de março de 2016).

Nesse intuito, outra empresa, a Synergia Consultoria Socioambiental⁴³, foi contratada pela Fundação Renova para realizar o cadastramento dos afetados. De acordo com a empresa, o desafio é "oferecer suporte para a transformação desse acidente em oportunidade para consolidar padrões de qualidade na (re)organização social que deve se estabelecer ao longo de todo o território afetado" (site da Synergia, acessado em 04/03/2017) para isso,

O trabalho envolve desde o cadastramento socioeconômico de todas as famílias diretamente afetadas e do seu inventário de bens e avaliação patrimonial, até a ação social na reconstrução dos distritos que foram destruídos pelo rompimento da barragem. O trabalho envolve o diálogo com as famílias que receberão novas moradias, a reestruturação econômica e produtiva dos atingidos, e a mediação do diálogo com o Comitê Interfederativo instituído para acompanhar o trabalho (Site da Synergia, acessado em 04/03/2017)⁴⁴.

Para além da pretensão de estabelecer níveis de qualidade de organização social almejados para uma comunidade da qual são alheios, também é preocupante a perspectiva de que o inventário dos danos tenha se realizado exclusivamente a partir do contrato firmado entre a SYNERGIA e a SAMARCO, e as prestadoras anteriores de serviço, sem a participação dos atingidos em sua elaboração, fiscalização ou execução. O possível uso desses dados como um limitador dos pleitos idenizatórios dos atingidos junto à empresa aumenta a sensibilidade do tema. Principalmente quando levamos em conta que estudos anteriores na área de licenciamento ambiental no Basil (ZHOURI et al., 2005; ZHOURI e OLIVEIRA, 2012; BRONZ, 2011) apontam para controvérsias acerca deste tipo de procedimento, uma vez que as "empresas de consultoria ambiental contratadas diretamente pelas partes empresariais interessadas operam a partir da lógica de mercado e na defesa dos interesses dos contratantes, não raro, contribuindo para desqualificação e invizibilização dos impactos" (GESTA/UFMG, 2016, p. 12).

⁴³ Fundada em 2007, a SYNERGIA opera em mais de 150 municípios brasileiros e na África. Com sede em São Paulo, a empresa possui filial no Rio de Janeiro e sucursal em Moçambique. Possui ainda escritórios operacionais nos diversos territórios em que a empresa atua. Ao longo da sua atuação a empresa vem acumulando trabalho atrelado às empresas mineradoras, como a Anglo America, Vale, Manabi S.A e para a própria Samarco Mineração S.A. Além disso, também vem atuando em projetos e diagnósticos de interesse público (como ordenamentos territoriais e planos de desenvolvimento) em Moçambique, país onde há forte ação das mineradoras, inclusive, a Vale.

Fonte:http://www.synergiaconsultoria.com.br/noticia/synergia-trabalho-social-39-municipios-rompimento-barragem-samarco-mariana/ (Acessado em 04/03/2017).

 $^{^{44}} Fonte: http://www.synergiaconsultoria.com.br/noticia/synergia-trabalho-social-39-municipios-rompimento-barragem-samarco-mariana/ (Acessado em 04/03/2017).$

Na prática, a aplicação do cadastro consiste em visitas domiciliares onde uma equipe de funcionários da Synergia – geralmente em dupla – visitam as residências de famílias atingidas aplicando o já referenciado censo, na forma de um extenso e cansativo cadastro. "Além do tempo de aplicação do cadastro – por demais extenso para ser avaliado como ótimo –, a terminologia destoante do léxico da população regional é mais um fator que obstrui a participação plena dos atingidos no processo" (GESTA/UFMG, 2016). Logo, este instrumento de pesquisa acaba por distanciar ainda mais os atingidos da empresa, com uma metodologia questionável diante da realidade em questão, além de individualizar a discussão de danos que por vezes são coletivos e que como tal deveriam ser considerados.

Ainda sobre a forma como o cadastro é visto nas comunidades, são comuns os relatos de pessoas com medo de saírem de suas casas diante da perspectiva de que a Synergia fosse, nesse espaço de tempo, bater à sua porta para realizar a entrevista. Em algumas idas a campo em Povoação, principalmente durante a etapa quantitativa do trabalho de campo (incursões ocorridas em outubro de 2016), eram comuns as abordagens na rua de moradores questionando se éramos da Synergia e que deveríamos cadastrá-los. A situação era de tal forma absurda que a movimentação de carros estranhos na comunidade já era suficiente para que as pessoas fossem cercá-los na rua, no intuito de serem cadastradas. Tal fato evidencia a vulnerabilidade e a perda de autonomia dos moradores em relação às ações institucionais na gestão da catástrofe, aspecto previamente tratado na parte anterior do presente relatório.

O cadastro é apontado pela Fundação Renova, com um procedimento necessário para mapear os atingidos e os danos materiais sofridos em decorrência do desastre. No entanto, o procedimento exclusivamente quantitativo "é incapaz de identificar prejuízos que decorrem das dinâmicas desencadeadas a partir do desastre" (GESTA/UFMG, 2016, p. 12). Como já é reconhecido em estudos sobre o tema (SOROKIN, 1942; VALÊNCIO, 2014), os processos que se desdobram com o desastre possuem uma cronologia específica que quase sempre vai além do dia e do momento exato do rompimento da barragem, contrapondo-se, portanto à fixação do marco temporal "na data do evento" conforme aparece no cadastro. Ademais, a complexidade das afetações tampouco será

identificada a partir de um cadastro que prioriza a quantificação e a monetarização dos danos sofridos em detrimento das narrativas dos atingidos (GESTA/UFMG, 2016).

Da ocasião em que acompanhamos a aplicação deste cadastro junto a uma família ribeirinha que entrou em contato conosco por estar receosa quanto à assinatura do termo de consentimento de pesquisa, o entrevistado – que não sabia ler – enfatizou que não recebeu nenhum tipo de assessoria ou esclarecimento acerca de como proceder diante do cadastro. Na ocasião, além do longo tempo destinado à aplicação do mesmo, da realização de perguntas um tanto quanto dúbias sobre a produção rural e atividades de pesca, chamou-nos a atenção ainda a quantidade de documentos solicitados pela equipe da Synergia à família em destaque.



Foto tirada durante aplicação do cadastro pela Synergia com família Ribeirinha na foz do Rio Doce. Autoria de Flávia Amboss

Em cima da mesa era possível visualizar documentos pessoais de cada membro da família (certidões de nascimento, identidades, CPF), comprovante de residência, contas de energia, de água, de material de construção, receituários médicos, exames e mesmo caixas de remédios. O casal de agricultores demonstrava claramente certo nervosismo ao responder as perguntas lidas, através de um tablet, pela funcionária da Synergia. Em um momento, quando a dona de casa não achava um documento específico pedido pela funcionária, ela respondeu: "Eu tenho isso. Só que eu não tô achando agora. Eu sei que eu

tenho. Nós juntamos tudo isso depois da lama" (Anotações no diário de campo do 28/01/2017).

A declaração um tanto nervosa da dona de casa ajuda-nos a compreender como os efeitos sociais do desastre são agravados em decorrência do tipo de tratamento institucional dispensado aos atingidos. Um ano após o rompimento da barragem, sem terra para plantar, sem água para irrigar, sem rio para pescar e sem condição de vender o pouco que ainda conseguem produzir devido o receio de contaminação dos clientes, a família precisou organizar todos aqueles documentos na tentativa de provar que eles são atingidos pelo desastre. Nesse sentido, as afetações narradas pela família que também foram expostas durante o processo de aplicação do questionário são desconsideradas em favor daquilo que pode ser quantificado e provado durante a aplicação. Convém frisar que o cadastro e a validade de todos os documentos ali apresentados ainda devem ser confirmados – ou não – pelo Comitê Interfederativo da Fundação Renova, o que representa mais um obstáculo aos atingidos na defesa da reparação integral daquilo que considerem danos sofridos.

5.3. A luta pelo reconhecimento enquanto atingido

As formas encontradas para a gestão da crise humanitária e ambiental decorrente do derrame de rejeitos no rio, muitas vezes, reforçaram o sofrimento social dos atingidos. As novas habilidades requeridas na foz do Rio Doce para sobreviver após a lama em muito divergem daquelas até então aprendidas e disseminadas na região. Neste sentido tornam-se caras as habilidades de construir narrativas que comprovem – de preferência com fotos, recibos e documentos – o dano sofrido. Estas dificuldades enfrentadas pelas vítimas no processo de reconhecimento institucional enquanto atingidas por algum tipo de contaminação já vem sendo discutidas e denunciadas no meio acadêmico (DAS, 1995; AYUERO e SWISTUN, 2007; SILVA, 2010; OLIVEIRA, 2014;).

No caso analisado, observamos o flagrante deslocamento da definição de atingido dos indivíduos e coletividades que vivenciam o dano em seu cotidiano para os técnicos do poder público e de empresas contratadas pela Samarco. A contratação de empresas

(como a PRÁXIS, a DIALOG ou a SYNERGIA) para o cadastramento dos afetados e a validação de sua autodeclaração de atingido como condizente com o "perfil" por eles estabelecido é prova flagrante deste deslocamento que contribui com o silenciamento e a invisibilização dos atingidos.

Todo o processo de validação ou não do "perfil de atingido" é perpassado ainda por muita espera, seja nos agendamentos das entrevistas e na aplicação dos questionários seja na validação do perfil pela empresa responsável. Todo este processo contribui para ampliar o desgaste emocional dos atingidos que continuam à mercê da decisão de terceiros acerca do estabelecimento de áreas e pessoas atingidas pela lama da Samarco. Após a celebração do TTAC, as decisões e critérios referentes ao gerenciamento dos dados ficaram sob responsabilidade do Comitê Interfederativo da Fundação Renova, entidade jurídica criada pelas mineradoras.

Sobre o asssunto, Vainer (2008) reflete que o conceito de quem é atingido está em disputa, e nas palavras do autor: "embora o termo [atingido] apareça em documentos técnicos e remeta a dimensões econômico-financeiras, a noção não é nem meramente técnica, nem estritamente econômica" (VAINER, 2008, p. 40). Nesse sentido, faz-se necessário problematizar a categoria, pois "a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se, legitimação, de diretos e de seus detentores" (VAINER, 2008, p. 40).

Diante desse comportamento da empresa, muitas famílias afetadas ainda não foram consideradas atingidas pela empresa, mesmo tendo suas relações econômicas, sociais, culturais e afetivas abaladas, prejudicadas e interrompidas em decorrência do rompimento da barragem. De acordo com relatos de alguns moradores em Regência e Povoação, na lógica orientada pela empresa, só haverá ressarcimento financeiro do dano para aquelas pessoas que conseguirem comprovar ter sofrido algum tipo de dano material. Sendo, portanto, cobrado dos moradores atingidos na foz do Rio Doce densas provas materiais de danos sofridos. Ora, conforme relatado pelos próprios atingidos: "ninguém se preparou para o desastre", logo são raras as famílias que tinham uma documentação organizada capaz de servir de prova material para a empresa.

Neste cenário, muitas famílias seguem sem ser consideradas atingidas pela Samarco. A compreensão da empresa de que os danos passíveis de ressarcimento são os materiais exclui do recebimento do auxílio todos aqueles que se mantiveram à margem da formalidade seja por seus laços familiares seja pela informalidade típica nas atividades mais comuns na região.

Diante do até agora exposto neste relatório reafirmamos que a compreensão dos danos decorrentes do rompimento da barragem não pode, como a discussão acerca da comprovação do dano material induz, ficar circunscrita a apenas um aspecto seja ele econômico, cultural, social ou mesmo temporal. A disputa pelo sentido de atingido envolve, portanto, todos aqueles que tinham uma relação com o Rio Doce e que, de alguma forma, sentiram que ela foi abalada diante da chegada dos rejeitos da Samarco nas suas águas. Sendo que a empresa causadora do dano apresenta, por sua vez, um perfil de atingido que, além de pouco claro, parece ser utilizado mais em favor da empresa que dos atingidos, ampliando o sofrimento daqueles excluídos por seus critérios.

Alguns estudos acadêmicos vêm refletindo sobre a temática do sofrimento em contextos de eventos críticos, desastres e contamianção. Das (1995) aborda questões interessantes sobre a apropriação judicial e burocrática do sofrimento em contextos de contaminação industrial. Segundo a autora, enquanto a empresa norte-americana Union Carbide responsável pelo desastre em Bhopal na India não forneceu sequer as informações sobre a composição dos componentes químicos que vazaram na fábrica de pesticidas, as vítimas do desastre tiveram que transformar todo o sofrimento desencadeado com o desastre em uma linguagem científica para pleitear o reconhecimento judicial. Aspectos parecidos vêm ocorrendo com os moradores afetados na foz do Rio Doce, que precisam juntar e organizar provas que confirmem para as empresas responsáveis pelo rompimento da barragem que sofreram algum tipo de dano.

Concomitantemente a esse processo de ter que transformar o sofrimento em provas judiciais, as vítimas na foz do Rio Doce ainda esperam por respostas acerca do potencial de contaminação dos recuros hídricos, das plantações, dos peixes e outros animais. Durante todo o processo da pesquisa, fomos questionados pelos interlocutores em

campo onde estavam as pesquisas e os laudos da água. Perguntas como: *Pode comer peixe ou não pode? Pode nadar no rio ou não pode? Pode surfar na boca do rio ou não pode? Posso utilizar a água da torneira ou tenho que comprar água mineral para uso doméstico?* São feitas corriqueiramente pelos atingidos na foz do rio Doce e parece que ainda não foram respondidas pela empresa e pelos poderes públicos nas regiões estudadas. Logo, as dúvidas também aparecem como um elemento que amplia o sofrimento da coletividade atingida.

Além disso, compreendemos que a espera não é só pelos laudos, mas pelo reconhecimento enquanto vítima do desastre que, portanto, possui direitos de ressarcimentos materiais e morais. Nesse sentido, o tempo e a espera tornam-se, por um lado, aliados daqueles que cometeram o crime. Por outro lado, provocam sentimentos como frustração às vítimas do desastre, desencadeando então, um processo que pode ser caracterizado como sofrimento ambiental (AYUERO e SWISTUN, 2007).

Tendo em vista o tratamento institucional dedicado à gestão do desastre (ZHOURI et al., 2016), tornar-se atingida e reconhecida enquanto vitima é um processo doloroso, que envolve a organização e a luta cotidiana das populações afetadas (SILVA, 2010). Oliveira (2014), ao analisar um processo de contaminação industrial no bairro Camargos em Minas Gerais, pontua que grande parte das disputas políticas e simbólicas ocorreram em torno da definição e do reconhecimento institucional do conceito de atingido. Para a autora em questão, o sofrimento decorrente do processo de contaminação e adoecimento é ampliado durante o processo de luta em torno do reconhecimento enquanto vítima.

Diante do exposto, é importante salientar que os danos causados pelo rompimento da barragem vão muito além dos danos materiais conforme a empresa e os seus técnicos buscam afirmar. O presente relatório aponta para uma série de danos e violações dos direitos humanos dos moradores na foz do Rio Doce que vêm ocorrendo diariamente, desde o dia do rompimento da barragem. Sendo assim, reconhecer-se e fazer-se reconhecer enquanto atingido tem sido um processo doloroso para todas as pessoas que viviam ou que, de alguma outra forma, estabeleciam uma relação de trabalho, religiosa, afetiva ou de outro tipo com o Rio Doce. Dessa forma, entendemos que a necessidade de

ter que se enquadrar em um *perfil de atingido*, delimitado pela própria empresa, tem ampliado o sofrimento social das vítimas do desastre na foz do Rio Doce.

6. Considerações finais

Os dados apresentados neste relatório apontam para as mudanças radicais operadas nos distritos da foz do Rio Doce, Regência e Povoação. Ambas as localidades tinham seu cotidiano fortemente influenciados pelo contato com as águas do Rio Doce e do mar. Nos ciclos lunares das marés ou nos ciclos anuais das cheias, as águas traziam os peixes, a fertilidade da terra, e as ondas que tornaram a região famosa antes da lama da Samarco. Neste sentido, a privação dos meios de trabalho, do peixe para a alimentação, do rio e do mar enquanto formas de lazer na foz do Rio Doce são algumas das alterações radicais no cotidiano vivido por aquelas pessoas que tinham nos recursos provenientes do rio e do oceano, as formas de sustentarem suas vidas e a sua permanência na região da foz.

Subitamente perderam valor as habilidades que até então eram as requeridas dos habitantes da foz do Rio Doce e que podiam, em sua maioria, ser aprendidas ali: botar ou remendar uma rede, plantar uma roça de feijão ou abóbora, ou mesmo se comunicar com os surfistas, público número um do turismo da foz.

Nesse sentido, o desastre no Rio Doce provocado pela empresa Samarco Mineração S.A (Vale e BHP Billiton) remete a um evento crítico (DAS, 1995) que causou alterações intensas e imediatas na vida individual e coletiva dos moradores na foz do Rio Doce. As análises descritivas realizadas a partir do trabalho de campo nos distritos de Regência e Povoação, localizados no município de Linhares (ES) – foz do Rio Doce – e o estudo analítico presente neste relatório nos permitem apontar, portanto, para um contexto de graves violações de direitos humanos, ambientais, além de danos individuais e coletivos, materiais e morais.

Ao longo do relatório apresentamos dados que foram observados (através da técnica da observação participante) e narrados pelos próprios atingidos durante todo o trabalho de campo, que ocorreu entre os meses de novembro de 2015 a fevereiro de 2017. A seguir sintetizaremos os principais dados expostos no relatório:

- O "anúncio do desastre" e a chegada dos seus agentes, antes mesmo da chegada dos rejeitos de minério já implicaram em alterações na dinâmica local. Neste período, a preocupação, medo e a ansiedade tomaram conta dos moradores na foz do Rio Doce;
- As atividades realizadas no rio e aquelas que dependem do rio, como foi o caso da pesca artesanal e da agricultura em pequena escala, foram interrompidas tão logo foi anunciado o desastre;
- Com o receio de que o abastecimento de água fosse interrompido ocorreram profusas tentativas de abertura de poços artesianos no distrito de Regência;
- Muitos moradores só souberam do rompimento da barragem e da inevitável chegada dos rejeitos até a foz do Rio Doce através de meios de comunicação, e não receberam nenhum tipo de comunicado da mineradora ou de órgãos públicos. Nada foi falado a respeito de como proceder com a chegada da lama em seus territórios. Os relatos apontaram que nenhuma informação foi dada acerca de cuidados e prevenção para a situação de risco eminente;
- O canal de comunicação entre Samarco S.A. e os moradores na foz do rio só foi estabelecido e, de forma restrita, poucos dias antes da chegada da lama, após demanda judicial. A mineradora chegou ao distrito de Regência com sua equipe de profissionais e com um conjunto de maquinários e outros equipamentos que alteraram drasticamente o cenário pacato da região;
- A empresa Oceanpact, contratada pela Samarco, tornou-se responsável pela instalação de barreiras no Rio Doce na tentativa de minimizar o estrago causado pela mineradora. As barreiras, normalmente usadas para conter vazamentos de óleo, não serviram para barrar o contato da pluma de minério com a vegetação na foz do Rio Doce.
- Alguns pescadores foram contratados informalmente pela Oceanpact. Nesse aspecto ressaltamos que: 1) a maior parte dos moradores contratados era homens; 2) A rotina de trabalho era muito pesada; 3) Os pescadores

contratados trabalharam em regime de total informalidade; e 4) ficaram expostos a uma situação de risco, pois tiveram contato com os rejeitos; 5) ouvimos reclamações de *apadrinhamento* de alguns pescadores em detrimento de outros no processo de distribuição das vagas de serviço em destaque;

- Alguns pescadores que trabalhavam para a subcontratada Oceanpact, na época da chegada dos rejeitos à foz, relataram para nossa equipe que muitos animais foram encontrados mortos na região, dentre eles, várias espécies de peixes, aves e cobras foram retiradas sem vida na região da foz do Rio Doce. No entanto, eles não conseguiam dizer ao certo quantos animais apareceram mortos, pois, tão rápido eram encontrados, eles eram enterrados próximo à praia de Povoação.
- Sobre o comprometimento no abastecimento de água, de maneira geral, as descrições sobre a água que abastece as vilas na foz do Rio Doce após o rompimento da barragem até a última viagem de campo foram: gosto de ferrugem, cheiro ruim, cor amarelada, bolhas marrons, oleosa e com bastante sujeira (os sedimentos ficam ao fundo da caixa). Quando a água não apresentava coloração (como foi o caso em algumas viagens de campo), escutamos constantes reclamações sobre o gosto e o cheiro excessivo de cloro. Diante da procedência duvidosa da água que abastece as vilas de Regência e Povoação, muitos moradores foram (e ainda são) obrigados a comprar água mineral para ingestão, preparação de alimentos e higiene pessoal (como escovar os dentes e dar banho em bebês).
- Prejuízos na atividade pesqueira Desde o rompimento da barragem, a atividade pesqueira segue proibida nos distritos de Regência e Povoação, alterando o cotidiano e prejudicando a atividade laboral de pescadores e pescadoras artesanais que residem nestes distritos e aqueles que apenas pescam nesta região, mas residem em distritos ou municípios próximos. Com a atividade parada, os petrechos de quem segue a proibição estão encostados e com isso o material vai deteriorando. São botes, barcos, remos, redes, dentre

outros, petrechos que estão estragando com a falta de uso e manutenção dos mesmos acarretando mais um prejuízo na atividade pesqueira. Os pescadores e pescadoras que respeitam a proibição não conseguem mais exercer a profissão e estão vivendo na dependência do auxílio emergencial. Outros tentam pescar em outras regiões (lagoas e rios próximos), entretanto, enfrentam dificuldades para vender o pescado devido ao temor de contaminação do mesmo.

- Prejuízos na agricultura O Rio Doce consiste na principal fonte de água para a maioria dos agricultores e ribeirinhos da região da foz. Com o simples anúncio do desastre muitas das atividades rotineiras já foram suspensas. Com o passar do tempo, a situação das famílias ribeirinhas na foz do Rio Doce foi piorando. Passado um ano do rompimento da barragem, os ribeirinhos continuam sem condições de captar água no rio e afirmam que "depois da enchente a planta não desenvolve, ela não cresce mais como antes", pois o solo que antes era fértil "ficou seco depois que a lama passou". Com a redução da produção devido à fragilidade do solo após a chegada da lama, a situação dos ribeirinhos tornou-se ainda mais crítica com as novas dificuldades enfrentadas no processo de comercialização. De acordo com relatos, os produtos não estão sendo comercializados, pois há um receio generalizado acerca do potencial de contaminação das verduras e hortaliças irrigadas com a água do Rio Doce.
- Aumento nos gastos domésticos e perda da autonomia financeira (ou dependência financeira da Samarco) A autonomia econômica das famílias na foz do Rio Doce ficou comprometida, reduzida a uma assistência emergencial, chamada, indevidamente, de "benefício", pela própria mineradora. Esta medida emergencial gerou uma série de controvérsias locais que foram relatadas ao longo do relatório. Além disso, chamamos a atenção para os problemas enfrentados no que tange à administração de uma renda mensal para aqueles sujeitos que estavam acostumados culturalmente a trabalhar todos os dias e a receber pelo dia de trabalho. O dinheiro mensal tornou-se uma novidade difícil de ser administrada.

- Prejuízo no comércio/turismo Com a chegada da lama, a Prefeitura de Linhares interditou as praias de Regência e Povoação, consideradas impróprias para o banho de mar, e sinalizou a proibição com placas, no intuto de impedir o contato de pessoas com a água. Desta forma, o comércio e o turismo na região também amargaram prejuízos. Restaurantes, pousadas, pessoas que viviam do aluguel de imóveis para temporadas, ou mesmo os que informalmente prestavam serviços adjacentes a essas áreas foram severamente afetados.
- Desemprego, prejuízo financeiro e endividamento Com as atividades laborais interrompidas na região, os prejuízos com os equipamentos de trabalho encostados e com a falta de trabalho, muitos moradores vivenciaram e continuam vivenciando um complicado processo de endividamento por não conseguirem pagar as contas de energia, talão de água e empréstimos nos bancos. Além do prejuízo generalizado nos setores diretamente ligados ao rio a pesca, a agricultura e o comércio/turismo -, pessoas ligadas às atividades correlatas também acumularam perdas e dificuldades desde o rompimento da barragem. Em ambos os distritos pesquisados, havia uma profusão de pequenas atividades supridas informalmente, a saber: construção civil, serviço doméstico, jardinagem, alimentação, pequenos reparos e que também foram impactados pelo evento. No entanto, ouvimos muitas queixas acerca do não recebimento do auxílio emergencial por parte de pessoas que se enquadravam neste perfil.
- Prejuízos na prática de surf e outros esportes aquáticos A despeito da centralidade da prática do surf na região, nenhum dos donos de lojas ou pequenas fábricas foi reconhecido como diretamente atingido. Muitos dos surfistas que fixaram residência em Regência, em busca da qualidade de vida envolvendo a prática do esporte, o contato com a natureza e a busca por um local tranquilo para viver com a família, abandonaram a vila nos meses que se seguiram ao evento. A perspectiva de surfar nas águas contaminadas pela lama da Samarco eram as piores possíveis, principalmente nos meses

imediatamente após o acontecido. Com o passar do tempo, alguns surfistas retomaram o surf nos lugares conhecidos localmente como *points*, no entanto, aqueles que não possuem meios de locomoação até os *points*, surfam na "boca do rio", local onde a coloração da água fica ainda mais alaranjada.

- Prejuízos no lazer comunitário Os momentos de lazer dos moradores também foram alterados. A quase ausência de equipamentos públicos para crianças e jovens se distraírem na vila é testemunha da íntima relação que os habitantes de Regência e Povoação tinham com o rio e o mar. Aprender a nadar no rio, onde passavam tardes em churrasco e fazendo pescarias em família ou amigos, tudo isso fazia parte da rotina dos moradores nos distritos estudados. Além desta perda imediata do espaço tradicional para o lazer da comunidade, também convém lembrar que desde o anúncio do desastre o fluxo de pessoas estranhas à localidade de Regência foi sentido, com um aumento no fluxo de veículos e máquinas também constrangeu o uso da rua pelos habitantes, tida costumeiramente como extensão das suas casas.
- Quebra da rotina diária, das divisões de tarefas e comprometimento de projetos futuros - As rotinas de trabalho, lazer e cotidiano dos moradores em Regência e Povoação foram alteradas e não há em curto prazo esperança por parte dos interlocutores de que a situação anterior seja reestabelecida. Essa falta de perspectiva contribui para ampliar o sofrimento dos atingidos. Sensações como desânimo para acordar e restabelecer atividades diárias foram constantemente relatadas pelos atingidos ao longo da pesquisa de campo.
- Ampliação dos conflitos entre vizinhos, amigos e familiares Com o rompimento da barragem, as relações familiares e sociais foram desajustadas nos distritos de Regência e Povoação. Vários fatores contribuíram com isso, inclusive o recebimento do auxílio emergencial pela Samarco foi um aspecto bastante relatado e questionado durante o trabalho de campo. Nesse aspecto, torna-se relevante ressaltar alguns problemas decorrentes das ações institucionais impostas para o recebimento do cartão que contribuíram para a

ampliação dos conflitos internos, a saber: (a) tratamento individualizado por parte da mineradora (ou empresas contratadas) para com os atingidos; (b) discriminação de gênero e a invisibilidade das mulheres, crianças e adolescentes; (c) acusações de favorecimento a algumas pessoas, enquanto outras teriam ficado de fora, ou seja, desconfiança quanto à distribuição dos "cartões da Samarco"; (d) dúvidas quanto à atuação de lideranças, como no que diz respeito à transferência de informações e à transparência de suas ações.

- Abalo emocional e impactos na saúde A proscrição do contato com o rio e o mar, a impossibilidade de continuar se alimentando de pescado, e outros frutos do mar, são elementos que causam tristeza e sofrimento para aqueles que sempre tiveram o ambiente para se relacionar como é caso, sobretudo, dos moradores mais velhos. Relatos de tristeza e abatimento emocional de pessoas idosas, que conviveram boa parte da vida ao lado do Rio Doce, criando filhos e netos com os recursos advindos da relação com o rio, foram (e são) constantemente enfatizados.
- Também foram observados e relatados casos que podem configurar tipos específicos de adoecimentos psíquicos, como: quadros depressivos, crises de ansiedade, problemas no sono e dores de cabeça crônicas que merecem a atenção imediata de profissionais da saúde. Além disso, alguns afetados relataram que passaram (ou algum membro da família passou) a fazer uso de medicamentos controlados e/ou analgésicos após o desajuste individual e social decorrentes do rompimento da barragem. Há ainda relatos do aumento abusivo de álcool e outras substâncias psicoativas entre os atingidos, bem como relatos que apontam para o aumento da violência doméstica e da prostituição.
- É importante destacar também que casos de diarréias, vômitos, dores abdominais, coceiras na pele e outras dermatites foram constantemente relatados pelos atingidos durante toda a etapa da pesquisa, sobretudo, relatos envolvendo crianças.

Por fim, salientamos que a situação crítica vivenciada pelos atingidos no rompimento da barragem do Fundão, conforme exposta neste relatório, tem sido agravada em decorrência do tratamento institucional dedicado à gestão do desastre. Após um ano do rompimento da barragem, poucas ações para reparar o dano causado à vida dos atingidos foram colocadas em prática de forma eficiente pela empresa e/ou pelos poderes públicos. A desinformação, os boatos e os assédios foram e permanecem constantes na nova rotina da população atingida, e, dessa forma, a perspectiva de futuro continua abalada. Como se não bastassem todos os danos coletivos e individuais em decorrência do rompimento da barragem do Fundão e do consequente derramamento de rejeitos da atividade de mineração, identificamos ainda que o tratamento institucional dedicado à gestão do desastre, incluindo a falta de participação dos atingidos, tem contribuído para a ampliação do sofrimento social da coletividade atingida pelo rompimento da barragem do Fundão.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.

ACSELRAD, H; BEZERRA, G. Inserção econômica internacional e "resolução negociada" de conflitos ambientais na América Latina. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K., (Orgs.) **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

AUYERO J.; SWISTUN, D. Expuestos y confundidos: Um relato etnográfico sobre sufrimento ambiental. Iconos. **Revistade Ciencias Sociales**. Num. 28, Quito, enero 2007, pp.137-152.

BICALHO, C.; **Além da Superficie**: impactos do desenvolvimento na pesca artesanal de Regência Augusta-ES. 2012. 109 f. Dissertação (mestrado em Administração)Universidade Federal do Espírito Santo – UFES – Programa de PósGraduação em Adiministração, Vitória, ES, 2012.

BICALHO, C.; TRIGUEIRO, A.; KNOX, W. BEHR, R. Movimento das Águas Caboclas: narrativa visual, cotidiano e ruptura na comunidade pesqueira de Regência Augusta-ES. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais (CADECS)**, Vitória, v°2, n°1, p. 19-42, 2014.

BRONZ, D. **Empreendimentos e Empreendedores**: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, sec. XXI. Tese em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2011

CANAL, Camila Paganini. **Pesca e impactos socioambientais na vila de Regência Augusta-ES no pós-rompimento da barragem de Mariana-MG**. Monografia, Departamento de Ciências Biológicas, CCHN, UFES. Vitória, 2017, 62 p.

CREADO, E.; LEONARDO, F.; TRIGUEIRO, A; ZANETTI, D. Modos de olhar, contar e viver: A chegada da "lama da Samarco", na foz do Rio Doce, Em Regência Augusta (ES), como um evento crítico. In: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Org.) **Desastre no vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio digital: letra e imagem, 2016.

CRUZ, R. M e MACIEL, S.K. Dano psicológico e diagnóstico. In: CRUZ, R.M.; MACIEL, S.K.; RAMIREZ, D.C.(org). **O trabalho do psicólogo no campo jurídico**. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2005.

DAS, V. *Critical Events:* **An Anthropological Perspective on Contemporary India.** New Delhi: Oxford University Press, 1995. 230 p.

DORNELAS, R. *Et Al.* Ações Civis Públicas e Termo de Ajustamento de Conduta no caso do desastre ambiental da Samarco: Considerações a partir do observatório de ações judiciais. In: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Org.) **Desastre no vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio digital: letra e imagem, 2016.

DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. **Risk and culture: an essay on the selection of technological anda environmental dangers.** Bekeley: University of California Press, 1983.

FERREIRA, S. Marcas da colonialidade do poder no conflito entre a mineradora Samarco, os povos originários e comunidades tradicionais do Rio Doce. In: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Org.) **Desastre no vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio digital: letra e imagem, 2016.

GESTA, Grupo de Estudos e Temáticas Ambientais. **Parecer sobre o Cadastro Integrado do Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados (PLCI) elaborado pelas empresas Samarco e Synergia Consultoria Ambiental.** Belo Horizonte, 23 de novembro de 2016. http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos Las ambivalencias del progresismo sudamerican. **Nueva Sociedad** No 237, enero-febrero de 2012,

HERCULANO, Selene. O Clamor por Justiça Ambiental e contra o Racismo Ambiental. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente (**INTERFACEHS**), v° 3, n°1, Artigo 2, Janeiro-Abril, 2006.

IBAMA. Plano de Manejo Reserva Biológica de Comboios - Fase 1. In: IBAMA, 1997.

JUSTIÇA GLOBAL. **Vale de Lama: Relatório de inspeção em Mariana após o rompimento da barragem de rejeitos do Fundão**. Disponível em: http://www.global.org.br/wpcontent/uploads/2016/03/Vale-de-Lama-Justi--a-Global.pdf Acesso em: 15 nov 2016.

KOPYTOFF, Igor. A Biografia Cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. **A vida Social das Coisas**: As mercadorias sob uma perspectiva cultural. Tradução Agatha Bacelar. Niterói: Ed. UFF, 2008. p. 89-121.

KNOX, W., TRIGUEIRO, A. **Saberes, narrativas e conflitos na pesca artesanal** [recurso eletrônico] / (orgs.) Winifred Knox, Aline Trigueiro. - Dados eletrônicos. - Vitória : EDUFES, 2015. 229 p.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. **Rev. Sociol. Polit**. [online]. 2000, n.14 [cited 2015-02-27], pp. 173-194.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, [1949]1982.

LEONARDO, F. A. M. **Entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental:** O Caso da Pesca Artesanal e a Configuração de um Cenário de Injustiça Ambiental em Regência Augusta-ES. Vitória, ES: UFES, 2014. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

LOSEKANN, C. VELVOET, R. O Neoextrativismo visto através dos megaempreendimentos de infraestrutura: as zonas de sacrifícios no Espírito Santo. In: ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. (ORG.) **Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais.** São Paulo: Annablume, 2016.

MAGALHÃES, S. B; HERNANDEZ, F. M. Ciência, cientistas e democracia desfigurada: o caso de Belo Monte. In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3, 2010, Belém do Pará. **Anais.**

MANSUR *et al.*, Antes fosse mais leve a carga: Introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/VALE/BHP BILLITON. In: ZONTA, M.; TROCATE, C. (Orgs.). **Antes fosse mais leve a carga: relfexões sobre o desastre da Samarco/ VALE/BHP BILLITON**. Marabá, PA: Editorial Iguana, 2016.

MARTINEZ-ALIER, J. Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

MILANEZ, B; SANTOS, R.S.P. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. In: **Revista Pós Ciências Sociais**, 2013, 19:119-148.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM (MAB). Análise do MAB sobre o crime causado pelo rompimento das barragens da Samarco (VALE/BHP BILLITON). **Cartilha**, 2016.

OCCA, Observatório dos Conflitos no campo. **Relatório de identificação do Território Tradicional Ribeirinho da foz do Rio Doce.** Vitória, 2014 (mimeo).

OLIVEIRA, R. O dano e a Prova, o risco e a dor: Sofrimento social na luta dos moradores do Bairro Camargos. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 29. 2014, Natal-RN. 3-6 ago. 2014. **Anais**.

ORGANON, Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais. **Impactos socioambientais no Espírito Santo da ruptura da barragem de rejeitos da Samarco - Relatório preliminar**. Novembro / dezembro. Mimeo. 2015.

POEMAS, Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). 2015.

QUARANTELLI, E. L. Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociaispara os desastres: questões te´ricas, metodológicas e empíricas, e sua implementação no campo profissional. **O social em questão**, n. 33, ano 18, p.25-36, 2015.

RODRIGUES, *Et Al* (Rede Nacional de médicos Populares). Algumas Análises sobre os impactos à saúde do desastre em Mariana (MG). In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Crisitiana (Org.) **Desastre no vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio digital: letra e imagem, 2016.

SVAMPA, M. Consenso de lós commodities y lenguagens de valoración em América Latina. **Nueva Sociedad**, n°244, marzo-abril de 2013.

SIGAUD, L. "**Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos**: as barragens de Sobradinho e Machadinho". Rio de Janeiro: UFRJ, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 1986. 116 p. (Comunicação n. 9)

SILVA, T.C. Eventos críticos: sobreviventes, narrativas, testemunhos e silêncios. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 27. 2010, Belém-PA. Anais da 27° Reunião Brasileira de Antropologia, Belém1-4 ago.2010. **Anais.**

TOMMASI ANALITICA, 2015

TORRES, C. C. A.; Creado, Eliana Santos Junqueira; CARVALHO, Jerônimo Amaral. Orquídeas versus Tartarugas Marinhas: tentando narrar simultaneamente conflitos aparentes e ocultos. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v. 4, p. 86-108-108, 2016.

TRIGUEIRO, A. e KNOX, W. **Imagens da Pesca Artesanal no Espírito Santo**. Vitória, ES: Editora GM, 2013.

VAINER, Carlos B. Conceito de 'atingido': uma revisão do debate. In: **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. (Org.) ROTHMAN, Franklin Daniel. Viçosa, Minas Gerais: Editora UFV, 2008

VALENCIO, N. Desastres, ordem social e planejamento em defesa civil: o contexto brasileiro. **Saúde Social**. São Paulo, V.19, n.4, p.748-762, 2010.

______. Desastres: Tecnicismo e sofrimento social. **Ciência e Saúde Coletiva**, 19 (9):3631-3644, 2014a

______. Dos desastres Recorrentes aos desastres à estreita. In: ZHOURI, A. E VALENCIO, N. (Orgs.) **Formas de matar, de morrer e de resistir.** Belo Horizonte: EDUFMG, 2014b.

VALIM, Hauley S.; **Religião E Etnicidade**: O Herói Caboclo Bernardo E A Construção Da Identidade Étnica Na Vila De Regência Augusta – ES. 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Metodista de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião- UMESP - Curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião, São Bernardo do Campo, 2008.

ZANETTI, D. Últimos dias em Regência. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=Yd564T2M9V8. Acesso em: 14 jun. 2016.

ZUCARELLI, M. Efeitos Institucionais e Políticos do processo de mediação de conflitos. In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Crisitiana (Org.) **Desastre no vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio digital : letra e imagem, 2016

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PAIVA, A.; Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D. (Org.). A insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: editora Autêntica, 2005.

ZHOURI, Andrea; LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Development and environmental conflicts in Brazil: challenges for anthropology and anthropologists. **Vibrant** (Florianópolis), v. 9, p. 181-208, 2012.

ZHOURI, A. E OLIVEIRA, R. Conflitos entre Desenvolvimento e Meio Ambiente no Brasil: Desafios para a Antropologia e para os Antropólogos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org), **Desafios da Antropologia Brasileira**, ABA, 2013.

ZHOURI, A.; VALENCIO, N.; TEIXEIRA, R. O. S.; ZUCARELLI, M. C.; LASCHEFSKI, K.; SANTOS, MOREIRA, A. F. O Desastre de Mariana: Colonialidade e Sofrimento social. In: ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. (ORG.) **Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais.** São Paulo: Annablume, 2016.

ZHOURI, A., BOLADOS, P., CASTRO, E. (ORG.) Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2016.